

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Agrárias
Mestrado Associado UFMG – Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território

Débora Júlia Rodrigues Alves

**“HOJE EM DIA PARECE QUE A GENTE MORA DENTRO DA MINERADORA”:
CONFLITOS AMBIENTAIS A PARTIR DA PRESENÇA DA MINERAÇÃO NA
COMUNIDADE SÃO PEDRO - TEIXEIRAS, MG.**

Montes Claros
2023

DÉBORA JÚLIA RODRIGUES ALVES

**“HOJE EM DIA PARECE QUE A GENTE MORA DENTRO DA MINERADORA”:
CONFLITOS AMBIENTAIS A PARTIR DA PRESENÇA DA MINERAÇÃO NA
COMUNIDADE SÃO PEDRO - TEIXEIRAS, MG.**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Orientador: Gustavo Tentoni Dias.

Co Orientadora: Raquel Oliveira Dias.

Montes Claros
2023

Alves, Débora Júlia Rodrigues.

A474h
2023 "Hoje em dia parece que a gente mora dentro da mineradora": conflitos ambientais a partir da presença da mineração na comunidade São Pedro - Teixeiras, MG [manuscrito] / Débora Júlia Rodrigues Alves. Montes Claros, 2023.
125 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientador(a): Gustavo Tentoni Dias.

Banca examinadora: Rômulo Soares Barbosa, Marina de Oliveira Penido, Gustavo Tentoni Dias.

Inclui referências: f. 106-112.

1. Minas e mineração. 2. Imagem corporativa. 3. Meio ambiente. I. Dias, Gustavo Tentoni. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 314



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
MESTRADO ASSOCIADO UFMG-UNIMONTES EM SOCIEDADE, AMBIENTE E TERRITÓRIO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 24 dias do mês de março de 2023, às 15:00 horas, sob a presidência do Professor Gustavo Tentoni Dias D. Sc. (Orientador/Unimontes) e com a participação dos professores Raquel Oliveira Santos Teixeira D. Sc. (Coorientadora/UFMG), Rômulo Soares Barbosa D. Sc. (Unimontes) e Marina de Oliveira Penido D. Sc. (UFV), reuniu-se, por videoconferência, a banca para defesa de dissertação de **Débora Júlia Rodrigues Alves**, estudante do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, que apresentou a dissertação intitulada: **“Hoje em dia parece que a gente mora dentro da mineradora”: conflitos ambientais a partir da presença da mineração na comunidade São Pedro - Teixeiras (MG)**. A estudante foi considerada aprovada.

E, para constar, eu, Professor Gustavo Tentoni Dias, presidente da banca, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Obs.1) A estudante somente receberá o título após cumprir as exigências do regulamento do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, conforme apresentado a seguir:

Art. 83 – Para dar andamento ao processo de efetivação do grau obtido, o candidato deverá, após a aprovação de sua Dissertação e a realização das modificações propostas pela banca examinadora, encaminhar à secretaria do colegiado do curso, com a anuência do orientador, 3 (três) exemplares da dissertação e 2 (dois) CD, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Obs.2) A estudante deverá apresentar junto com a versão final da dissertação, comprovante de submissão de um periódico com Qualis/Capes na área Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Montes Claros, 24 de março de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Oliveira Santos Teixeira, Professora do Magistério Superior**, em 07/04/2023, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rômulo Soares Barbosa, Usuário Externo**, em 10/04/2023, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina de Oliveira Penido, Usuária Externa**, em 10/04/2023, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Dias, Usuário Externo**, em 11/04/2023, às 09:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2212687** e o código CRC **A3C8657B**.

Dedico este trabalho aos moradores da comunidade São Pedro.

Homenageio Dona Dagmar e seus filhos por sua coragem em defesa da vida e do seu território.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Maria das Graças, por me ensinar a sempre olhar para frente, ser forte e assumir o enfrentamento dos grandes e pequenos desafios da vida com coragem. Agradeço também por estar comigo nos momentos de desânimo e adoecimento que se apresentaram durante a realização deste trabalho.

Ao meu pai e meu irmão, Jorcelino e Frederico, agradeço pelo exemplo de amor e humildade que deixaram, o que me permitiu sempre fazer o retorno necessário para realizar escolhas mais amorosas.

Ao meu filho Davi, agradeço por mesmo sendo tão novo, me oferecer seu olhar de compreensão nas muitas faltas que tive com ele durante este processo.

Ao Movimento pela Soberania Popular na Mineração, agradeço pela oportunidade de formação, por me ensinar que a esperança é uma arma de guerra e por me possibilitar conviver com pessoas tão incríveis.

Às minhas companheiras e companheiros do MAM, Neia, Geovana, Jean e Cirilo, agradeço pela ajuda com questões do trabalho, pelo incentivo, pelas muitas bibliografias indicadas e trocas de ideias, além de terem me possibilitado a participação em outros espaços de formação. Agradeço muito o companheirismo e inspiração.

À Ana, agradeço por sua presença em minha vida, pelo acolhimento e ajuda de sempre. Sinto que todas as minhas conquistas existem também porque posso contar com você. Obrigada, amiga!

À Brenda, agradeço por dividir comigo durante esses últimos anos, as dores e deleites da maternidade e da academia, por me lembrar que a alegria é nossa por direito e que devo reivindicá-la. Obrigada, amiga!

À Bruna, agradeço por ficar comigo nas salas de reunião online para que eu suportasse a privação de sono enquanto escrevia, por me dar força tantas vezes. Obrigada, amiga!

Aos meus colegas de turma do SAT, agradeço pelas trocas e ajuda mútua. Em especial, à Jéssica, ao Gabriel, à Maryellen e ao Danilo.

Ao meu orientador Gustavo e à minha coorientadora Raquel, agradeço pela paciência, pela leitura cuidadosa do trabalho e pela escuta.

Ao PPGSAT e aos professores, agradeço por me permitirem trilhar esse caminho, pela oportunidade de formação e pelo aprendizado construído nesse ambiente.

Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo fomento através da bolsa, que possibilitou a realização deste trabalho.

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo central analisar os conflitos engendrados a partir da presença da empresa mineradora Zona da Mata Mineração na comunidade São Pedro, localizada em Teixeira-MG, tendo sido desenvolvida entre 2021 e 2023. A análise dos conflitos nos levou a investigar as diferentes formas de apropriação do espaço, comunitárias e empresariais, que organizam e produzem o território e as tensões que se constituem entre estas. Para tanto, examinamos as estratégias corporativas empregadas no processo de territorialização da empresa, desde a produção de discursos e narrativas em torno do empreendimento e do ambiente às estratégias de controle territorial, tais como, o controle das estradas da comunidade, a construção de um sistema de vigilância corporativa e o controle dos bens naturais existentes na comunidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada a partir de visitas em campo e da participação em reuniões do núcleo de enfrentamento à mineração da comunidade. Ainda, foi analisada uma série de documentos, tais como, os estudos apresentados no processo de licenciamento ambiental e contra relatórios produzidos por organizações, que contestavam os resultados apresentados no EIA/RIMA da empresa. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores da comunidade São Pedro, bem como, com representantes de organizações presentes no enfrentamento ao projeto. O escopo teórico desta dissertação encontra-se, sobretudo, amparado nas literaturas sobre mineração e conflitos ambientais.

Palavras chave: Mineração, Conflitos, Estratégias corporativas.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation was to analyze the conflicts engendered from the presence of the mining company Zona da Mata Mineração in the São Pedro community, located in Teixeira-MG, having been developed between 2021 and 2023. The analysis of conflicts led us to investigate the different forms of appropriation of the space, community and business, which organize and produce the territory and the tensions that constitutes between these. To this end, we examine the corporate strategies employed in the company's territorialization process, from the production of discourses and narratives around the enterprise and the environment to territorial control strategies, such as the control of community roads, the construction of a corporate surveillance system and the control of natural goods existing in the community. This is a qualitative research, carried out from field visits and participation in meetings of the community's mining resistance core. Furthermore, a series of documents were analyzed, such as the studies presented in the environmental licensing process and against reports produced by organizations, which challenged the results presented in the company's EIA/RIMA. Semi-structured interviews were also conducted with residents of the São Pedro community, as well as representatives of organizations present in the confrontation of the project. The theoretical scope of this dissertation is mainly based on the literature on mining and environmental conflicts.

Keywords: Mining, Conflicts, Corporate Strategies.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Informações básicas sobre as famílias.

Figura 2: Calendário de plantio e colheita.

Figura 3: Disposição da produção numa mesma propriedade.

Figura 4: Disposição da produção numa mesma propriedade.

Figura 5: Disposição da produção numa mesma propriedade.

Figura 6: Capela - Comunidade São Pedro - Teixeira, MG. 2021.

Figura 7: Imagens da festa de São João, 2012.

Figura 8: Sinalização na entrada da comunidade São Pedro.

Figura 9: Sinalização na entrada da comunidade São Pedro.

Figura 10: Estradas de acesso da comunidade.

Figura 11: Poeira acumulada no pomar de uma das propriedades.

Figura 12: Placas alocadas pela ZMM nas estradas da comunidade.

Figura 13: Placas alocadas pela ZMM nas estradas da comunidade.

Figura 14: Seguranças da empresa e a perseguição no trabalho de campo.

Figura 15: Curso hídrico do Município de Teixeira.

Figura 16: Córrego Querubim novembro de 2021 junho de 2022.

Figura 17: Assembleia Popular sobre a mineração em Teixeira.

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Microrregião de Viçosa.

Mapa 2: Localização aproximada da Comunidade São Pedro.

Mapa 3: Nascentes ocultadas no EIA/RIMA (2018).

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACP - Ação Civil Pública

ADA - Áreas Diretamente Afetadas

AGB- Associação de Geógrafos Brasileiros

AIA - Áreas Indiretamente Afetadas

ANM - Agência Nacional de Mineração

APP - Áreas de Proteção Permanente

CBA- Companhia Brasileira de Alumínio

CFEM - Compensação Financeira por Extração Mineração

COPAM - Conselho Estadual de política Ambiental

DDM - Discurso do Desenvolvimento Minerador

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente

FMA - Fontes Meio Ambiente

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GATT - General Agreement on Tariffs and trade

IUC - Instituto Universo Cidadão

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia

LasTerras - Laboratório de estudos Territoriais

LAS - Licenciamento Ambiental Simplificado

LAC1 - Licenciamento Ambiental Concomitante

MAM- Movimento pela Soberania Popular na Mineração

MPMG - Ministério Público de Minas Gerais

NACAB - Núcleo de Assessoria às Comunidade Atingidas por Barragens

OMC - Organização Mundial do comércio

OIT- Organização Internacional do Trabalho

PACAB - Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens e Mineração de Minas Gerais

PL - Partido Liberal

PT - Partido dos Trabalhadores

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

SEMADE - Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SUPRAM - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

UFV - Universidade Federal de Viçosa

ZMM - Zona da Mata Mineração

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
I. Contextualização do problema de pesquisa e justificativa	12
II. Objetivos	15
III. Procedimentos Metodológicos	16
IV. Organização do trabalho	19
CAPÍTULO 1. A REPRODUÇÃO SOCIAL DA VIDA NO CAMPO: Uma breve descrição de práticas comunitárias de organização do território na comunidade São Pedro	20
1.1 Isso aqui sempre foi cheio de gente	22
CAPÍTULO 2.0 A TERRITORIALIZAÇÃO DA MINERAÇÃO NA COMUNIDADE SÃO PEDRO	39
2.1 A chegada do estranho	40
2.2 Estratégias corporativas no processo de licenciamento ambiental	51
CAPÍTULO 3.0 “HOJE EM DIA PARECE QUE A GENTE MORA DENTRO DA MINERADORA”: Conflitos Ambientais e estratégias corporativas para controle território	57
3.1 O controle empresarial do território por meio das estradas	60
3.2 O controle empresarial do território a partir dos sistemas de vigilância da ZMM	72
3.3 O controle empresarial do território a partir da apropriação dos bens naturais: Da “água comunitária” à “água de um só”.	79
CAPÍTULO 4.0 A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS DE ESPERANÇA: As resistências frente ao projeto da empresa Zona da Mata Mineração na comunidade São Pedro	87
4.1 O início das resistências e a perseguição às lideranças sociais e comunitárias	89
4.2 A universidade como espaço de disputa e produção de resistências	95
4.3 A religiosidade e o protagonismo das mulheres na resistência	101
5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104

6.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
7.0 ANEXOS	114
ANEXO A: Modelo de carta de aceite entregue aos entrevistados	114
ANEXO B: Documento contendo informações sobre as atividades religiosas realizadas em São Pedro, sistematizado por Gilmar Filho, morador da comunidade	116
ANEXO C: Modelo de contrato entre empresa e moradores da comunidade	120

INTRODUÇÃO

I. Contextualização do problema de pesquisa e justificativa

Esta dissertação de mestrado, trata-se de uma investigação das dinâmicas em torno da instalação do projeto de extração mineral da empresa Zona da Mata Mineração (ZMM) ¹na comunidade São Pedro. Analisamos os conflitos engendrados pelo processo de territorialização da atividade mineradora na comunidade, que está localizada nas divisas de três municípios mineiros, a saber: Pedra do Anta, Teixeiras e São Miguel do Anta. Estes municípios, por sua vez, correspondem à microrregião de Viçosa, na Zona da Mata Mineira, mesorregião de Minas Gerais, que abarca parte do sudoeste do estado.

A comunidade é habitada por famílias de agricultores e agricultoras familiares, que têm nessa atividade sua principal ocupação, e uma importante fonte de renda, além de ser uma das formas mais importantes de organização do território na comunidade, junto da religiosidade praticada pelas pessoas que ali vivem. Essas formas de organização do território, entretanto, são drasticamente ameaçadas a partir da entrada da empresa mineradora, tanto pelo fato de que diversas propriedades são transformadas em áreas de produção da empresa, quanto pela profunda transformação nas dinâmicas comunitárias, devido aos conflitos gerados pela atividade, antes mesmo da fase de instalação da ZMM.

A particularidade do caso de São Pedro, entretanto, dá-se pela rápida entrada da empresa na comunidade, recuperando entretanto, algumas estratégias já conhecidas em outros lugares, tais como, o mapeamento do posicionamento das famílias, a constituição de arranjos políticos entre empresa e outros setores e a construção de um aparato de segurança corporativa bastante violento, que termina por criar uma dinâmica de controle empresarial no território, intensificada pelo fato de que as casas e as propriedades, encontram-se muito próximas às áreas de produção da empresa, como as cavas, a planta de beneficiamento e o escritório. Então os fluxos antes organizados em torno da agricultura

¹ Zona da Mata Mineração S.A.; CNPJ: 28.234.395/0001-06; Principal Atividade: Pesquisa Mineral; responsável pelo Empreendimento: Roberto Emil Karlburger Júnior (Engenheiro de Minas) – CREA 1998103289; Endereços: Sede: Rua Costa Monteiro 451 – Sala 1 – Sagrada Família Belo Horizonte (MG) CEP: 31.030-480; Filial: Avenida Dona Marta no. 408 - Loja 01- Bairro Coqueiros; Teixeiras (MG) CEP 36.580-000; Segmento Econômico: Setor de Mineração; Atividade Econômica: Pesquisa, lavra, Beneficiamento e Comercialização de Minérios. (Essas são informações retiradas do EIA/RIMA (2018) da empresa. Importante enfatizar que é muito difícil encontrar mais informações sobre a empresa, uma vez que, o site está fora do ar desde o ano de 2022 e os documentos trazem mais informações burocráticas). Ainda, por ser uma empresa nova, datada sua criação em 2018, não há matérias ou sites, que façam essa caracterização.

O escritório principal da empresa localiza-se em Belo Horizonte e em Teixeiras, está a estrutura de extração, que contempla: as cavas, restaurante, escritório e a planta de beneficiamento do material extraído.

e da vida comunitária, são interrompidos para dar lugar à circulação das necessidades do empreendimento, o que compromete a manutenção de hábitos já há muito consolidados na comunidade, tais como, as visitas entre os vizinhos, as brincadeiras das crianças e a livre circulação das pessoas nas estradas da comunidade.

A entrada da empresa produz reações nas famílias que questionavam o empreendimento, ao mesmo tempo que alimenta uma visão de progresso para outras famílias. Essas diferenças de posicionamento que vão se formando em torno do empreendimento, levam ao rompimento do tecido social na comunidade, que termina por inviabilizar práticas comunitárias de solidariedade entre as famílias e a destruição de elementos culturais e simbólicos, que conformam grande parte da identidade dessa população.

Neste cenário, um núcleo de resistência vai se formando, tendo como principais sujeitos, famílias de agricultores e agricultoras, organizações sociais não governamentais, professores e pesquisadores, principalmente da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e movimentos sociais, tal como o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Esses sujeitos, que em sua maioria já acumulavam experiências em outros processos de enfrentamento, como o que se deu em torno do mineroduto da Ferrous² e também os conduzidos na Serra do Brigadeiro e Caparaó mineiro³, começam a traçar estratégias para condução do caso da ZMM. O caso rapidamente tornou-se objeto de preocupação, não só pela rapidez e pelos efeitos previstos, já que se trata de uma atividade conhecida pela profunda transformação e degradação do ambiente, quer seja, a extração de minério de ferro (neste caso, de magnetita), mas também pela amplitude do projeto da empresa, que prevê a expansão para mais oito municípios das microrregiões de Viçosa e Ubá.

Acrescenta-se o fato de a empresa não ser conhecida, a ZMM é uma empresa nova, criada a partir das necessidades do projeto em questão, assim, a princípio não se sabia como seria o comportamento dos diretores e como seriam conduzidas as operações no território. Por se tratar de um projeto relativamente recente, tendo suas primeiras movimentações no território em 2018, as pesquisas científicas sobre o caso são ainda

² De 2014 a 2016 a região foi palco de disputas em torno da implantação do mineroduto da empresa Ferrous. De acordo com Marcelo Leles Oliveira e Dayane Neves de Souza (2015) o mineroduto ligaria Congonhas, Minas Gerais (MG), ao porto da Ferrous em Presidente Kennedy no Espírito Santo, passando por 22 municípios, sendo dezessete em MG, dois no Rio de Janeiro e três no Espírito Santo. Ver mais em: Gonçalves (2015); Oliveira e Neves (2015) e Oliveira (2014).

³ Os casos da Serra do Brigadeiro e Caparaó mineiro são emblemáticos da presença e enfrentamento à mineração na região da zona da mata mineira. A Serra do Brigadeiro, sobretudo, pela presença do mineral bauxita, matéria prima para produção de alumínio e, por isso mesmo, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) é uma das principais empresas com processos minerários na região, embora não seja a única. O enfrentamento à mineração neste território, remonta há mais de vinte anos e vem sendo consolidado com um modelo para a construção do que vem sendo chamado de Territórios Livres de Mineração. Já no Caparaó, o conflito está, sobretudo, atrelado à relação das comunidades de agricultores com a empresa Mineração Curimbaba. Para ver mais: Iorio (2019), Magno (2020) e MAM (2021).

escassas. Neste sentido, este trabalho se coloca, antes de tudo, como uma tentativa de compreender as dinâmicas constituídas no território a partir da entrada da empresa mineradora e contribuir com os processos de enfrentamento ao projeto, os já em curso no momento de início deste trabalho e os que foram se formando posteriormente.

Assim, a ideia inicial do trabalho é gestada primeiro pelo desejo de depositar meus esforços numa pesquisa que pudesse contribuir com as resistências a partir da análise e compreensão dos conflitos e ainda da sistematização das estratégias da empresa no controle do território. O movimento que fiz, foi primeiro me organizar junto ao MAM e a partir dos diálogos com outros militantes pude ir compreendendo o papel do movimento social nesse processo. Junto do MAM e dos moradores da comunidade São Pedro, participei e pude colaborar com a construção de algumas ações para enfrentamento à mineração. Essas ações extrapolaram, inclusive, a comunidade São Pedro e alcançaram outros municípios visados pela mesma empresa, tais como, Visconde do Rio Branco, Ubá, Pedra do Anta. Necessário dizer, que essas ações, nem sempre se traduziram em grandes mobilizações, mas cito como exemplo, a elaboração de cartas compromisso a serem assinadas por candidatos em 2020, firmando a necessidade de debater a mineração e alternativas nesses territórios mencionados, bem como, a defesa da agricultura familiar e da agroecologia.

O processo de pesquisa inicia-se assim através do ativismo, em que o MAM tem um papel fundamental, não só na elaboração deste trabalho, que é imprescindível, pois é através do movimento, que conheci as pessoas na comunidade e tive acesso a uma gama de documentos do processo, mas, sobretudo, pela colaboração direta que recebi de muitos militantes, seja pelo complemento de informações, a indicação de bibliografias e a sugestão de caminhos a serem percorridos, seja através das muitas formações, que participei, dentre elas, o 7º Encontro de professores e pesquisadores da mineração, realizada em julho de 2022, na Escola Nacional Florestan Fernandes.

Essas experiências, despertaram em mim, a vontade de ser o mais fiel possível aos relatos das famílias sobre o cotidiano vivenciado por elas, não por acreditar que se trata de uma verdade inquestionável. Mas, partindo do entendimento, de que minha pesquisa deveria cumprir esse papel, quer seja, o de sistematizar parte das memórias dissidentes desse conflito, sendo que, desde o início, já vinha sendo construída sobre meu trabalho uma expectativa de que ele pudesse de alguma maneira contribuir com a resistência ao projeto apresentado pela empresa. Expectativa essa observada tanto dentro do movimento social, quanto entre os moradores da comunidade.

Neste sentido, o trabalho foi sendo construído numa dialética entre ativismo e pesquisa científica. Eu, como pesquisadora e ativista esperava que a pesquisa contribuísse para a visibilização do caso, além de poder contribuir a partir dos resultados, com futuras

ações realizadas pelas famílias. Enquanto ciência -e entendo que essa, está em disputa- um dos objetivos era sistematizar as novas dinâmicas impostas pela atividade mineradora na comunidade, antecipando e possibilitando a categorização do repertório de ações da empresa e os efeitos de sua entrada nos territórios.

II. Objetivos

À medida que o trabalho foi sendo desenvolvido, podemos perceber, que para responder a pergunta que fizemos no início, quer seja: Como são produzidos os conflitos a partir da presença da atividade mineradora na comunidade? Precisáramos compreender as diferentes dinâmicas de concepção e organização do território. Assim, analisar as estratégias e formas corporativas de organização e controle deste território.

Esse movimento se apresenta, porque os conflitos se concentravam nas diferentes formas de compreensão e uso do espaço, ou seja, na fricção de diferentes *territorialidades*, que passavam a disputar o mesmo espaço, a partir da entrada da empresa. E aqui, alguns pontos merecem atenção: o primeiro é que essa entrada da empresa e a apropriação do espaço realizada por ela, se desdobra numa série de estratégias corporativas para controle do território. Essas formas de controle por sua vez, engendram novos conflitos entre empresa e moradores, que também vão sendo explorados no decorrer dos capítulos.

Ainda, partindo do pressuposto, que conflito implica, necessariamente a agência de diferentes sujeitos, optamos por abordar também o processo de resistência, que é construído em torno do caso. Essas resistências vão sendo formadas a partir da reivindicação do direito à diferenciação, ou seja, pelo direito de exercer *territorialidades* diferentes das impostas pela empresa.

Neste sentido, a pesquisa objetivou analisar os conflitos engendrados a partir do processo de *territorialização* da mineração na comunidade São Pedro. Para tanto, foram observadas as práticas comunitárias de organização do território existentes e, ainda, analisadas as formas de compreensão do território operacionalizadas pela mineradora. A partir daí compreendemos que a *territorialização* perpassa, necessariamente, neste caso estudado, a construção de práticas de controle territorial, que se traduziu em uma rede de estratégias corporativas, que permitiram à empresa o controle do território, então buscamos sistematizar essa rede criada pela empresa e ainda narrar os processos de enfrentamento conduzidos na comunidade por diferentes sujeitos.

III. Procedimentos metodológicos

Nosso trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois acredita-se que este método é capaz de captar as dimensões mais substantivas contidas na experiência dos sujeitos, que vivenciam o cotidiano a partir da presença da mineração. “A *pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise.*” (José de Souza Martins⁴, 1993; p. 289). A pesquisa qualitativa, assim, é percebida como um tipo de “artesanato intelectual” (Stuart Mills, 2009), em que são costuradas as diversas bibliografias e procedimentos em ciência, com as percepções dos sujeitos e a capacidade de análise do pesquisador.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, diversos métodos e técnicas de pesquisa foram utilizados, a fim de alcançar uma análise sobre as diferentes dimensões do objeto. As técnicas e métodos conformam a necessidade de desenvolvimento dos objetivos aqui propostos. Neste sentido, a pesquisa é desenvolvida em algumas etapas separadamente e outras concomitantes. Primeiro realizamos a revisão bibliográfica, mapeando os temas que poderiam surgir na pesquisa. Ao longo do desenvolvimento do trabalho, o próprio campo foi demonstrando a necessidade de aprofundamento em outros temas e, por isso mesmo, a revisão bibliográfica é localizada como primeira etapa, mas também é realizada em concomitância a outras etapas.

Posteriormente, partimos para a análise documental. De acordo com Antônio Carlos Gil (1999, p.174) os “exemplos clássicos dessa modalidade de registro são os documentos elaborados por agências governamentais. Mas muitas pesquisas utilizam registros episódicos e privados, constituídos principalmente por documentos pessoais e por imagens visuais”. Neste sentido, também foram levantados registros cedidos pelos próprios moradores, sobretudo, fotografias - grande parte do material fotográfico analisado foi enviada pelos moradores - e reportagens e conteúdos produzidos por jornais e sites de movimentos sociais.

Nesta etapa foi muito importante a proximidade com as famílias, pois só elas tinham acesso a alguns documentos. Entretanto, também nos beneficiamos de uma sistematização feita por militantes do MAM de uma série de documentos sobre o processo. Documentos da empresa, incluindo os estudos realizados para o licenciamento ambiental, mas também os contratos, os contra relatórios elaborados pelo núcleo de enfrentamento à mineração e uma série de registros fotográficos. Assim, primeiro fizemos uma triagem

⁴ Optamos por mencionar o nome completo dos(as) autores(as) na primeira vez que foram citados(as). Essa escolha se dá principalmente pela vontade de reconhecer quando são mulheres, as autoras, já que, o ambiente acadêmico, assim como, outros espaços de poder e de produção de conhecimento, são majoritariamente ocupados por homens.

desses documentos, tratando de identificar aqueles que estavam alinhados com os objetivos da pesquisa, para depois, realizarmos a leitura e sistematização das informações. Inicialmente os documentos foram divididos em: documentos da empresa; documentos sobre as violações e, por último, os contratos. Dentro de cada uma dessas divisões sublinhamos os pontos que mereceriam atenção e que possivelmente entrariam no corpo do texto, conformando parte da nossa argumentação e análise.

Alguns dos documentos analisados foram: o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA; 2018) apresentados pela empresa Zona da Mata Mineração; contratos entre a empresa e moradores da comunidade; liminar que confere à empresa direito de pesquisa e lavra em uma das propriedades da comunidade -documento este, que é simbólico do processo de judicialização da negociação com as famílias, que será abordado ao longo do trabalho-; dossiês sobre o caso elaborado pelo MAM; parecer sobre os dados encontrados do meio socioeconômico nos relatórios de impacto ambiental realizado pelo Projeto de extensão Universitária DER, UFV: “Assessoria às Comunidades Atingidas pelos Impactos Sociais e Ambientais Causados por Projetos de Barragens e Mineração na Zona da Mata, Mg; Parecer Técnico Preliminar elaborado acerca da implantação de empreendimento minerário da Zona da Mata Mineração, em Teixeira e Pedra do Anta, MG, encomendado pelo Núcleo de Assessoria a Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB); contra relatório sistematizado pela AGB-Viçosa, etc. dentre outros.

Após a análise dos documentos, realizamos as entrevistas com moradores, que se deram em sua maioria presencialmente, observando todas as normas de segurança que exige o controle da pandemia de covid-19. A escolha de realizar entrevistas com os moradores da comunidade, deve-se, sobretudo, à avaliação que fizemos de que a experiência desses sujeitos precisava ser mostrada, principalmente porque a empresa dispõe de muitos meios para reafirmar sua própria perspectiva sobre o projeto. A seleção dos entrevistados foi realizada muito em consonância com os objetivos da pesquisa, que inicialmente concentravam-se, sobretudo, em investigar os conflitos entre empresa e comunidade. Neste sentido, foram privilegiados os sujeitos que identificamos nas visitas preliminares, que poderiam contribuir com essa compreensão sobre os conflitos e ainda, que se disponibilizaram a participar da pesquisa.

A disponibilidade aqui, aparece como ponto fundamental, principalmente pelo contexto em que a pesquisa se insere. Num contexto de vigilância construído pela empresa, não raro as pessoas têm medo de se posicionar, de falar a respeito do cotidiano imposto pela presença da mineração⁵. Neste sentido, as visitas preliminares foram importantes para

⁵ Todas as pessoas entrevistadas nessa pesquisa concederam autorização por escrito para pesquisa e divulgação dos relatos. Entretanto, optamos por proteger suas identidades, como forma de preservar essas pessoas de possíveis intimidações e ameaças por parte da empresa. Contudo,

identificar os sujeitos que estariam disponíveis a contribuir com a pesquisa. Geralmente eu me apresentava, falava um pouco dos objetivos da pesquisa e perguntava se eu poderia voltar em outra ocasião para conversarmos com mais calma, sobre a pesquisa. Nesse momento já era possível perceber quem seriam os interlocutores mais acessíveis e que eu já poderia em breve contactar.

As entrevistas presenciais aconteceram em sua maioria, entre abril e maio de 2022, mas algumas outras vezes foi necessária uma nova conversa, sobre questões que despontavam no momento da escrita. Nesses casos, procuramos conversar em chamadas de vídeo ou por ligação, já que a comunidade fica relativamente distante de onde vivo. Isso só foi possível pela relação que fomos construindo no decorrer das visitas, que permitiam que a conversa acontecesse mesmo à distância. Necessário ainda salientar, que todas as pessoas entrevistadas são moradores da comunidade São Pedro, onde também eram realizadas as entrevistas, que duravam em torno de uma hora e meia a duas horas.

Nas entrevistas lançamos mão da técnica do gravador aliada a utilização do caderno de campo. É necessária uma primeira reflexão, antes de apresentar a utilização dessas técnicas, motivada pela leitura da obra de Maria Isaura de Queiroz (1991). O gravador nesta pesquisa não é pensado como uma forma de coleta de dados, pura e simples, em que o pesquisador se transforma num transcritor das falas dos sujeitos, mas numa forma de dissociar os momentos de coleta dos de transcrição (Queiróz, 1991), permitindo que o pesquisador esteja mais presente no momento da entrevista e que as anotações possam ser feitas, posteriormente, preservando as falas dos sujeitos, as expressões que ilustram sentimentos, posicionamentos, etc. Já o caderno de campo, é utilizado como forma de registrar as interpretações e percepções tidas das entrevistas e visitas de campo, de modo que, essas informações pudessem ser contrastadas com aquelas contidas nas gravações no momento da transcrição. Ademais:

Revela notar ainda que, muitas vezes, sob uma aparente descrição singela do caderno de campo, a crítica (em seu sentido de colocar em dúvida as afirmações aparentemente irrefutáveis) existe implícita; a segunda, ou terceira leituras do caderno de campo, juntamente com a análise do material, fazem então com que ela aflore, suscitando um aprofundamento das reflexões (Queiróz, *ibidem*, p. 64).

Neste sentido, as técnicas ou estratégias metodológicas são pensadas, como forma de construção das condições necessárias à reflexão científica, em que pese também, a realização da observação participante. Esta, por sua vez, permitiu um levantamento da disponibilidade dos sujeitos e dos espaços para realização das entrevistas. A observação participante como pontua Valdete Boni (2005) *“se distingue da observação informal, ou melhor, da observação comum. Essa distinção ocorre na medida em que pressupõe a*

esses documentos de autorização estão em minha posse e o modelo da “carta de aceite” consta nos anexos desta dissertação.

integração do investigador ao grupo investigado". A observação participante, aqui, é entendida como inerente a esta pesquisa, pois o trabalho com comunidades atingidas pela mineração, é realizado num contexto de envolvimento com os sujeitos e com as angústias anunciadas por eles.

Por fim, como principais categorias de análise, temos conflitos ambientais e território, como sendo um guarda-chuva para outras discussões que se desdobram no desenvolvimento dessa pesquisa, tais como, territorialização, territorialidade e estratégias corporativas.

IV. Organização do trabalho

A dissertação é desenvolvida em quatro capítulos. O primeiro, intitulado: "A Reprodução social da vida no campo: Uma breve descrição de práticas comunitárias de organização do território na comunidade São Pedro", faz uma incursão nas práticas comunitárias anteriores à mineração e começa a compreender os efeitos da chegada da mineração na comunidade. Neste sentido, são descritas e analisadas as principais atividades organizadoras do território: a agricultura e a religiosidade. A escolha por abordar essas duas formas, quer seja, a agricultura e a religiosidade, se dá através do diálogo com os moradores, que enfatizaram essas atividades nas entrevistas como parte fundamental de sua identidade.

O segundo capítulo: "A territorialização da mineração na comunidade São Pedro", analisa alguns aspectos do processo de *territorialização* da atividade na comunidade, sobretudo, a construção de discursos e narrativas, enfatizando a narrativa da mineração sustentável e o discurso do desenvolvimento minerador. Abordamos as características do projeto e a chegada da ZMM na comunidade e as estratégias adotadas pela empresa, inclusive, no processo de licenciamento ambiental e a correspondência desse caso com as mudanças na legislação e as disputas conjunturais em torno das pautas ambientais.

O terceiro capítulo, intitulado: "Hoje em dia parece que a gente mora dentro da mineradora: conflitos ambientais e estratégias corporativas para controle território", explora as estratégias de controle territorial empreendidas pela ZMM, que passam pelo controle das estradas e a criação de um sistema de vigilância, que estabelecem uma segurança corporativa na comunidade. Por último, analisa os conflitos em torno do uso da água na comunidade, partindo do entendimento de que tudo isso configura uma rede de outros conflitos, engendrados pela presença da mineração no território.

Por fim, o último capítulo, chamado: "A construção dos espaços de esperança: as resistências frente ao projeto da empresa Zona da Mata mineração na comunidade de São

Pedro", busca narrar as resistências construídas em torno desse enfrentamento, posicionar os sujeitos e compreender o papel de cada um deles.

CAPÍTULO 1. REPRODUÇÃO SOCIAL DA VIDA NO CAMPO: Uma breve descrição de práticas comunitárias de organização do território na comunidade São Pedro.

No presente capítulo discutiremos as práticas comunitárias de organização do território na comunidade São Pedro. Comunidade rural localizada entre os municípios de Teixeira, Pedra do Anta e São Miguel do Anta. Para discutir essas práticas iremos abordar como eixo central a religiosidade e a agricultura familiar praticadas na comunidade, que despontam no decorrer da pesquisa, como práticas fundamentais de reprodução da vida neste território, compondo as territorialidades ali construídas. Essas práticas, ainda, aparecem nos relatos, sobretudo, a partir dos efeitos da mineração sobre elas e, logo, sobre a vida comunitária. Assim, neste capítulo, abordaremos principalmente como a vida comunitária se constitui a partir da religiosidade e da agricultura, para, posteriormente, nos próximos capítulos, discutirmos os efeitos sociais da mineração sobre essas formas de organização do território.

O conceito de *território*, todavia, é polissêmico e remonta às disputas em torno de propriedade da terra e legitimidade das formas de uso e apropriação do ambiente. Neste sentido, tomamos como ponto de partida, a noção de território como acúmulo das condutas de territorialidades. A territorialidade, por sua vez, como aponta Paul Little (2002, p. 253), pode ser definida como: “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou homeland”.

Neste sentido, quando recuperamos neste trabalho a noção de territorialidade para compreender as práticas componentes da constituição do território na comunidade São Pedro, o fazemos, a partir do entendimento de que existem dinâmicas sociais particulares em curso, que precisam ser examinadas. Essas dinâmicas, contudo, não se esgotam nessa descrição, que se concentra na religiosidade e na agricultura. Essas últimas, por sua vez, são enfatizadas, não por uma escolha que eu faço, enquanto pesquisadora, mas porque é o próprio campo e as conversas realizadas com os agricultores e agricultoras que fazem emergir essas práticas como elementos fundamentais das territorialidades.

A territorialidade, ainda, como noção que compõe o quadro conceitual, é compreendida a partir de sua multiplicidade histórica, que incide, necessariamente, na

diversidade de concepções do território. No caso específico, percebe-se como essas práticas irão se chocar a partir da entrada da mineradora na comunidade, que por sua vez, demonstra sua própria caracterização e compreensão sobre o território. O que se coloca para nós, assim, é a necessidade de ir demonstrando ao longo do trabalho essas formas, por vezes antagônicas e, mais ainda, as disputas em torno do território, que vão sendo produzidas a partir da chegada da empresa.

As multiplicidades de formas de organização do espaço, que produz o território, posicionam de maneira desigual práticas de apropriação, usos e atribuição de sentidos e significados do espaço geográfico, sendo necessário, portanto, a compreensão das territorialidades em disputa. Little (2002) aponta que a história da expansão das fronteiras é sempre uma história territorial e que nesse processo, constitui-se como forma hegemônica de compreensão do território aquela operacionalizada pelo Estado-Nação: “o ordenamento social e físico-espacial que se impõe com o surgimento dos Estados-nação vai se converter em forma hegemônica tornando invisíveis e deslegitimando várias das distintas formas de territorialidade costumeiramente constituídas” (Little, 2002, p.11).

Essa forma hegemônica, ao tornar invisível outras formas de apropriação e organização do espaço, irá produzir o que vem sendo conceituado por *desterritorialização*, como resultado de “processos de exclusão e expropriação em relação a grupos, populações e povos impossibilitados de construir e de exercer efetivo controle sobre seus espaços de vida e trabalho, isto é, seus territórios” (Little, 2002, p.11). Esses processos de desterritorialização são multifacetados e possuem particularidades históricas, que estão intimamente ligadas com a forma pela qual se constitui uma dada formação social, sendo que, podemos enumerar algumas delas, como “grandes projetos desenvolvimentistas, como as hidrelétricas, por grandes empresas de extração de minérios, por frentes de expansão, pelo avanço de grandes plantações monocultoras” (Little, 2002, p.11).

O que se coloca, neste sentido, é que o território se faz através da disputa de significados e práticas de organização do ambiente, sendo ele mesmo, o território, produto das assimétricas disputas em torno da apropriação deste ambiente. Evidenciar essas distintas formas concorre não apenas para a compreensão dos processos políticos e sócio históricos em curso, mas também para a desestabilização das visões hegemônicas sobre o território, seus limites e contradições. Sobretudo, quando no território estão inscritas práticas comunitárias fundamentais para a reprodução social de um grupo, como é o caso da comunidade estudada.

1.1 “Isso aqui sempre foi cheio de gente”.

A formação territorial da comunidade São Pedro, remonta ao processo de desenvolvimento da própria Zona da Mata. Com a crise do ouro, no século XVIII, houve grande incentivo da coroa para o desenvolvimento de outras atividades na região da Zona da Mata mineira. Essa região tradicionalmente ocupada por populações indígenas puris, coroados, coropós e botocudos, vai se reconfigurando a partir de um processo de dominação colonial desses povos, financiada pela coroa, como demonstrou Romilda Alves (2009, p.47):

A Zona da Mata foi desbravada por pioneiros naturais de antigas áreas mineradoras que, além da busca por metais preciosos e terrenos férteis para a produção agrícola, entravam nessa área com o objetivo de criar aldeamentos e presídios para domesticar os indígenas e reprimir os que resistissem em participar do projeto de civilização. Pode-se dizer que as incursões em direção à Zona da Mata tinham dois objetivos: um de natureza civilizadora, de domesticação e controle da população indígena e outro de caráter econômico, voltado para a produção de alimentos para abastecer o mercado interno colonial.

Neste contexto, o que se colocou como projeto, foram as frentes de expansão agrícola, organizadas por colonos com objetivo de se apropriarem de terras devolutas. Essas, por sua vez, se transformam posteriormente em pequenas unidades produtivas para produção de alimentos para subsistência e também para atender as demandas por alimento de uma população crescente da Capitania de Gerais. Desse processo, famílias eram formadas no local e por vezes, eram reconhecidas pela igreja (Alves, 2009). “Várias famílias já formalizadas pela Igreja, fixaram-se principalmente ao longo das estradas que ligavam Minas às capitanias do Rio de Janeiro e Espírito Santo, fazendo nelas suas roças, pousos, paióis e ranchos (Alves, 2009, p.47).

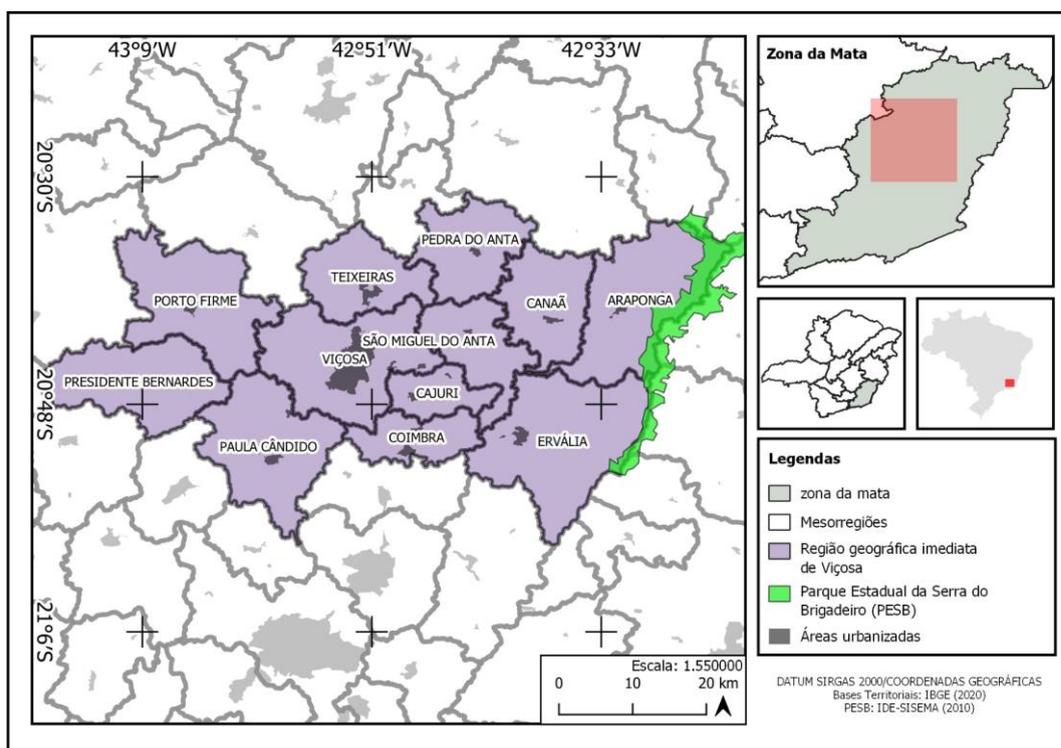
A garantia da continuidade do domínio e controle sobre essas áreas de expansão, um outro fator fundamental, se deu através do estabelecimento dos presídios, que eram unidades militares, que serviram de apoio na luta contra os indígenas que se rebelaram. Os presídios, de acordo com Alves (2009, p.114) “tiveram importante participação na formação de novos povoados e significaram a afirmação da autoridade e dos interesses econômicos portugueses nas zonas de expansão”. É o estabelecimento dos presídios, que garante de certa forma, neste período de expansão das fronteiras agrícolas na região da Mata mineira, uma organização do território que atendesse aos interesses hegemônicos, a saber, o de criação de reservas de mão de obra, a distribuição de terras para alguns grupos específicos, como migrantes que eram incentivados a ocuparem as terras e a garantia do monopólio da força na disputa com os povos indígenas dessa região.

Neste sentido, a formação territorial da Zona da Mata Mineira é resultado de um processo de apropriação das terras dos povos que já viviam neste território, para expansão

agrícola, criando um novo mercado de terras. Entretanto, é importante considerar que dadas as condições dessa outra materialidade que se constituía através da organização da vida das famílias em torno da produção de alimentos, a região foi se constituindo a partir de uma alta sedentarização da população. “Esse gênero de vida, ao exigir a sedentarização da população, principalmente fixada em torno das estradas e rios, de certa forma, foi elemento essencial para a organização e regionalização dos espaços da área central da Mata mineira” (Alves, 2009, p. 43). Sendo assim, o modo de vida que vai se formando na região, diretamente relacionado com a forma que o trabalho com a terra assume, é fator determinante nessa formação territorial.

Esse processo de expansão das fronteiras agrícolas na região da Mata, mencionado, é importante dizer, possui uma profundidade muito maior do que a que temos condições de abordar neste trabalho, que irá se concentrar em outras problemáticas. Ainda assim, fazia-se necessário percorrer parte da historiografia sobre a formação territorial da Zona da Mata, para que compreendêssemos a própria formação territorial do município e da comunidade estudada.

Assim, Teixeira, município em que se encontra a maior parte do território da comunidade estudada, tem no seio da sua formação, características bastante semelhantes das demais áreas da região da Zona da Mata. Constitui-se como povoado, em torno da capela Santo Antônio, construída a pedido de Antônio Serafim Teixeira, um migrante que teria se mudado em meados do século XIX atraído pelo novo mercado de terras que se formava na região. O povoado tem seu crescimento impulsionado a partir da construção da estrada de ferro Leopoldina, por onde era escoada a produção da agricultura. Hoje, conta com uma população em torno de 11.680 habitantes, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), realizado em 2010. Sua economia é baseada na agricultura e pecuária, principalmente de café e na produção de bovinos e suínos, como grande parte dos municípios vizinhos, da microrregião, ressaltados no mapa a seguir:

Mapa 1: Microrregião de Viçosa

Fonte: Mapa produzido pela pesquisadora, 2022.

São Pedro está dividida em: São Pedro de Baixo, São Pedro do Meio e São Pedro de Cima e faz fronteira com as localidades: Córrego dos Querubinos, Córrego dos Costas e Campo do Diolino. As divisões entre as localidades, apesar de não estarem demarcadas fisicamente, são facilmente reconhecidas pelos moradores da comunidade, que costumam demarcar as fronteiras, a partir da casa de algum conhecido. “São Pedro de Baixo é onde fica a casa de X” ou, mais recentemente, em relação ao empreendimento mineral instalado na comunidade, pela distância das localidades em relação às cavas, escritório e planta de beneficiamento da empresa. “São Pedro e Vidraça, no entorno do empreendimento (...) Córrego dos Querubinos, que fica entre 800m e 2 km do empreendimento; Córrego dos Costas, que fica a 3km do empreendimento (...) Campo do Diolino, distante entre 5 km e 7 km do empreendimento” (Gilmar Fialho, 2021).

A comunidade é morada de famílias de agricultores familiares sendo que a maioria delas habita essas terras há cinco gerações ou mais. É um local com construções históricas, símbolos religiosos antigos, que remontam à arquitetura colonial e a costumes tradicionais do campo, tais como, as peregrinações religiosas, o trabalho na terra, as estreitas relações de vizinhança, além de uma relação de bastante proximidade com o meio, a paisagem do “mar de morros” e a mata atlântica que os cercam.

É ainda um desafio que se impõe a conceituação da *agricultura familiar*, tanto do ponto de vista teórico, quanto das políticas públicas. Como bem aponta Maria Thereza Pedroso (2014) não há uma teoria da agricultura familiar. O que se faz necessário, é compreender como se articulam as atividades realizadas pelos agricultores, ao seu local de moradia e à constituição da família e modos de vida, ou seja, como se articulam nesse contexto, terra, trabalho e família. Nesta direção, as literaturas sobre campesinato, tais como, Maria Wanderley (2008) e Ricardo Abramovay (2007) e Aleksander Chayanov (1976), oferecem apontamentos importantes, que serão utilizados no decorrer desta seção.

O fio primordial que aproxima essas famílias em sua relação com a comunidade, remonta à chegada dos *pioneiros da família* e ao trabalho com a terra, como aquele responsável por assegurar as condições de reprodução da vida dos que ali estavam e das gerações que vieram depois. Nas entrevistas, quando eu perguntava sobre como se iniciou a relação dos entrevistados -todos moradores- com São Pedro, não raro, as respostas conduziam a uma dimensão desse espaço como lócus fundamental de reprodução da vida tecida através das relações de trabalho com a terra, exercido pelos familiares do entrevistado, como nota-se a partir dos relatos:

“Minha mãe morava aqui, meus avós que chegaram primeiro e conquistaram tudo com muito sofrimento. É muita terra mesmo”.

“Primeiro chegou meu avô, depois veio meu pai, nós, meus sobrinhos e os filhos dos meus sobrinhos. Na mesma comunidade, na mesma casa”.

“Eu nasci aqui, eu nunca mudei. Tive meus meninos aqui. A gente tira o sustento tudo daqui”

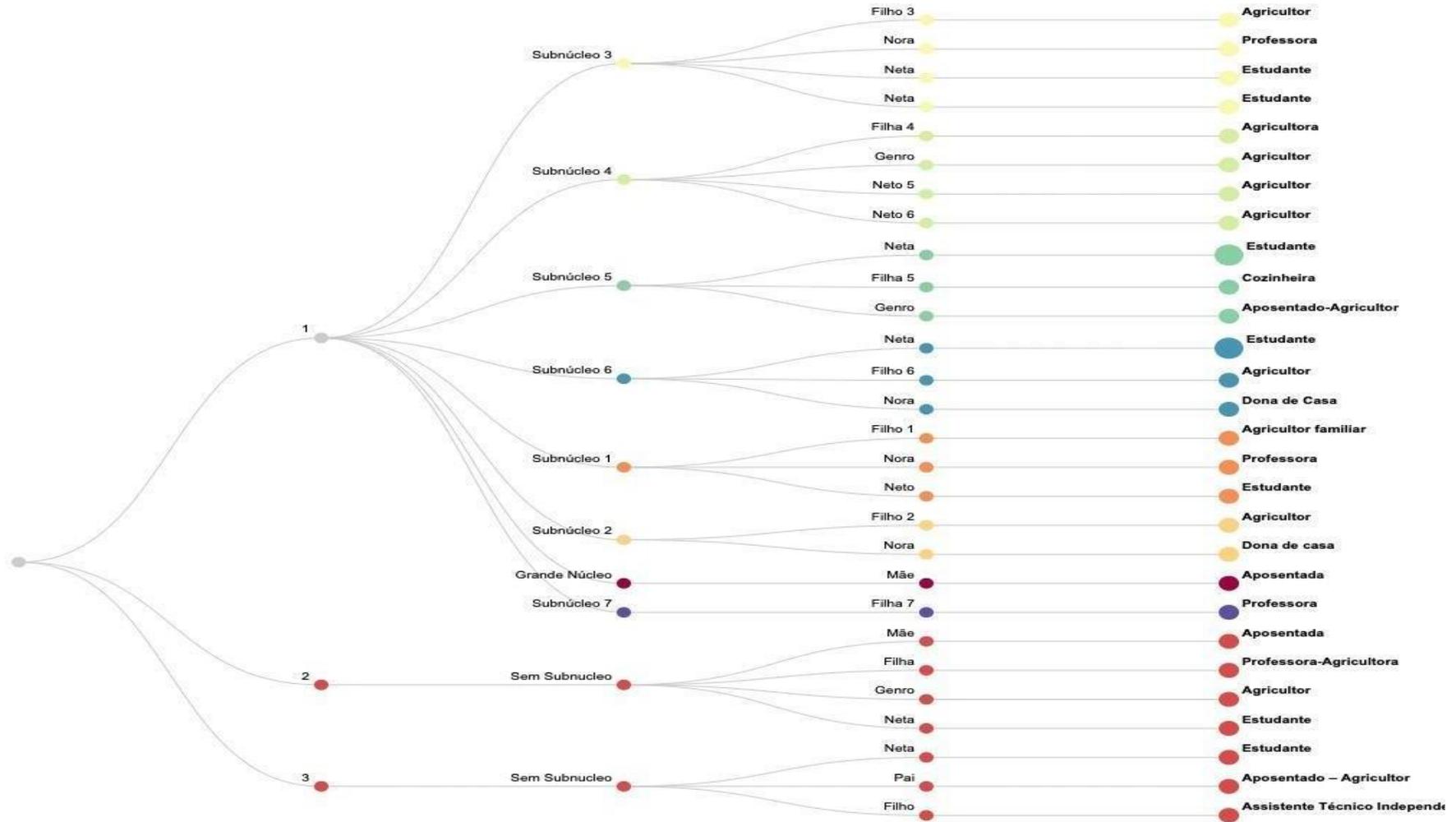
O trabalho, como parte integrante da tríade terra, trabalho e família é um dos fatores que recorrentemente aparecem nas falas dos agricultores e agricultoras. A posse da terra, está intimamente ligada a esse trabalho que é executado pelas pessoas do mesmo núcleo familiar. Esta é uma das características substanciais da reprodução social via agricultura familiar, a saber, o montante de trabalho necessário na unidade produtiva é compartilhado dentro do mesmo núcleo familiar (Wanderley, 2008 e Abramovay, 2007). Na comunidade São Pedro isso se verifica nas propriedades visitadas. A contratação de trabalhadores para ajudar no plantio e na colheita é eventual e a maioria das famílias não contratam esse tipo de serviço, se encarregando completamente da produção.

As condições nas quais esse trabalho é realizado, no entanto, foram se alterando no tempo. Durante as visitas de campo, houveram relatos de mutirões de capina e colheita realizados em épocas passadas. Esses mutirões aparecem como sendo uma necessidade à época, assim como, uma prática de solidariedade entre as diferentes famílias dos agricultores. Eram realizados pelos homens dos núcleos familiares, que iam revezando o trabalho nas propriedades, visando o aumento da velocidade do trabalho e o maior

aproveitamento da produção. *“Hoje mudou muito a produção do sítio, antes tinha arroz. Diminuiu a diversidade na produção, hoje a agricultura mecanizou. Teve uma mudança né, na mão de obra”* (relato de moradora da comunidade em entrevista em julho de 2022).

O que se coloca para esses agricultores, é a posse da terra como resultado do trabalho da família, ou seja, a terra é meio, mas também é propriedade, na medida em que o trabalho foi realizado, caso não houvesse trabalho, não haveria posse da terra. Como pontua Emília Godoi (2014, p.12): “É o parentesco uma das formas mais correntes de se estabelecer direitos de acesso a terras e outros recursos”. Mais ainda, a produção do território aqui é mediada também por essa relação. Ainda segundo Godoi (2014, p.13): “é bom enfatizar que o território, antes de se exprimir por uma ligação a um lugar particular, é uma relação entre pessoas e se refere à organização do espaço carregada de história”. Neste sentido, não seria possível compreender a relação com a terra nesse território, sem olhar para a relação trabalho-família, que pode ser melhor representada na tabela a seguir

Figura 1: Informações básicas sobre as famílias.



Fonte: Arquivo pessoal; 2022.

A tabela foi organizada partindo do “mais velho da família”, desdobrando-se nos filhos, noras, genros e netos, sendo que, os subnúcleos, conformam parte do grande núcleo, porém, vivem em outras casas, mas o trabalho ainda é realizado na mesma propriedade. Importante ainda destacar, que essa representação foi construída com base nas famílias em que um ou mais membros contribuíram diretamente com esta pesquisa, ainda que, no trabalho de campo, tenha havido um diálogo constante com outros agricultores e agricultoras.

Percebe-se através desta representação, que, ainda que alguns filhos estejam realizando atividades de outra natureza, que não a agricultura, a grande maioria em idade produtiva (os netos estudantes, ainda estão em idade escolar), vive do trabalho na terra e a agricultura segue sendo uma importante fonte de renda dos núcleos e subnúcleos. O que essa tabela deixa evidente, contudo, é que é a agricultura, a principal atividade laboral praticada pelos membros dessas famílias e, pode-se dizer, de toda a comunidade, que não altera muito sua composição em relação a essas famílias aqui representadas.

Outra característica observada é o fato de que a agricultura organiza o cotidiano das famílias. O “tempo curto”, expresso nas horas de cada dia, é organizado a partir das atividades que são realizadas nas propriedades, por exemplo, a partir dos horários de ordenha do gado e cuidado das hortas. Já o tempo mais longo, por assim dizer, do calendário anual, também é organizado a partir dos períodos de plantio e colheita, esboçados na imagem a seguir:

Figura 2: Calendário de plantio e colheita.

Meses do ano	Plantio	Colheita	Produção contínua
JAN			Tomate, peixe, mel, gado de corte, leite, banana
FEV		Milho para Silagem	Tomate, peixe, mel, gado de corte, leite, banana
MAR	Feijão,		Tomate, peixe, mel, gado de corte, leite, banana
ABR			Tomate, peixe, mel, gado de corte, leite, banana
MAIO			Tomate, peixe, mel, gado de corte, leite, banana
JUN		Milho para grão	Tomate, peixe, mel, gado de corte, leite, banana
JUL		Feijão – Café (dois anos após o plantio)	Tomate, peixe, mel, gado de corte, leite, banana
AGO			Tomate, peixe, mel, gado de corte, leite, banana
SET			Tomate, peixe, mel, gado de corte, leite, banana
OUT	Milho – Café		Tomate, peixe, mel, gado de corte, leite, banana
NOV			Tomate, peixe, mel, gado de corte, leite, banana
DEZ			Tomate, peixe, mel, gado de corte, leite, banana

Fonte: Arquivo pessoal; 2022.

A imagem, que demonstra as culturas plantadas e colhidas ao longo do ano, é representativa desse “tempo longo” como chamamos e ilustra essa relação mencionada da organização do tempo a partir das atividades da agricultura. Neste sentido, todo o

planejamento e organização das famílias, inclusive das atividades mais cotidianas, realiza-se a partir desses tempos da atividade. Na época da “panha” de café, por exemplo, é tácita a dificuldades dos agricultores de se deslocarem por longos períodos das propriedades, uma vez que o trabalho se acumula, pois além do café existem outras atividades.

A produção da agricultura familiar na comunidade, é realizada a partir do uso de alguns recursos comuns, como a água. A água é assim descrita como sendo uma “água comunitária”, pois é “uma só”. Muito embora, os preços dos insumos necessários à produção, como fertilizantes, adubos e outros itens seja discutido informalmente entre os agricultores, de modo que, vão realizando o levantamento destes, durante conversas no dia a dia, a compra é realizada por cada família e é empregada na produção própria de cada propriedade. Neste sentido, há uma dependência de alguns produtos externos para manutenção das lavouras e currais.

Outro ponto fundamental observado na comunidade e que compõe parte da relação social terra, trabalho e família na agricultura familiar, segundo Chayanov (1976) é o balanço entre trabalho e consumo. A quantidade de trabalho empregado nas propriedades parte de uma decisão das famílias. O quanto produzir, o que produzir e quando produzir. Sendo que, parte do produto final, por assim dizer, será destinado a mercados, feiras e uma parte servirá para o consumo próprio. Neste sentido, os alimentos produzidos na comunidade partem das condições disponíveis, mas passam, necessariamente, pelo crivo dos membros do núcleo familiar, mesmo porque, a *disposição das áreas da propriedade* será negociada de acordo com as necessidades da produção, seja para plantio, manejo ou armazenamento.

Figura 3: Disposição da produção numa mesma propriedade.



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Neste caso, como demonstra a figura 3, a área separada para a produção do café é uma área que dispõe de espaço para secagem e é também mais alta, em relação a outros espaços da propriedade. Já a figura 4 ilustra o espaço de armazenamento dos insumos e da produção de abobrinha, que fica logo ao lado de uma das casas, num ponto estratégico em relação a todas as áreas de cultivo.

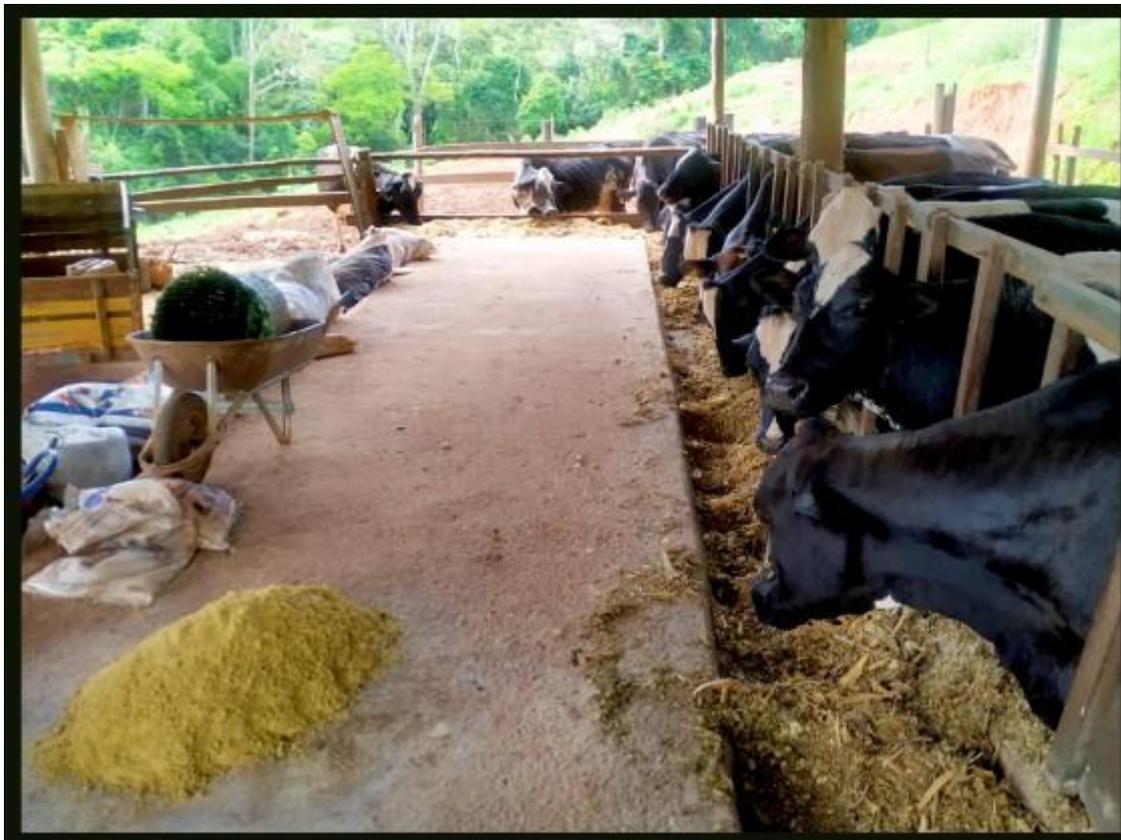
Figura 4: Disposição da produção numa mesma propriedade.



Fonte: Arquivo pessoal (2021).

As figuras quatro, cinco e seis, são imagens da produção de uma mesma propriedade e objetivo de trazê-las é não só ilustrar a diversidade da produção realizada na comunidade, mas também demonstrar o uso do espaço pelas famílias, que está fundamentalmente ligado à agricultura. Neste caso observamos como vem sendo dito, que a disposição das propriedades está atrelada às necessidades de cada cultura. Então o próprio espaço vai sendo organizado a partir das atividades executadas, como o da produção de leite, ilustrada na imagem que segue.

Figura 5: Disposição da produção numa mesma propriedade.



Fonte: Arquivo pessoal (2021).

Sobre o balanço trabalho e consumo, os rendimentos das vendas dos produtos são destinados à reprodução dos núcleos familiares, retornados para a produção e empregados em “benfeitorias” nas propriedades, que vão, por sua vez, proporcionar melhores condições para o trabalho, posteriormente.

O escoamento da produção da comunidade é realizado, principalmente no mercado de Teixeira, sendo que o leite é vendido para um laticínio do município, o gado para mercados da microrregião de Viçosa, assim como, o café. O tomate, por sua vez, é distribuído parte para o mercado da região e a maior parte para a Central Estadual de Abastecimento (CEASA) de São Paulo. Os peixes são vendidos para pesque pagues, mercados e feiras. O feijão e o mel, são distribuídos entre revendedores da região. Por último, a banana é vendida para mercados de Viçosa. Necessário pontuar, que os agricultores da comunidade não têm o costume de participarem de feiras, concentram-se na produção e já possuem locais certos para distribuir seus produtos. A não participação nas feiras também é justificada pela demanda de tempo que requer, além da incerteza sobre a

venda de todos os produtos. Sendo assim, os agricultores preferem disponibilizar os produtos em uma data combinada para os distribuidores.

A saída de algumas pessoas para trabalhar nas cidades, conforma um ponto em comum de algumas das famílias entrevistadas. Entretanto, esses outros trabalhos são realizados com vistas a aumentar a renda da outra parte da família que segue na comunidade trabalhando na terra, ou no caso dos jovens, de poder ter outras experiências de trabalho e estudo, sobretudo. A agricultura é, neste sentido, onde se concentram os esforços e o meio através do qual se organiza a comunidade, seja pela percepção e organização do tempo, seja pela organização do próprio espaço físico.

Muito embora, estejamos aqui conferindo grande importância a isso que chamamos organização do espaço/ambiente, ou em suma, na constituição do território, existe algo que perpassa também o trabalho, mas está imediatamente ligado à dimensão simbólica da vida nessa comunidade. Um “elemento fundamental dos territórios sociais é encontrado nos vínculos sociais, simbólicos e rituais que os diversos grupos sociais diferenciados mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos” (Little p.263). Essa dimensão simbólica do uso do espaço, é aqui representada pela religiosidade praticada na comunidade e é esta, uma parte fundamental das territorialidades que se constituem ali.

Desde a sua fundação, a comunidade São Pedro é aglutinada a outras localidades, na medida em que, pertencem ao mesmo núcleo religioso, a saber a Paróquia Santo Antônio em Teixeira (MG). A religiosidade assim, é como um ponto de referência na descrição da comunidade ou no seu entendimento enquanto grupo, como aponta Gilmar Filho (2021, p.1) ao falar sobre a comunidade São Pedro: “teve a fé de sua gente plantada por seus primeiros habitantes, sustentada e animada, especialmente, pelo catolicismo popular tendo, no trabalho das rezadeiras, sua maior expressão durante muitos anos”.

Essa religiosidade vai se reafirmando no tempo, através do cuidado com alguns símbolos materiais existentes na comunidade como é o caso da Capela de São Pedro, onde eram realizadas as missas quinzenais e também do Cruzeiro, que se encontra na área da Capela. Esse cruzeiro possui mais de cem anos, não sendo possível localizar sua idade precisamente, já que estava lá, antes da chegada dos *primeiros da família*. Quando falamos dessa manutenção dos símbolos materiais, falamos da limpeza, mas também de eventuais restaurações, para conservação da Capela e do Cruzeiro, que eram realizadas pelos próprios agricultores e agricultoras.

Figura 6: Capela - Comunidade São Pedro - Teixeira, MG. 2021.



Fonte: Arquivo pessoal (2021).

A capela de São Pedro, aparece também como local de encontro das famílias, na propriedade onde se realizavam grande parte das celebrações religiosas. Apesar do pouco espaço, ao redor da capela se reuniam muitas famílias da comunidade e localidades vizinhas. A capela assim, é situada como símbolo do encontro das pessoas da comunidade, além de uma representação da fé católica muito importante, sobretudo, porque contém em sua área o Cruzeiro, que aparece nos relatos como representação da fé que resiste no tempo - e aqui o tempo como sinônimo de clima, porque ele está situado em área descoberta, ficando suscetível às chuvas, sol, etc. mas também no tempo histórico-.

A realização dos momentos de encontro e celebração religiosa, se reafirmam também como práticas de manutenção dessa religiosidade presente na comunidade. “As famílias da comunidade alimentam sua fé através de encontros, celebrações e devoções populares que, dependendo do local, considerando as condições de acesso, reúnem grupos de 10 a 50 pessoas” (Fialho, 2021, p.1). Tal é a importância das celebrações religiosas, que havia um calendário dessas festas, que foi reunido e sintetizado por Fialho (2021 p.4) -também morador da comunidade, tendo atuado como líder comunitário-:

1. Missa Mensal - Toda terceira terça-feira do mês, a comunidade celebra Eucaristia (missa), o mistério central de sua fé, na Capela da Vidraça.

2. Quaresma - Missa na Quaresma com encenação da Via-Sacra;

3. Catequese – Encontros de catequese com as crianças e adolescentes todo sábado. No último sábado de cada mês, as crianças e adolescentes são levados para o campo de futebol na comunidade para uma atividade religiosa aliada ao lazer;

4. Novena de Nossa Senhora Aparecida – Celebrada na Capela de 3 a 11 de outubro. No dia 11/10, há procissão cujo trajeto se dá dentro da mesma propriedade da Capela. Nesse dia, mantém-se a tradição do levantamento do Mastro, isto é, a Bandeira da Santa, um sinal de que a comunidade está em festa, celebrando a Padroeira do Brasil;

5. Novena de Natal – Visita em todas as casas que compõem a Comunidade nos nove dias da novena. Confraternização da Comunidade encerrando o ano.

6. Oração do Terço - Encontros na Capela da Fazenda Vidraça a cada 15 dias durante todo o ano;

7. Oração do Terço - Encontros toda terça-feira na Casa de Fernando/Gelsa;

8. Comemoração de aniversário da Comunidade todo dia 25 de abril;

9. Grande Festa da Comunidade – Realizada no último final de semana de agosto. Nesse dia é celebrada a missa e realizada inúmeras outras atividades como teatro, fogueira, show e quadrilha. Cerca de 1200 pessoas passaram pela festa nos dois dias.

Além desse calendário de celebrações religiosas, eram realizados na comunidade as típicas festas de São João, no mês de junho, como pode-se observar através das imagens a seguir:

Figura 7: Imagens da festa de São João, 2012.



Fonte: Arquivo cedido por uma moradora da comunidade (outubro de 2012).

Nas imagens é possível observar, dentre outras coisas, os cortejos e a montagem de uma peça do espaço de celebração conjuntamente entre dois dos moradores da comunidade, fato que chama atenção, pois coaduna com os relatos sobre a preparação das festas serem realizadas coletivamente. A organização das celebrações era feita em mutirões em que as tarefas eram divididas entre: cozinha, vendas, enfeites, leituras da bíblia, barraquinha, dança e teatro. Geralmente a tarefa do preparo das comidas, era realizada pelas mulheres. *“A gente fazia aquele monte de comida e às vezes cada um trazia o que tinha em casa pra não ficar caro. Umas comida gostosa”* (relato de uma agricultora, moradora da comunidade durante visita de campo em 30 de maio de 2022). As comidas eram preparadas com certa antecedência, uma vez que, eram grandes quantidades. E nas feituas eram também aproveitadas a produção das famílias em alguns pratos, o que demonstra também a ligação entre as diferentes atividades praticadas na comunidade.

O cardápio variava entre a feijoada com arroz e couve, canjiquinha doce e salgada e pastel, que eram vendidas nas barraquinhas contidas no espaço das celebrações. O intuito das vendas era arrecadar recursos para construção de uma igreja na comunidade, em terreno cedido por um morador. Entretanto, após a chegada da empresa mineradora, esse projeto foi abandonado, diante da dispersão do processo coletivo de organização das celebrações. Esse dinheiro atualmente encontra-se em caixa e a coordenação da paróquia vem estudando uma forma de devolver esse valor à sociedade, já que a igreja não será mais construída.

Esses momentos, aparecem assim também, como espaço de construção de sociabilidade e solidariedade, em que projetos coletivos são gestados, como esse da construção de uma igreja pelas próprias famílias. Como aponta Antonio Candido (2001, p.196): “elemento de definição da sociabilidade vicinal é a vida lúdico religiosa – complexo de atividades que transcendem o âmbito familiar, encontrando no bairro a sua unidade básica de manifestação”. Neste sentido, as celebrações religiosas cumpriam esse papel de organizar a sociabilidade praticada entre os moradores, ainda que não fizessem parte da mesma família.

Um dado importante, é que para realização dos festejos participavam não só São Pedro de Baixo, do Meio e de Cima, como também as localidades vizinhas já mencionadas: Córrego dos Querubinos, Córrego dos Costas e Campo do Diolino, o que demonstra algo que Candido (2021, p. 197) descreve muito bem: “trabalho e a religião se associam para configurar o âmbito e o funcionamento do grupo de vizinhança, cujas moradias, não raro muito afastadas umas das outras, constituem unidade, na medida em que participam no sistema dessas atividades” ou neste outro trecho: “O exemplo esclarece o caráter complementar dos bairros para certas atividades, o que pode ocorrer também no auxílio

mútuo, sobretudo, quando se trata de moradores das partes limítrofes, mais próximas dos moradores do bairro vizinho” (2021, p. 199).

Neste sentido, compreendemos que a religiosidade e os processos que se criam em torno dessa manifestação praticada na comunidade São Pedro, conformam a existência de práticas comunitárias, que recuperam outras dinâmicas vicinais, mas que neste contexto específico, inserem-se como conteúdo fundamental da organização do território, funcionando como elemento aglutinador das relações sociais de vizinhança, da compreensão sobre o ambiente e do sagrado e reafirmando o caráter comunitário da apropriação do espaço realizada pela comunidade, sobretudo, quando em contraste com as práticas postas em movimento pela empresa mineradora.

Muito embora, os festejos e as práticas religiosas tenham sido um ponto de encontro fundamental das famílias do São Pedro, sendo um momento de reunião, de fortalecimento dos valores de coletividade e do senso de pertencimento por muitos anos, hoje é possível observar o rompimento desses processos comunitários, após a chegada da mineradora. A mineração quando se instala no território, deixa suas marcas na paisagem, assim como, no tecido social. As relações comunitárias se transformam de tal forma, que a busca por vestígios do que antes existia, se exauri e se encontra com as sensações de tristeza e solidão relatadas. *“Uma vez por mês o padre vem celebrar a missa. No final do ano, em novembro a gente fazia novena, visitava todas as casas. Esse ano uns não quiseram participar da novena, por causa dessas confusão mesmo que a mineradora implantou aqui”* (relato de uma agricultora do São Pedro durante visita de campo em abril de 2022).

A expressão “Isso aqui sempre foi cheio de gente”, que dá nome a esta sessão é inspirada em um trecho da fala de uma agricultora da comunidade, em uma das visitas de campo, numa tentativa de demonstrar o erro da empresa ao dizer em seus Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA, 2018), que as áreas a serem utilizadas por ela eram áreas desertificadas, usadas, sobretudo, como locais de visita aos finais de semana pelas famílias. A agricultora então diz: *“Isso aqui sempre foi cheio de gente! Você acha que se não tivesse morador aqui, a fazenda estaria conservada?”*. Ela se refere à fazenda, que fora a primeira casa de sua família e que também teria sido uma escola, para os filhos dos meeiros (agricultor que trabalha em terra de outra pessoa).

“Isso aqui sempre foi cheio de gente” pretendeu cumprir a função de realizar um contraponto à narrativa da empresa mineradora sobre a comunidade, que invisibiliza as práticas comunitárias de organização do território. Neste sentido, descrever as práticas de uso e ocupação do ambiente e a dimensão sagrada. Não pretendemos, contudo, esgotar a compreensão e a descrição dessas territorialidades, mesmo porque, as territorialidades, bem como, o resultado delas, o território, estão em movimento. Antes, descrever essas

práticas, que são postas no centro da relação dos agricultores e agricultoras com esse contexto estudado e sistematizar os elementos apagados nos estudos e nos discursos da empresa.

Compreendemos que esse apagamento demonstra as formas próprias da empresa de compreender o território e que se faz também, como uma estratégia na dinâmica de disputas, que se estabelece. Nesse processo de disputas, que vai se constituindo, não raro, as famílias e toda a rede de resistências que é criada, ressaltam os elementos de territorialidades aqui demonstrados. Sendo assim, podemos afirmar que o território é também um produto político, que resulta da capacidade organizativa dos grupos de afirmarem suas territorialidades.

CAPÍTULO 2: A TERRITORIALIZAÇÃO DA MINERAÇÃO NA COMUNIDADE SÃO PEDRO.

O presente capítulo irá demonstrar o início do processo de *territorialização* da empresa Zona da Mata Mineração (ZMM) na comunidade São Pedro. Falamos do início do processo, pois aqui iremos discutir apenas alguns aspectos dessa *territorialização*, que se inscrevem nas primeiras movimentações da empresa na comunidade e na dinâmica estabelecida por ela no trato com as famílias, também a produção de discursos e narrativas e as práticas em torno do processo de licenciamento ambiental. Necessário ressaltar, que essa dinâmica de produção de discursos e narrativas, que traduzem a forma pela qual a empresa concebe o território, conforma também um aspecto da territorialização, por isso mesmo, são abordadas aqui.

O território como espaço usado, apropriado, produto das condutas de territorialidades exercidas em determinado espaço, é ele mesmo, resultado das relações de poder e das disputas territoriais, que acontecem em um determinado espaço. A *territorialização*, neste sentido, assume para nós um duplo caráter: primeiro, pela entrada de práticas de organização do território, que são próprias da empresa. Aqui se enquadram, por exemplo, discursos, narrativas, formas de ver e classificar o território. O outro sentido, é o processo de *desterritorialização*, que pode ser entendido na chave da sobreposição das práticas de organização do território, que terminam por inviabilizar outras práticas existentes anteriormente e aqui devem ser levadas em conta também os processos de coação da empresa para arrendamento das terras, que conforma outra face dessa desterritorialização, quer seja, a perda das propriedades.

Neste sentido, analisamos como a territorialização da empresa na comunidade São Pedro, vai desmantelando sociabilidades e territorialidades ali existentes anteriormente, como as que foram descritas no capítulo anterior. A forma como realizamos esse movimento analítico, foi primeiro descrever algumas práticas fundamentais da constituição das territorialidades da comunidade no capítulo um desta dissertação, para agora começarmos a compreender como vão sendo friccionadas as territorialidades constituídas pelos comunitários e pela empresa.

Rogério Haesbaert (2006) aponta que o processo de *produção do espaço*, ou como viemos chamando, de apropriação do espaço, envolve um duplo movimento: a desterritorialização e a reterritorialização. Sendo que, a desterritorialização é compreendida como a produção de processos de expropriação, expulsão e insegurança territorial e também a partir da perda da “conexão entre territórios no sentido político e cultural, processo este provocado por elementos e processos de cunho econômico e político” (Lucas Fuini, 2014; p.24). Neste sentido, a reterritorialização assumiria a função de “reconstrução

dos aspectos políticos e culturais definidores das dimensões sociais fundamentais do território, dimensões que envolvem as relações e sentimentos de identidade, enraizamento e controle” (Ibidem; 2014).

Assim, no caso estudado observa-se, por exemplo, no próprio movimento das resistências que vão sendo constituídas, a disputa pela visibilização das *territorialidades* constituídas na comunidade, como a agricultura familiar, pelo reconhecimento das formas comunitárias de ver, classificar e utilizar os bens naturais e as práticas que envolvem a religiosidade. São disputas territoriais, que passam inclusive pela disputa semântica e cognitiva dos elementos do território, ou seja, qual o sentido e como compreender esses mesmos elementos. Contudo, essa reterritorialização nem sempre se realiza e será necessário analisar a dinâmica que vai sendo construída no caso estudado. Esse processo de *territorialização* da mineração na comunidade, se materializa através de diversas formas de controle do território, executadas através de estratégias corporativas para a manutenção das atividades da empresa.

Sendo assim, como aponta Haesbaert (2004; p.92) territorializar significa: “criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais”, por quanto, analisar as formas de *territorialização* da atividade mineradora na comunidade, nos permite compreender as relações de poder em jogo e contribuir para a desestabilização das formas hegemônicas de compreender o território, entendendo que, a *territorialização* deste tipo de empreendimento como o que é aqui analisado, significa, a imposição de uma forma de racionalidade, que é própria da dinâmica dessas atividades.

2.1 “A chegada do estranho”

O estranho não é, entre nós, apenas o agente imediato do capital, como o empresário, o gerente e o capataz, mas é também o jagunço, o policial, o militar. E, ainda, o funcionário governamental, o agrônomo, o missionário, o cientista social. Embora cada um trabalhe para um projeto distinto, raros são os que trabalham pela vítima dos processos de que são agentes.
A chegada do estranho - José de Souza Martins (1993, p.1).

Na passagem que inaugura essa sessão, Martins (1993) nos convida a refletir sobre “a chegada do estranho”, que em suas palavras não está representado somente na figura direta do capital, mas em tantos outros que como os cientistas sociais adentram um território, que não é o seu, por assim dizer. “A chegada do estranho”, nessa perspectiva,

não se trata da introdução, necessariamente, de uma coisa ou de um sujeito em si, que é estranho à realidade apresentada. Trata-se, antes de tudo, de uma fricção de relações sociais, pois esse “estranho”, guarda em si todas as relações das quais é produto, por mais que estejam mistificadas, são sentidas e, por vezes, postas em evidência no contato ou no conflito.

A “chegada do estranho” é uma expressão cunhada por Martins (1993) em sua pesquisa sobre os impactos de grandes projetos econômicos em comunidades indígenas e camponesas na Amazônia. Ela funciona como uma sátira do costumeiro exotismo que as ciências no geral costumam tratar os povos indígenas, sendo assim, o estranho passa a ser o que chega, o que vem “de fora”. A expressão comunica também, a partir de uma posição bastante crítica do autor, a estranheza ética das relações sociais de produção, cujos projetos estudados por ele fazem coro. Esse estranho não quer conviver. Segundo o próprio Martins (1993), o estranho tem por pressuposto a remoção de todas as barreiras para sua estadia, mesmo que seja preciso o aniquilamento cultural ou físico das populações locais.

Para nós interessa a expressão de Martins (1993), na sua potencialidade de desvelar a estranheza das relações sociais trazidas com a mineração para os territórios. A mineração como esse estranho que chega, mobiliza, por sua vez, formas de funcionar de uma atividade, que tem na sua gestação um compromisso com a dominação colonial, então o que viria a ser configurado em torno dela, não abandona esse compromisso. Esse compromisso é expresso, por exemplo, na *ideologia do progresso*, que nas palavras de Carlos Walter, no prefácio do livro de Horácio Machado Aráoz (2020) nos empurra a uma posição de *exportadores de natureza*, historicamente, representada por uma economia de exportação de commodities, para atender as demandas de matéria prima dos países centrais. Posição essa que se reconfigura, a partir de novos arranjos político-institucionais, sem abandonar suas contradições fundamentais e o “Princípio Potosí” (Aráoz, 2020).

Esse princípio trabalhado por Aráoz (2020) demarca as características da economia extrativista na América Latina, tomando o modelo adotado em Potosí - Bolívia nos primórdios da colonização, como o modelo geral do conteúdo das atividades de extração, principalmente de extração mineral. O “Princípio Potosí” como expressão, recupera a Dialética da Dependência (Ruy Mauro Marini, 1974), pois, conta para o leitor que esse modelo é construído através da superexploração da força de trabalho e da natureza, numa dinâmica que reafirma a divisão centro-periferia permanentemente. Sendo que, essa divisão se faz necessária para a reprodução de um modo de produção, muito embora, seja nos países de centro capitalista, que a acumulação se realiza plenamente.

Essa acumulação se traduz na constituição de uma burguesia nacional dependente, que está na origem da nossa formação social brasileira. E, mais ainda, no empobrecimento das populações locais que lidam direta ou indiretamente com a atividade

de extração mineral, como aponta matéria publicada na página “Em defesa dos territórios” (2022). Os dados da matéria, retirados do site da Agência Nacional de Mineração (ANM), demonstram a disparidade entre as receitas brutas da mineração em Carajás (PA) e em Conceição do Mato Dentro (MG) em comparação com a renda média das famílias, bem como, a quantidade exorbitante de famílias em situação de extrema pobreza. Ora, a mineração não gera progresso? não leva o desenvolvimento para os territórios?

É justamente na problemática do desenvolvimento, - como discurso defendido pela empresa- que reside um ponto de inflexão importante para análise propriamente dita do caso em questão. São Pedro é uma comunidade de agricultores e agricultoras familiares, terra produtiva, construída substancialmente em torno do trabalho na terra, como demonstrado no capítulo anterior. Na “chegada do estranho”, levanta-se por parte da mineradora o discurso da necessidade de levar desenvolvimento ao município de Teixeiras e à própria comunidade. O que se coloca é a produção de uma série de narrativas em torno da “questão do desenvolvimento”, como forma de induzir uma parte da população à aceitação do projeto, como será demonstrado neste capítulo.

Em nossa área de estudos esse estranho representado pela empresa Zona da Mata Mineração (ZMM), realiza hoje enquanto escrevemos este trabalho seu projeto de pesquisa e lavra experimental na comunidade São Pedro. A ZMM foi criada em 2017 e o projeto estudado se trata do primeiro empreendimento de extração mineral da empresa. É um projeto de extração de magnetita, (um tipo de minério de ferro), que abarca municípios da microrregião de Viçosa e Ubá, tendo início na comunidade São Pedro (Teixeiras-Pedra do Anta). O projeto prevê a extração de 600 mil toneladas/ano do referido minério.

Em consulta ao site da empresa, é possível observar a linha temporal de instalação do projeto de extração de magnetita: em 2015 os atuais diretores entraram com o pedido de requerimento de pesquisa junto à Agência Nacional de Mineração (ANM), em 2016 obtiveram os alvarás de pesquisa geológica, em 2017 (já com a empresa formalizada) iniciaram-se os estudos de viabilidade técnica e econômica, em 2018 protocolaram o pedido de licenciamento ambiental e o pedido de lavra experimental, por último, em 2019, iniciaram-se as atividades de pesquisa e lavra experimental.

Este projeto, é operado através de uma sucessão de contradições e violações desde o início das pesquisas. É possível observar a correspondência entre a atuação da empresa durante cada fase e práticas já conhecidas em outros contextos de instalação de grandes projetos de desenvolvimento. Induz-se assim, a existência de um repertório de práticas desses projetos, que no seu processo de *territorialização*, constroem procedimentos próprios para sua entrada e permanência nos territórios, mesmo havendo certas particularidades, que certamente devem ser analisadas.

Mesmo antes da instalação da empresa, as tensões já eram sentidas pela população local, o que nos leva a crer que não há a necessidade de algo da ordem material instalado na comunidade (como as estruturas da empresa, por exemplo), para que o “estranho” seja percebido. Essas tensões em grande medida foram engendradas pela presença de funcionários da ZMM na comunidade, como advogados e os próprios operadores de máquinas, que no início abriram as estradas. Essa presença foi confirmando no imaginário da população local, que a mineradora estava prestes a se instalar na comunidade e, com isso, aumentando o nível de preocupação das pessoas com os efeitos da atividade sobre a paisagem e sobre suas vidas.

Antes da instalação de qualquer projeto de extração mineral, é de praxe a realização de uma série de pesquisas, dentre elas, a pesquisa geológica, que consiste na coleta e análise do solo. A ZMM iniciou sua pesquisa de prospecção do solo em 2017, um ano depois de concedidos os alvarás para pesquisa geológica. Nesse momento havia uma sensação relatada por alguns agricultores, de que provavelmente o projeto não fosse ter continuidade, pois parecia improvável para uma grande maioria a possibilidade de existência de minério naquela região. Entretanto, essas sensações vão se transformando à medida que os funcionários da empresa começam a chegar em maior número e haver uma circulação constante de representantes da empresa na comunidade, inclusive realizando eventuais visitas às famílias.

Outra parte da pesquisa consiste em realizar diagnósticos e mapeamento da dinâmica social nos territórios onde a empresa pretende se instalar, levantando informações do perfil socioeconômico e cultural da comunidade, bem como, identificando potenciais conflitos. Realiza-se esse processo anteriormente ao início das atividades de operação, de modo que, haja um planejamento das ações antes da instalação propriamente dita, do empreendimento. Assim, adequando as ações ao repertório de práticas para *controle do território*, que vão se constituindo na lógica da *gestão do risco* ao empreendimento, de forma a garantir não só a aceitação dos projetos, mas também sua instalação e sua permanência no ambiente.

Em sua tese Deborah Bronz (2011) chama de *geopolítica empresarial* o conjunto de discursos e práticas que são colocadas em movimento, para justificar a ocupação e ordenamento do território pelas empresas. A autora chama atenção para o fato de que os discursos e arranjos entre Estado e iniciativa privada são importantes ferramentas dessa *geopolítica empresarial*. A elaboração de Bronz (2011) nos ajuda a compreender como essas estratégias estão presentes em outros contextos e traduzem como sendo constituídas as relações de poder no espaço geográfico.

Neste contexto, a *gestão do risco*, faz-se através da identificação dos sujeitos que podem oferecer alguma instabilidade à empresa. O *risco social* é assim, é entendido a partir

do ponto de vista corporativo, como aponta Raquel Giffoni (2009) em que populações, organizações e sujeitos podem ser identificados como riscos potenciais aos empreendimentos, por exemplo, ao apontar os efeitos da atividade para às populações e o ambiente, para citar apenas um exemplo, que relaciona-se com o caso estudado aqui.

Durante o trabalho de campo, houve diversos relatos dos agricultores e agricultoras das primeiras visitas realizadas por representantes da empresa durante a *fase exploratória*, (Gerardo Valencia et al). Essas visitas geralmente tinham um tom informal - apesar de serem realizadas por um advogado da empresa - o que significa dizer, que não se tratava de uma visita de proposição de contratos ou de coleta de dados para o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA; 2018), mas, antes de tudo, de um levantamento de informações sobre o posicionamento das famílias com relação ao projeto, um mapeamento sistemático dos potenciais sujeitos conflitivos, como observa-se no seguinte trecho de entrevista:

"(...)Fazendo as buscas, por meio do advogado X. Ele visitava isoladamente as famílias. Ia numa casa hoje, na outra amanhã (...) ele conseguiu ver cada situação(...) aquelas pessoas que tavam não tanto do lado da mineradora, ele fazia um trabalho de busca para a mineradora, dizendo que a pessoa ia ganhar muito dinheiro(...). Ele percebeu que o relacionamento das pessoas na comunidade diante da mineradora ficou difícil, aí ele acirrou essa dificuldade. (...) As que não eram favoráveis, eles conseguiram trazer pra eles, com muito êxito. Além das intrigas que a mineradora promoveu, que pra ela foi muito viável" (relato de moradora da comunidade São Pedro).

É notória a produção de um processo de *identificação*⁶ (Danielle Passos Jorge et al, 2018) das famílias que já davam indícios de serem contrárias à mineração, como tática empregada pela empresa mineradora na comunidade, que é também observável em outros contextos. Isso permitiu à empresa construir estratégias de negociação distintas para cada família a depender do posicionamento identificado. Henri Acselrad (2018, p. 34) analisa esse processo, em que "as corporações têm demonstrado seu interesse em registrar os graus de organização e mobilização social em seus territórios de operação, procurando observar e antecipar os conflitos, construindo uma espécie de mapa político do tempo e do espaço das lutas sociais". Esse processo de *identificação* (Ibidem, 2020) como estratégia da empresa, lido na chave da *gestão do risco* ao empreendimento, permite compreender que as empresas agem preventivamente frente a pessoas e *zonas de insegurança*, como demarca Jane Honke (2018).

⁶ A referência para o processo de identificação é indicada, pois nos baseamos na análise de Danielle Passos (2018), para o uso do termo. A autora demonstra como esse processo de identificação conforma parte do repertório de táticas de empresas mineradoras para sua territorialização. Os casos analisados pela autora são os das empresas Samarco e Vale em Fundão e no Córrego do Feijão, respectivamente.

A *identificação* (Jorge, 2020) promovida pela ZMM na comunidade de São Pedro, permitiu, por exemplo, à empresa traçar estratégias de negociação no processo de arrendamento das terras dos agricultores. No trato com as famílias que se mostravam favoráveis ou ao menos abertas ao projeto, houve processos de negociação, nem sempre vantajosos, é necessário dizer, pois, a partir da leitura de alguns contratos cedidos pelas famílias, pode-se observar, que não há um controle social dos rendimentos da mineração, o que impacta diretamente nos valores recebidos pelas famílias. Os contratos apenas fixam o valor dos arrendamentos das terras, que varia entre as propriedades. Entretanto, houve casos em que, ao se tratar de famílias mais resistentes à instalação do projeto, a empresa nem mesmo chegou a realizar visitas para tentativa de negociação ou consulta para fins de diagnóstico na realização dos EIA/RIMA (2018), partindo desde o princípio para processos de judicialização.

Ainda sobre os contratos que foram analisados, observou-se o estabelecimento de compromissos, que extrapolam a relação de uso da terra, a exemplo de uma cláusula onde o dono da terra a ser arrendada deve assumir a responsabilidade de comunicar à concessionária, ou seja, à empresa, sobre quaisquer situações que possam ameaçar ou causar danos e transtornos às estruturas e atividades de mineração na comunidade. O que se apresenta é um cenário onde o agricultor passa também a se comprometer a ser um informante da empresa, de acordo com o contrato. Os contratos ainda permitem que a empresa possa realizar outras atividades na mesma área arrendada, que não estão exatamente informadas no documento, prejudicando a mensuração de danos e o prognóstico de reparação desses danos.

Há nos contratos uma desproporcionalidade nas obrigações a serem assumidas pela concessionária (a empresa) e o concedente (o agricultor), o que demonstra que esses instrumentos não são, necessariamente, eficazes para garantir um equilíbrio nas negociações de arrendamento. Antes, podem funcionar como documentos produtores de indícios de concordância da comunidade com os termos e atuação da empresa, resguardando-a das críticas ou mesmo de eventuais ônus. O que se observa nesses contratos analisados é, sobretudo, a construção de uma série de garantias para empresa, a constituição de um resguardo, do cumprimento das obrigações por parte do agricultor, por um lado, por outro, de remediar possíveis inconsistências do projeto, quando, por exemplo, consta que na ilegalidade de qualquer das cláusulas do contrato, elas serão excluídas e o restante do contrato continuará sendo válido, inviabilizando novos processos de negociação da mesma propriedade.

Neste sentido, observou-se, a eficácia dos contratos de arrendamento de terras, em garantir o silenciamento e desmobilização de algumas famílias, promovendo a

segurança corporativa necessária à instalação do empreendimento, entendendo que essa estratégia de desmobilização não se deu somente na fase exploratória e nas negociações.

As famílias que não estavam do lado deles, tentavam trazer pra eles e eles tiveram muito êxito nisso (...) Quando a mineradora vinha aqui enquanto pesquisadores, eles conversavam com o povo do São Pedro, eles só falavam em milhões, em recursos financeiros muito altos, que as famílias iriam ficar ricas, que eles iriam ver um dinheiro que nunca tinham visto. E foi o que aconteceu, por isso muitas pessoas aqui aqui caíram, porque na zona rural é muito difícil de se conseguir dinheiro né, então a mineradora veio com essa promessa de milhões. Quando eu falo em milhões, não to falando em sentido figurado não, to falando em sentido literal mesmo. Na boca deles era milhões para os proprietários da terra. Aí quem não acreditou, foram pouquíssimas as famílias e hoje deu no que deu aí né: nada. Ficou sem a terra, sem dinheiro, sem nada (relato de moradora da comunidade São Pedro).

Apresenta-se assim, um processo em que se constroi uma espécie de quadro dos posicionamentos das famílias com relação à atividade, permitindo à empresa não só planejar as estratégias adotadas em cada situação e com cada núcleo familiar, como também, consolidar procedimentos para a posse da terra. Sobre esses procedimentos, observou-se em alguns casos, negociações mais brandas, pautadas em constante diálogo entre representantes da empresa e moradores, sobretudo, quando esses moradores eram a favor do projeto. Noutros casos, contudo, a empresa lançou mão do constrangimento dos moradores ou mesmo de processos judiciais para galgar a licença para uso da terra.

Aqui, reside uma particularidade do caso estudado, enquanto há uma tendência à consolidação de práticas, ainda que mais formais do que substantivas de construção de mecanismos de participação social nas tomadas de decisão, em São Pedro não foram observadas tentativas de construção de espaços participativos. A literatura aponta, por exemplo, a existência de entidades de mediação entre empresas e comunidades, que teriam formalmente o papel de construir consensos e mitigar conflitos. Essas entidades, entretanto, funcionam como um mecanismo de construção do que Honke (2018) chama de *governo à distância*, em que os valores empresariais vão sendo paulatinamente afirmados e torna-se possível para a empresa controlar a produção de dissensos no território.

Na contratendência dessas formas de participação social, a empresa Zona da Mata Mineração, desde sua chegada à comunidade, não se mostrou afeita a criação de espaços de diálogo e de escuta da comunidade, nem mesmo de democratização das informações sobre o projeto, como é possível notar no relato que segue:

Aí fizeram uma reunião só com a comunidade. E nós pedimos audiências públicas e eles negavam todas as informações que a gente perguntava. Igual as explosões, falaram que não ia ter, agora tem. Igual outro dia a sirene não passou avisando e teve detonação meio dia. Tudo que falaram que não ia ter, agora tem (relato de moradora da comunidade São Pedro).

Nesse processo de ausência de diálogo, percebe-se a produção de discursos unilaterais protagonizados pela empresa, de convencimento da população. A construção de narrativas, que evocam a justificativa da existência dos projetos como necessidade imperativa para “avanço” dos territórios e, por outro lado, de localizar a mineração como atividade “limpa”, tecnicamente controlada, conduzida com responsabilidade (ambiental e social) por parte das empresas. A literatura demonstra, que esses discursos são evocados em diversos contextos de instalação de projetos de desenvolvimento.

Tádzio Peters Coelho (2012) sistematiza as narrativas construídas em torno do *Discurso do Desenvolvimento Minerador* (DDM). Esse DDM é instrumentalizado em outros contextos pelas mineradoras evocando, por um lado, a noção já mencionada da mineração como um “mal necessário” para superação da miséria e do atraso de um povo e, por outro lado, recorrendo aos “benefícios” que a mineração trará para os municípios, como é o caso do pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CEFEM). Não raro, o poder público municipal cria grandes expectativas de arrecadação com a chegada da atividade mineradora, justamente pela previsão do pagamento da CEFEM. Entretanto, constantemente esse valor não é pago e em muitos casos não expressam grandes montantes de recursos⁷, ainda sim, é bastante mobilizado pelas mineradoras como estratégia de convencimento da população.

As narrativas vão se estabelecendo, assim, como estratégias da empresa para controle do território, que invisibilizam os danos⁸ causados pela mineração e escondem outras formas de controle, que passam necessariamente pelo uso da violência e formas de assédio praticados nas comunidades. Em um trecho do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA; 2018) da empresa é possível notar a reprodução de uma narrativa do desenvolvimento: “Vale ressaltar que o empreendimento será importante para o desenvolvimento da região gerando postos de trabalho, bem como, a contratação de empresas locais para as atividades durante as fases de implantação e operação” (RIMA, p.7).

⁷Em consulta ao site da Agência Nacional de mineração (ANM) o município onde se encontra a empresa, Teixeira, não recebeu a CFEM em 2019. Em 2020 recebeu apenas nos meses de janeiro e fevereiro, já em 2021 a partir de uma pressão popular os valores foram pagos. Disponível em: https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem_muni.aspx?ano=2021&uf=MG .

⁸Reportagem sobre danos à produção de alimentos em municípios minerados: Oliveira, Wallace. “Mineração e territórios: produção de alimentos é impactada, preços disparam e população adoecer”. Brasil de Fato. Belo Horizonte, 20 de agosto de 2021. Reportagem sobre o pedido de suspensão das atividades da mineradora em Teixeira, MG: Maria, Laura. “Associação pede suspensão de atividade de mineradora em Teixeira”. O Tempo, 25 de agosto de 2019.

Num momento de alta taxa de desemprego no Brasil, essa é uma estratégia muito eficiente. Entretanto, é necessário enfatizar que dos 173 postos de trabalho para a fase de instalação, previstos no EIA (vol II) da empresa, 145 são terceirizados, sendo assim, não se podia nem mesmo afirmar que seriam boas oportunidades para os trabalhadores, já que o risco de acidentes e baixa remuneração é uma realidade neste tipo de atividade com vínculo empregatício frágil. Ainda, a grande maioria dos postos de trabalho seria de baixa qualificação, seguranças, cozinheiras, motoristas, operadores de máquinas, etc. Mesmo assim, a empresa valeu-se da promessa de geração de empregos, como forma de afirmar a potencialidade da atividade para geração de renda e emprego, logo da capacidade de consumo da população local.

Necessário acrescentar, que a relação entre mineração e empregabilidade aparece no RIMA (2018) e também do Boletim Informativo (2019) da empresa, mas também esteve presente em falas de representantes da empresa em reuniões organizadas por movimentos sociais, comunidades e outras organizações e, para este último caso, a geração de emprego e renda, aparece com um dos dispositivos do DDM, para confrontar os dissensos que se manifestaram nestes espaços.

Com relação à narrativa da “mineração sustentável”, percebe-se que ela opera no intuito de silenciar possíveis ruídos com relação à segurança dos empreendimentos. Após os rompimentos ocorridos em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), constitui-se um cenário de crescimento da vigilância social em torno da mineração, despontando a história dos rompimentos em Minas Gerais e uma maior abertura para o debate público sobre as condições produzidas pela atividade nos territórios. O investimento das empresas na narrativa da “mineração sustentável” aparece como resposta a esta “crise de imagem” da mineração, produzindo novas formas de atuação das empresas, que passam também pela imagem e outras formas de comunicação do projeto.⁹

No caso estudado, observou-se que a empresa sempre pautou a questão da sustentabilidade, seja nos espaços informais de diálogo com alguns moradores, seja em documentos. Logo no início do Boletim Informativo (2019; p.2) aparece a menção a sustentabilidade, no seguinte trecho: “A ZMM destaca que já é sua filosofia de trabalho a questão da sustentabilidade e que já vem cumprindo todas as contrapartidas exigidas pelos órgãos coerentes”. A empresa ainda realizou constantes acenos à população sobre a não utilização de barragem de rejeitos em seu projeto na comunidade São Pedro, como no

⁹ Não tivemos acesso a trabalhos que demonstrem isso em números. Apesar disso, esse argumento baseia-se em observações feitas em locais de conflitos com a mineração, tanto por mim, enquanto pesquisadora e ativista, quanto por militantes do MAM. O que se apresentou a partir dessa data foi um questionamento das populações locais sobre a utilização de barragens de rejeitos para os empreendimentos que pretendiam se instalar nos territórios. Observamos ainda, a proliferação de reportagens sobre os efeitos da mineração. Entretanto, compreendemos a importância de aprofundamento nessa problemática apontada.

trecho do Boletim Informativo (2019; p.4): “A ZMM não terá barragens de rejeitos em suas operações, nem atualmente, nem no futuro”.

Numa tentativa também de sinalizar que essa forma de manusear os rejeitos, não é compatível com novas tecnologias que seriam utilizadas pela empresa, como observa-se no seguinte trecho também do Boletim Informativo (2019; p.4): “Nosso projeto prevê tecnologias de ponta compatíveis com a necessidade de se construir uma “nova” mineração, ambientalmente sustentável e engajada em mudarmos a forma de fazermos mineração no País”. As “novas tecnologias” aqui, ocupam o lugar de controle de possíveis danos. Neste sentido, a narrativa é bem construída pela empresa, pois aponta não só sua crítica ao modelo das barragens, mas sinaliza para sua preocupação com a modernização da atividade.

A "sustentabilidade" mobilizada pela empresa representa também como ela pode ser traduzida na criação de outros nichos de mercado, demonstrando que as principais preocupações da indústria de extração mineral representam uma face de um ambientalismo liberal, que se traduz - dentre outras coisas - na monetização de todo o residual das suas atividades. “Até o momento já comprovamos o reaproveitamento de cerca de 90% dos rejeitos gerados, que poderão ser usados principalmente como agregados para construção civil e/ou areia industrial” EIA - Vol I (2018, p. 29). Os objetivos estão mais atrelados a fomentar e ampliar a cadeia produtiva da mineração, inclusive o da produção de conhecimento para o setor: “Já foram iniciados a pesquisa e desenvolvimento de novos usos tanto para os rejeitos grosseiros quanto para os rejeitos finos, inclusive parte deste estudo vem sendo feito junto à Univiçosa” EIA - Vol I (2018, p. 29).

Nesses enunciados que estão tratando da sustentabilidade do projeto existe o tom da legalidade, o da preocupação socioambiental e o pano de fundo: a possibilidade de controle da natureza pela técnica. É o que Mirta Alejandra Antonelli (2017) vai tratar como sendo a estética dos projetos minerários, que anunciam a possibilidade de controle da natureza e a mineração como o “bom vizinho”. Segundo a autora, a ética dessas empresas é uma ética filantrópica, que traduz suas ações em “obras de caridade”.

Nota-se que a mineração ao chegar no território, muito antes da fase de exploração, já faz transparecer uma série de pressupostos, que demonstram a natureza da atividade nesse tempo histórico. Manifestam-se ainda a forma como a atividade enxerga, caracteriza e descreve o território.

No Boletim Informativo (2019) publicado pela empresa, que é uma resposta à ação civil pública, organizada por moradores da comunidade, pelo Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB) e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), que denunciava a possibilidade da instalação da empresa e seus riscos

para a comunidade em 2019, as formas de caracterização do território pela empresa se evidenciam. O Boletim, publicado pela mineradora, é um documento de convencimento da população e tentativa de controle do debate político em torno da mineração, que se realiza através da estigmatização da referida ONG e do movimento social responsáveis pela elaboração da ação. No documento há uma passagem em que a empresa argumenta que as áreas a serem utilizadas por ela são áreas de “passivo ambiental”, por serem utilizadas em sua maioria para pastagem e agricultura, como pode-se observar na seguinte passagem:

Além disso, a lavra ordenada e legal, dará lugar à retirada de cascalho feita durante décadas, sem respaldo legal, nem nenhuma recuperação ambiental, que deixaram para trás áreas degradadas e sem possibilidade de uso econômico, seja como pasto ou para a agricultura. (ZMM, 2019, p.4).

Esse trecho levanta ao menos duas problemáticas, a primeira, a de que as áreas utilizadas serão em locais, que não possuem utilidade para a agricultura. O que ocorre, é que neste caso, ao se utilizar algumas áreas, é dificultada a manutenção de outras atividades ou mesmo inviabiliza-se a realização destas, ainda que, a extração não seja realizada em área de agricultura. A outra, é violência simbólica presente na descrição do território, que ilustra o que Ana Flávia Santos (2014) irá chamar de *mecânica da violência*, como sendo um conjunto de discursos, práticas sistemáticas ou atos dispersos, que terminam por viabilizar os projetos e dificultar a ação dos agentes públicos -como o ministério público- para responsabilização da empresa por práticas dispersas, entretanto, violentas, tais como, a vigilância empreendida sobre os famílias e o assédio praticado pela mineradora para arrendamento das terras.

O que vai se constituindo a partir da “chegada do estranho”, é a produção de uma série de discursos e narrativas, que terminam por criar um terreno para a entrada da empresa. Concomitantemente, é possível observar a construção paulatina das estratégias de controle do território por parte da empresa, como mecanismos garantidores da estabilidade do empreendimento e do domínio da crítica e obliteração das dissidências. Esses mecanismos observados no caso estudado, estão na substância das formas de negociação, para entrada da mineração nos territórios, calcada nas maneiras de compreender, planejar e instrumentalizar a atividade e que podem ser observadas de diferentes ângulos durante os processos de chegada e instalação do empreendimento. É, neste sentido, que nesta seção tratamos de sistematizar os primeiros passos dados pela empresa e na próxima seção falaremos do processo de licenciamento ambiental da mesma, partindo do pressuposto de que algumas das estratégias operadas pela mineradora numa fase seguem se repetindo nas outras.

2.2 Estratégias corporativas no processo de licenciamento ambiental.

Em Minas Gerais, estado emblemático para se compreender o processo de desregulamentação das leis ambientais, além da criação do Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS - “com a possibilidade de o empreendedor conseguir uma licença a partir do preenchimento de um formulário eletrônico, afigura-se enquanto uma das principais evidências de que o licenciamento ambiental mineiro tem sido idealizado à luz dos interesses das grandes corporações” (Fialho, 2022, p.181), também instituiu-se o Licenciamento ambiental concomitante (LAC1), através da Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental DN Copam nº. 217/2017 que prevê a concessão de todas as licenças concedidas em um ato único, a saber, licença prévia e de instalação concomitantes ou licença de instalação e operação concomitantes.

O Licenciamento Ambiental Concomitante - LAC1 - “afigurou-se como uma das principais mudanças provocadas pela DN Copam nº. 217/2017, conferindo extrema celeridade ao processo de licenciamento ambiental” (Fialho, 2022, p.163). Essas mudanças são operadas sob a égide da dita morosidade dos licenciamentos ambientais, que comprometeriam a realização de projetos de desenvolvimento. Entretanto, os licenciamentos são processos que exigem - ou deveriam exigir - um cuidadoso levantamento de dados e, posteriormente, uma cautelosa revisão desses dados apresentados pelos empreendedores aos órgãos competentes, que se encontram há muito sucateados. Neste sentido:

considera-se que o maior símbolo do desmonte do licenciamento ambiental em Minas Gerais é a ampliação da modalidade concomitante, que sob a égide da DN Copam nº. 74/2004 possuía aplicação restrita, contudo com a edição da DN Copam nº. 217/2017 tornou-se uma modalidade cuja aplicabilidade afigura-se mais ampla que o modelo trifásico tradicional. E mais uma vez, a partir dos dados levantados ao longo da pesquisa, entre os empreendimentos licenciados na modalidade concomitante LAC1, no período compreendido entre 06/03/2018 e 31/12/2021, as atividades minerárias foram as que mais foram contempladas por essa modalidade, o que se mostra extremamente controverso, uma vez que são eminentemente dotadas de grande potencial de danos ao meio socioambiental (Fialho, 2022, p.182-183).

É necessário lembrar, que essas diretrizes e normas estão fomentadas sob a *violência nua* (Zhour, 2022) e que os licenciamentos ambientais são instrumentos técnicos, que ao serem fragilizados promovem uma desconstituição das formas de regulação/intervenção do Estado em seu poder de tutela sobre bens naturais, comprometendo a reprodução cotidiana das populações, que dependem desses bens para sua manutenção. Os licenciamentos ainda figuram num quadro de legalidade produzido por

procedimentos jurídico-administrativos, que sabemos, estão em disputa e como vimos, suscetíveis às conjunturas políticas.

Ainda, “a construção dessa legalidade passa pela conformação de um saber técnico que, no plano dos estudos requeridos para avaliação dos impactos ambientais dos empreendimentos, estabelece um enquadramento restritivo e homogeneizador da realidade social” (Santos, 2014, p. 145). No caso de São Pedro, podemos mencionar, por exemplo, a ausência nos estudos da empresa de um quadro de atividades exercidas pelos agricultores e agricultoras na comunidade, a diversidade da produção e as formas expressão da religiosidade, o que permite, inclusive a inexistência da menção de possíveis efeitos da mineração para essas atividades. O movimento é justamente o contrário, o de invisibilizar essas práticas e mesmo a população que ali reside.

O licenciamento ambiental de grandes projetos ou projetos de alto impacto, é operacionalizado posteriormente à realização dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Esses documentos são elaborados a partir do Termo de Referência, que são emitidos pelo órgão ambiental, indicando as informações que devem conter os estudos. Existe uma espécie de padronização desses termos de referência, mesmo que as comunidades estejam localizadas em locais completamente diferentes, inclusive geograficamente. Esses termos de referência ao indicar informações tão importantes para dimensionamento dos impactos, deveriam ser realizados em conjunto com as comunidades potencialmente afetadas pelos empreendimentos. Entretanto, o comum é que as comunidades não tenham acesso às informações no decorrer do processo e nem consigam interferir nas informações prestadas pela empresa, de modo a possibilitar contestação ou a apresentação de algum dado complementar. Sendo assim, é questionável a transparência dos processos. De acordo com Zhouri (2005, p. 104):

Além da não participação na elaboração dos Termos de Referência, outro fator relevante que contribui para a falta de transparência durante a elaboração do EIA/RIMA refere-se ao fato de as empresas de consultoria ambiental que elaboram os estudos serem contratadas pelo próprio empreendedor. Os consultores, financeiramente dependentes dos empreendedores, tendem a elaborar estudos que concluam a viabilidade ambiental dos projetos, evitando, assim, riscos a possíveis futuras contratações. Desta forma o vínculo entre empreendedor e consultoria ambiental, insere-se na lógica do mercado, ou seja, o EIA/RIMA é uma mercadoria, que será adquirida pelo empreendedor cujo objetivo é ter seu projeto aprovado pelos órgãos licenciados.

Esses problemas quanto à participação e a transformação dos EIA/RIMA numa mercadoria, faz com que seja sempre necessária a revisão dos estudos apresentados, seja por pareceres técnicos de organizações parceiras das comunidades, seja por acadêmicos. Fato é que se tornou comum observar o ocultamento de informações cruciais sobre as áreas de instalação dos projetos e ainda, o apagamento das relações sociais comunitárias.

Nesse processo as relações das pessoas com o ambiente - que por vezes vivem nos locais de instalação há muito tempo e realizaram, como dizem no campo, “benfeitorias” nas terras e tiram dela seu sustento- é totalmente apagada. Neste sentido, a pesquisa também precisa cumprir esse papel de mostrar o que muitas vezes é escondido nas páginas dos EIA/RIMA.

Nessa perspectiva de que os EIA/RIMA podem se apresentar como documentos que conformam as estratégias corporativas para entrada nos territórios e que, portanto, devem ser revisados, o Núcleo de Assessoria às Comunidade Atingidas por Barragens (NACAB) e o Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens e Mineração de Minas Gerais (PACAB) realizaram em 2019 pareceres técnicos sobre o EIA/RIMA da empresa ZMM sobre projeto de extração de magnetita na comunidade São Pedro, em Teixeira, Minas Gerais. Dos vários pontos questionados, alguns convergem, como é caso das estradas, da água, da poeira e do meio socioeconômico, seja pela ausência de informações ou pela apresentação de informações inadequadas, que deveriam ser contestadas pelo órgão responsável por conceder as licenças, neste caso, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SUPRAM).

De acordo com o parecer, *“não foram observados mapas que indicassem os diversos usos da água pelos proprietários e ou moradores do local, nem a correlação destes usos e possíveis conflitos entre eles e as atividades da mineração”* (NACAB, 2019; p.9), sendo que, o estudo também oculta dezenove nascentes que serão atingidas pelos empreendimentos e que não foram citadas, de acordo com relatório da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB - Viçosa). Ainda, não constam dados sobre os riscos de rebaixamento de lençol freático e esta, figura como um ponto importante, pois a empresa possui duas concessões para uso de água, uma proveniente de nascente e outra de tubo subterrâneo (lençol freático).

Com relação às estradas, não são citadas nos estudos as rotas de escoamento do minério, o que é de praxe, uma vez que, são áreas também afetadas pelo empreendimento, portanto, é necessário que se faça uma avaliação da viabilidade da rota, inclusive incluindo as famílias que vivem nessas estradas. Entretanto, a empresa além de não apresentar a rota de escoamento do minério nos estudos, ainda fez uso e modificações nas estradas antes mesmo da concessão das licenças.

Com respeito às informações apresentadas sobre o meio socioeconômico é necessário dizer que no EIA/RIMA não consta o número de famílias atingidas diretamente ou que vivem nas Áreas Diretamente Afetadas (ADA), tampouco nas Áreas Indiretamente Afetadas, apenas são citadas algumas entrevistas realizadas no decorrer da realização os estudos. Entretanto, nos trabalhos de campo para realização do parecer do PACAB (2019) constatou-se que parte das pessoas entrevistadas, possuem relação com o

empreendimento, direta ou indiretamente, sendo algumas delas pessoas que fizeram acordo com a mineradora posteriormente à concessão da licença.

É importante aqui, fazermos uma reflexão sobre a delimitação dessas ADA. De acordo com o RIMA (2018) da empresa as unidades espaciais e de análise dos impactos do empreendimento, são: Área diretamente afetadas (ADA): áreas de instalação do empreendimento; Área de influência direta (AID): onde poderão ocorrer impactos ambientais diretos decorrentes da instalação e operação do empreendimento; e Área de influência indireta (AII): onde poderão ocorrer impactos ambientais indiretos decorrentes da instalação e operação do empreendimento. Nesse processo ocorre que a geografia do empreendimento promove um ocultamento das próprias territorialidades locais e o faz de forma que o que está sendo mostrado, está sendo também ocultado. As áreas são frequentemente definidas de modo que, não prejudique o planejamento do empreendimento, empurrando áreas importantes para a dinâmica da comunidade para a circunferência das AID e AII. É o que Santos (2014) irá chamar de “*esconder o que se pretende mostrar*”:

Essa função, nos licenciamentos aqui analisados, aparece como resultado do entrelaçamento de decisões e atos de cunho administrativo a um determinado tipo de discurso técnico sobre empreendimento e seus impactos. Esconder aquilo que se pretende mostrar constitui, propriamente o estofa da legalidade alcançada no licenciamento como processo administrativo, para tanto, parecem contribuir, especialmente, duas operações: o fracionamento dos licenciamentos; a restrição da caracterização do universo sociocultural afetado pelos empreendimentos. (Santos, 2014, p. 147)

Esse fracionamento mencionado por Santos (2014, p. 147), ainda possui um efeito de: “*diminuir as exigências jurídico administrativas relativas às avaliações dos impactos e à formação do juízo de viabilidade ambiental dos empreendimentos; subsumir ou ocultar efeitos conjuntos conexos ou transfronteiriços*”. Em São Pedro, os pareceres (NACAB; PACAB, 2019) constatam a falta de informações apresentadas à população local durante o processo de realização do EIA/RIMA, fato que motivou a realização de um Assembleia popular em Abril de 2019 organizada pelo MAM em conjunto com lideranças sociais da comunidade São Pedro e outras organizações. Na ocasião da Assembleia, apesar de a empresa já ter iniciado suas operações, as perguntas dos moradores da comunidade anteviam os futuros efeitos, que para o momento não se sabia bem como seriam administrados, como consequência da ausência de diálogo e de transparência durante a elaboração no decorrer dos estudos.

Importante salientar, que apesar da constante menção da empresa sobre o projeto estar seguindo todos os ritos da legalidade, não houve a realização de audiência pública sobre o projeto de extração mineral no município, como prevê a lei municipal nº 1.733/2017

de Teixeiras: “III - promover a realização de audiências públicas nas seguintes hipóteses, entre outras: a) nos procedimentos de licenciamento ambiental em que houver realização de EIA/RIMA”. Fato que não só vai na contramão do que a empresa salientou desde o início, sobre seu projeto ser totalmente legal, mas que coaduna com a falta de informações que as pessoas da comunidade dispuseram sobre o projeto, como se constata na fala de uma moradora em visita de campo em abril de 2022:

Eles na realidade fizeram uma reunião só com nós. Quando a gente viu o pessoal da pesquisa aí, um pessoal lá do Pará a gente falou: agora deve ser verdade mesmo. Aí como diz, ficamos torcendo pra não ter nada, mas na verdade vieram, acharam, se instalaram, tudo num piscar de olhos.

A fala demonstra as dificuldades e problemas de participação social e de decisão sobre os rumos do projeto no momento de realização dos estudos. A empresa, assim, operou no silenciamento e na negligência do novo cotidiano que seria vivenciado pelas famílias a partir de sua chegada: “De repente cê mora num lugar sossegado, cê tá num lugar trabalhando, pagando suas contas, alimentando, a família tudo unida. De repente, como eu vou usar esse terreno? no meio das máquinas? não tem jeito. Eles é difícil ter acordo com eles” (relato de uma agricultora em visita de campo em Maio de 2022).

As delimitações das áreas geográficas afetadas pelo empreendimento, bem como, as dificuldades de acesso à informação, conformam um quadro mais amplo das estratégias corporativas no processo de licenciamento ambiental. Como apontou Santos (2014, p.161) “discursos autorizados, operações burocráticas como as descritas confluem para a desconstituição da possibilidade ou da efetividade do reconhecimento de direitos territoriais coletivos”. Ou seja, trata-se de compreender que as estratégias corporativas empenhadas no processo de licenciamento ambiental, fazem emergir formas hegemônicas de uso e apropriação do território, que anula, em última instância, a possibilidade de existência dos sujeitos em suas particularidades.

Sendo assim, esse processo de *territorialização* da mineração pressupõe práticas frequentes de invisibilização das territorialidades ali existentes. O que se constitui, é um repertório em que a empresa através de uma série de ferramentas e procedimentos, galga o esfacelamento de outras práticas espaciais (comunitárias) -territorialidades-. Esses procedimentos, por sua vez, estão inscritos ora em estratégias informais, que configuram o *modus operandi* das mineradoras em outros territórios, tais como, a vigilância e o mapeamento do posicionamento das famílias frente ao projeto, seguido dos assédios para lograr a posse da terra. Ora, esses procedimentos remontam aos próprios esquemas presentes no ordenamento jurídico, que regulamenta esse tipo de atividade, que como vimos, termina por viabilizar, os processos de *territorialização* da mineração, seja porque facilita o ocultamento de informações, dada a precariedade das avaliações dos estudos,

seja pela dinâmica veloz com que as licenças são concedidas, sobretudo, a partir da mudança na Lei estadual nº. 21.972/2016 e a partir da Deliberação Normativa Copam nº. 217/2017.

O que se coloca para nós a partir da chegada do estranho, é que a *territorialização* da mineração, necessariamente, pressupõe uma série de violências, que se traduzem na forma pela qual a atividade caracteriza o território, ou seja, essencialmente pela sua relação com o ambiente. Essas violências também se expressam na sobreposição da racionalidade empresarial, engendrando uma série de conflitos, que numa disputa assimétrica, termina por produzir processos intensos de sofrimento a quem vive o cotidiano da empresa. Neste sentido, acreditamos que o processo de territorialização da empresa, vai se fazendo, ou seja, ele é um processo que tem continuidade no tempo e a cada escalada dos conflitos, novas formas de controle do território são operadas.

É neste sentido, que no próximo capítulo iremos analisar como se efetivam as formas de controle empresarial do território na comunidade São Pedro, a partir da presença da mineração. Partindo então do pressuposto, de que as dinâmicas territoriais comunitárias são em grande medida interrompidas pela atividade mineradora, conformando um cotidiano de produção de conflitos, engendrados pela forma como a empresa controla e passa a ordenar o território.

CAPÍTULO 3. “HOJE EM DIA PARECE QUE A GENTE MORA DENTRO DA MINERADORA”: Conflitos Ambientais e estratégias corporativas para controle do território.

*Alguns anos vivi em Itabira.
Principalmente nasci em Itabira.
Por isso sou triste, orgulhoso: de ferro.
Noventa por cento de ferro nas calçadas.
Oitenta por cento de ferro nas almas.
E esse alheamento do que na vida é porosidade e comunicação.*

*A vontade de amar, que me paralisa o trabalho, vem de Itabira,
de suas noites brancas, sem mulheres e sem horizontes.
E o hábito de sofrer, que tanto me diverte,
é doce herança itabirana.*

*De Itabira trouxe prendas diversas que ora te ofereço:
este São Benedito do velho santeiro Alfredo Duval;
esta pedra de ferro, futuro aço do Brasil;
este couro de anta, estendido no sofá da sala de visitas;
este orgulho, esta cabeça baixa...*

*Tive ouro, tive gado, tive fazendas.
Hoje sou funcionário público.
Itabira é apenas uma fotografia na parede.
Mas como dói!*

Confidência de um Itabirano
Carlos Drummond de Andrade

Lançando mão das palavras de Drummond, de quem vê a imagem de uma Itabira que agora escorre pelos dedos, restando ao poeta juntá-la para emoldurar a memória, iniciamos a empreitada de analisar a mudança no cotidiano das famílias de São Pedro, após a instalação da empresa Zona da Mata Mineração (ZMM). O sentido é trocado, não se trata mais de um estranho qualquer, mas daquele que se estabelece como vizinho, por vezes bastante indesejado, erguendo estranhas estruturas, algumas visíveis e outras invisíveis a olho nu, sendo, portanto, necessária sua demonstração. Trataremos assim, de investigar as relações sociais constituídas a partir da instalação da mineração na comunidade, sendo que, neste escopo de relações sociais encontram-se o controle do território exercido pela empresa, os conflitos produzidos, suas implicações práticas e sua correspondência com outros contextos já estudados, à luz da literatura trabalhada.

São bastante estudados as contradições e os efeitos produzidos pelos projetos de desenvolvimento nos territórios¹⁰, sendo que, esses efeitos são ilustrados tanto pelas visíveis alterações na paisagem local, apropriação empresarial dos bens naturais, que fazem parte do processo de reprodução da vida das populações, conflitos em torno das formas de reproduzir a vida, rompimento do tecido social, a produção de desastres e desterritorializações de múltiplas naturezas. Ainda assim, para que essas atividades sigam existindo vão sendo constituídas estratégias, que respondem às exigências do mercado moldando sua atuação aos contextos locais. Nessas estratégias reside uma importante fresta por onde pode-se concentrar a empreitada investigativa de compreender como se dá a territorialização dos projetos de desenvolvimento e os efeitos disso para os territórios, permitindo pensar alternativas, construir táticas de enfrentamento, questões substanciais para comunidades e movimentos sociais que se colocam na disputa por outros projetos de sociedade.

O que se apresenta no conjunto de determinadas práticas desses projetos de desenvolvimento, é o alinhamento com agendas de organizações multilaterais, que ao sistematizar uma série de técnicas de gerenciamento do empreendimento¹¹, demonstram também sua forma de produzir a vida. A partir das práticas empresariais, o que se constitui é uma racionalidade instrumental, entendida como aquela pautada no cálculo utilitário, que oblitera outras formas de compreender e reproduzir a vida. Nesta lógica, é que as operações de desenvolvimento assumem nos territórios um caráter de adaptabilidade do meio às condições dessa racionalidade. Elas são inúmeras, algumas mais perceptíveis, outras mais sutis, porém, não menos violentas. Convém, portanto, demonstrá-las.

Como apontado na seção “a chegada do estranho”, as práticas da empresa Zona da Mata Mineração, na comunidade São Pedro, da produção de narrativas e discursos, ao mapeamento e vigilância estabelecida às famílias, vão produzindo um novo cotidiano, se não totalmente, bastante pautado pelas ações da empresa. O que se coloca é a constituição de novas dinâmicas territoriais, que vão de encontro com as formas de reprodução da vida, sobretudo, das famílias que vivem no entorno do empreendimento, mas não só, pois, como veremos, a empresa gera uma extensão de danos, inclusive em localidades vizinhas, por onde transitam seus caminhões carregados de minério. Neste sentido, é possível adiantar, que toda uma dinâmica territorial anterior é alterada, pela

¹⁰ Ver Alves et al (2020); Antonelli (2017); Aróz (2020); Galvão e Barbato (2020); Trocate e Coelho (2020); Rigotto (2018); Santos (2014); Svampa (2019); Teixeira (2018, 2020); Zhouri (2019).

¹¹ Um exemplo dessas técnicas de gerenciamento do empreendimento, estão referenciadas na categoria de *governança*, no sentido em que é abordado aqui e também podem ser encontradas na discussão sobre a gestão dos stakeholders. Sobre esta última, destacam-se as reflexões realizadas em Bronz (2009).

existência do empreendimento na comunidade, de modo que, os fluxos e a própria mobilidade vão sendo condicionados por uma “nova geografia”.

A empresa antes mesmo da *fase de exploração* (Geraldo Valencia et al; 2018) incide no território de muitas maneiras, de forma a garantir alguma estabilidade para sua entrada. São alarmantes, a alteração da dinâmica social e da vida comunitária e o rompimento do tecido social em decorrência da atividade mineradora na comunidade São Pedro. Entretanto, na *fase exploratória* (Geraldo Valencia et al; 2018) já é possível notar a forma como a mineração altera a *geografia local* e instaura ferramentas próprias de vigilância, de forma a garantir a continuidade e eficiência dessa nova *geografia empresarial* que se instaura.

A nova *geografia empresarial*, como observado no caso estudado, é instrumentalizada através de múltiplas formas de controle do território, da circulação e, no limite, da vida dos agricultores e agricultoras que ali habitam. O controle operado pela ZMM, termina por produzir uma sensação de sufocamento, na qual a percepção de muitos é a de que: “*hoje em dia parece que a gente vive dentro da mineradora*”. Essa sensação, é produzida pelo *encurralamento*¹² que a ZMM exerce sobre as famílias e, este, se dá pela presença onipotente da empresa em toda extensão da comunidade, mas também pela relatada dificuldade em pensar numa possível reparação de danos, já que, os arranjos políticos entre empresa e outros poderes são estruturados de modo a garantir sua proteção em diferentes escalas.

Alguns exemplos emblemáticos desse controle exercido pela empresa, através da alteração da geografia local se encontram na modificação das estradas da comunidade, na alocação de placas de controle de velocidade e de “locais proibidos” e, como forma de garantir a eficácia do controle, na contratação de seguranças privados, que, no cotidiano, se comportam como se estivessem numa verdadeira zona de guerra. Com relação às estradas, trata-se de um ponto bastante conflitivo entre a comunidade e a ZMM e precisa ser entendido tanto na chave das estratégias de controle operadas pela empresa, quanto na chave dos conflitos. As estradas da comunidade são o primeiro ponto de intervenção realizado pela empresa na paisagem e é nesse momento que é possível observar uma ação de mobilização comunitária no início do processo de constituição das resistências.

¹² O encurralamento aqui é tratado a partir das contribuições de Santos (2014), como a concretude das violências na relação entre empresa e comunidade. Essas violências se instrumentalizam não apenas a partir dos ritos da legalidade, mas manifestam-se também no cotidiano e, muitas vezes, em esferas informais, que compõem essa relação. Neste sentido, esse encurralamento vai se constituindo mesmo antes do início das operações da empresa, a partir da vigilância das famílias, dos arranjos políticos que reduzem os espaços de contestação e outras táticas implementadas pela empresa e levantadas na seção “a chegada do estranho”. Neste capítulo, entretanto, mostra-se o aprofundamento desse encurralamento vivenciado pelas famílias, em que outras táticas de controle territorial vão sendo reafirmadas.

É nessa chave de observação das práticas operadas pela empresa que analisaremos o controle territorial estabelecido. Esse empreendimento analítico, todavia, é produzido a partir dos relatos feitos pelos agricultores e agricultoras e outros sujeitos e da observação conduzida no campo. Foi possível chegar a uma sistematização, que demonstra que hoje a empresa exerce uma complexa rede de controle na comunidade, na medida em que, opera o controle dos fluxos via estradas, sistema de vigilância e sinalização, mas também da água e dos minerais. O tipo de controle que é produzido, assim, se dá em diferentes escalas, engendrando um emaranhado de conflitos e reflete as práticas empresariais e as estratégias corporativas de gestão do território.

Para fins de organização, este capítulo será dividido em três pontos fundamentais: a questão das estradas, o sistema de vigilância e a questão da água, analisando os conflitos presentes nessas problemáticas e ainda, as práticas da empresa na gestão desses conflitos. Demonstrando assim, que a sensação de viver dentro da mineradora, é produzida cotidianamente e o *encurralamento*, termina por inviabilizar a manutenção de costumes e da própria vida das famílias.

3.1 O controle empresarial do território por meio das estradas.

O cenário construído pela mineração na comunidade São Pedro é percebido, logo na chegada à comunidade. Durante as primeiras visitas a campo, a transformação da paisagem, foi algo que não só produziu choque, mas que desvelou uma face dolorosa desse cotidiano que começava a ser visto na pesquisa: era a radicalidade da transformação do ambiente, que apenas estava por começar comunicando que aquele desenvolvimento, que era anunciado, significava rupturas profundas, que naquele momento, ainda não se sabia. A demarcação da presença da mineradora, era sinalizada através de uma placa que contrastava com a placa da comunidade, existente ali antes mesmo da chegada da empresa. De um lado (à esquerda) uma placa simples, feita pelos moradores, de outro a da mineradora, como pode-se observar pelas imagens, que seguem:

Figura 8: Sinalização na entrada da comunidade São Pedro.



Fonte: Arquivo pessoal (2021).

Figura 9: Sinalização na entrada da comunidade São Pedro.



Fonte: Arquivo pessoal (2021).

As duas fotografias, tiradas em períodos diferentes (novembro de 2021 - dezembro de 2021), demonstram uma mudança na sinalização indicada nas placas. Essa mudança, que passa pela inclusão junto à placa da empresa de “São Pedro” e “Campo São Pedro” e, ainda, troca “Acesso ZMM” por “ZMM mineração”, guardam a ocorrência de outros fatos importantes. Em dezembro de 2021, foi realizada uma reunião na casa de uma das pessoas da comunidade, por iniciativa do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), a partir da avaliação da importância de retomar as reuniões presenciais entre as famílias, que compõem um núcleo de resistência à mineração na comunidade. As reuniões presenciais haviam sido interrompidas, diante dos riscos de contaminação impostos pela pandemia de covid-19 e vinham sendo realizadas online. Entretanto, isso impunha muitos limites na organização das famílias, já que, nem todos dispunham de meios para participarem.

Estive presente durante as visitas de mobilização para reunião, onde as primeiras incursões presenciais no campo foram realizadas. Nessas visitas preliminares, experienciei o processo de mobilização junto às famílias e ao MAM. As visitas, eram bastante povoadas por relatos dos agricultores e agricultoras, sobre o cotidiano atravessado pela mineração. Relatos que foram guiando, quem seriam os interlocutores no trabalho e provocando reflexões sobre o papel na pesquisa e assessoria conduzidas, já que, me apresentei como pesquisadora, apesar de já ter havido participado durante o ano de 2020 e 2021 das reuniões virtuais, assumindo ao lado do MAM, algumas iniciativas de enfrentamento à mineração na comunidade São Pedro e também em outras duas comunidades atingidas pela ZMM, a saber, Sertão e Boa Esperança, estas últimas situadas no município de Pedra Do Anta, uma das zonas de expansão da empresa¹³.

Durante a reunião na comunidade realizada ainda em novembro de 2021, foram levantados pontos, que conformam uma pauta de reivindicações¹⁴ apontadas pelas famílias

¹³ Essa postura de me juntar à organização junto ao MAM e à comunidade, parte do incômodo de me colocar no campo, “apenas” como expectadora dos acontecimentos provocados pela atividade e de uma necessidade de participar dos processos de enfrentamento, que são conduzidos por poucas pessoas. Assim, a pesquisa se coloca desde o início como um duplo empreendimento: proporcionar um engajamento no campo, contribuindo dentro da possibilidade com a resistência em curso a partir dos processos políticos de reivindicações que se constituíam e de realizar uma pesquisa em que pudesse ser priorizada a produção de conhecimento a partir da experiência dos sujeitos, reivindicando a enunciação destes sobre o que se colocava a partir da presença da mineração em seu território. Esse movimento realizado na pesquisa, como um espaço de enunciação e disputas dos discursos produzidos em torno do empreendimento, é trabalhado por Raquel Teixeira (2012). Aqui, sobretudo, reconhece-se a responsabilidade social do pesquisador em engajar-se no conflito fazendo do exercício da pesquisa um espaço de enunciação do cotidiano de conflitos e vivenciado pelas comunidades a partir da presença dos empreendimentos no seu território.

¹⁴ Dentre as demandas levantadas, foram pautadas: a necessidade de construção de estrada própria da empresa; a disponibilização de uma patrula, pela ZMM, para recolher a lama da estrada, a partir das 4h da manhã, ou seja, antes do horário que as pessoas saem para trabalhar/estudar, etc.; estabelecimento de horário livre de carretas entre às 22h e às 06 da manhã; o aumento da frequência da passagem do caminhão pipa, molhando com menos intensidade e cobrindo mais lugares; a produção pela empresa de um nota de esclarecimento sobre a morte de um trabalhador

e sistematizada pelo MAM. Na reunião foi mencionado por um dos moradores, o incômodo de a placa da mineradora ser maior e mais “chamativa”, que a da comunidade. Pouco tempo depois, em dezembro de 2021, a empresa realiza a troca das placas, o que reafirma o controle exercido pela mineradora, inclusive sobre diálogos internos promovidos entre as famílias e organizações.

A nova placa não sinaliza a estrada mais como “acesso” e sim, como se aquele território fosse também empresa, comunicando que comunidade, campo e empresa coabitam, numa quase harmonia. A posição do nome da empresa na parte superior da placa, indica também o lugar pretendido e assumido pela empresa de dominação desse território. Vê-se primeiro a empresa anunciada e só depois lê-se os nomes do Campo e da comunidade, ainda abaixo. A dinâmica das placas, de modo geral, demonstra o controle empresarial que vai sendo instrumentalizado na comunidade, mas acima de tudo, a constituição de um reordenamento territorial a partir das necessidades da mineradora.

Este controle territorial, vai se conformando a partir de um amplo espectro de ações da empresa e as estradas, neste ponto, são emblemáticas, pois, é a partir delas, que há a produção de uma sensação relatada, de confirmação de que a mineradora ia mesmo adentrar na comunidade e é ainda hoje, um dos pontos de maior conflito entre comunidade e empresa, pois está diretamente relacionada aos fluxos cotidianos, das famílias e da agricultura. Sendo que, é a partir do começo das atividades de abertura das estradas realizadas pela ZMM, que grandes problemas de mobilidade despontam. A primeira intervenção nas estradas, no entanto, denunciou a entrada da empresa e é a partir daí que um núcleo de resistência à mineração vai se formando, como é possível observar no seguinte relato:

A primeira manifestação contrária à mineração aqui na comunidade, foi com relação ao alargamento das estradas. Foi aí que a gente fez uma representação na promotoria pública e a gente percebeu que a mineradora estava entrando sem consultar a comunidade, começou a alargar as estradas. Inclusive, as cercas dos terrenos eram dentro das estradas, pegaram até pedaços dos terrenos, arrancaram pontilhões sem autorização das famílias, arrancaram as porteiças das estradas. Foi assim, um modelo de invasão mesmo. E foi nesse momento que houve um movimento contrário, a gente levou na promotoria pública. Isso foi em 2018 e até hoje a promotoria pública não teve uma ação efetiva na comunidade. (relato de moradora da comunidade São Pedro).

Esse relato, contudo, se insere num contexto em que as famílias, já tinham escutado boatos, de que uma mineradora estava especulando sobre a existência de minério na comunidade. Entretanto, é só com a chegada das máquinas para abertura das estradas, que isso vai se confirmando no imaginário das famílias, que se reúnem em um grupo que já

nas suas instalações; o cumprimento do limite de velocidade pelas carretas e a realização de cobertura de cascalho na estrada.

estava se compreendendo como contrários a instalação desse empreendimento, ainda que no ambiente de especulação produzido. Localmente o que se produz a partir da intervenção nas estradas e nas cercas das propriedades é a sensação de impotência e de violação do lugar de morada, expressos no relato de uma moradora: *“Minha casa não é um asilo inviolável? Eu não tenho direito à propriedade?”*.

A intervenção nas estradas, pela mineradora, funciona aqui, como uma forma de *reordenamento territorial*, na medida em que, são modificadas as condições físicas existentes à priori na comunidade, para atender às demandas de circulação da empresa. Ao mesmo tempo em que as condições objetivas de mobilidade da mineração são garantidas, a empresa vai realizando outros arranjos para assegurar as condições de instalação e permanência de suas operações e a efetividade do controle territorial. Apesar de já haver algum nível de mobilização social em torno da proteção das estradas, também uma rede de relações de concordância com o projeto se formava entre empresa e diferentes setores, incluindo, certos atores do poder público municipal. Essa rede permite a consolidação da atuação preventiva da empresa em muitas situações

Mesmo operando na ilegalidade quando intervém nas estradas da comunidade, devido à ausência de licença ambiental, os arranjos realizados pela mineradora funcionam como ferramentas de proteção e de vantagem com relação à agência de outros atores do processo. Dentre esses outros atores, encontram-se as próprias lideranças comunitárias, agricultores ou familiares dos agricultores e lideranças de movimentos sociais e organizações não governamentais, que se somaram na construção das resistências na comunidade. Em meio a eles o MAM, que vai se constituindo como um dos principais articuladores do núcleo de resistência, cumprindo entre outras funções, um papel de unificar as frentes de luta e criar uma memória desse processo.

Teve as primeiras movimentações de máquinas na comunidade, por volta de junho, se não me engano, abrindo as estradas, mais de um metro de ampliação das estradas. A comunidade ficou atônita(...) Eles já sabiam do rumor da mineração, eles foram perguntar aos maquinistas e os maquinistas falaram que era obra da mineradora. Eles foram e fizeram um abaixo assinado solicitando informações e levaram até o MP, o MP convocou a mineradora e convocou a prefeitura e as duas alegaram que era obra da prefeitura. Só que não foi feito nenhum convênio da prefeitura, a empresa que estava prestando o serviço era particular, não eram máquinas da prefeitura. Então ficou aquela questão mal entendida. Depois a prefeitura foi dizer que era a prefeitura que estava fazendo, mas a mineradora tinha dado o cascalho, mas ficou muito claro que era uma obra da mineradora, porque era exatamente a estrada do asfalto pro centro, que daria acesso a futura planta de beneficiamento da ZMM. Então ficou muito claro isso, que era uma coisa da ZMM, só que ela não tinha licença ambiental ainda, então ela não podia falar que era ela quem tava fazendo, então ela jogou pra cima da prefeitura. Só que a prefeitura não realizou nenhuma contratação de empresa prestadora de serviços. Então ficou essa

questão mal resolvida(...) (relato de um integrante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração/MAM).

O que se constitui é um processo de apropriação das estradas da comunidade, a partir do estabelecimento de um controle para além das instalações da empresa, que, no entanto, relaciona-se diretamente com as necessidades da atividade, da organização de seus fluxos. Ao mesmo tempo, o que se desenrola é um *encurralamento* das famílias, que passam a transitar o mesmo espaço que carretas pesadas carregadas de minério e rejeito. As estradas que antes eram utilizadas pela comunidade, para transportar suas produções agrícolas, levar os filhos à escola e como via de acesso à cidade e mesmo às casas de amigos e familiares, transformam-se numa via de escoamento da empresa, que sequer foi mencionada no EIA/RIMA (2018) apresentado.

A dinâmica de modificação das estradas afeta o cotidiano, na medida em que, produz o medo da circulação, a dificuldade de locomoção e mesmo de localização, pois há uma mudança constante das estradas realizadas pela mineradora. Os relatos apontam para a mudança de hábitos, que se tinha como os de as estradas antes funcionarem como local de brincadeira das crianças e hoje não poderem mais ser, diante do medo de acidentes, que são frequentes, pelo derramamento de rejeitos, causando derrapamento de motocicletas e deslizamento de veículos. O que se constitui é a destruição dos caminhos tradicionais em que os fluxos eram organizados em torno das necessidades de reprodução e convivência das famílias, para dar lugar a uma nova dinâmica em torno das estradas, funcionando como uma extensão da empresa, que passa a controlar a dinâmica de circulação do território, multiplicando os danos, por toda a extensão das localidades que se encontram na rota da empresa.

Dentre essas localidades por onde se estendem os danos de circulação da empresa, encontram-se municípios vizinhos, tais como, Viçosa, Piranga, Porto Firme, além do próprio município de Teixeira, onde se situa a comunidade São Pedro. Estes, profundamente atingidos pela passagem das carretas transportadoras de minério. A rota não prevista nos estudos da empresa, acumula uma série de danos, dos quais listam-se a poeira, os ruídos acima do costumeiro nos locais de passagem, o trincamento das estruturas de prédios e casas, além do aumento de acidentes de trânsito, já que as carretas costumam trafegar em alta velocidade. Por ser um ponto bastante conflitivo, os efeitos da passagem das carretas já foram objeto de audiências públicas nos municípios mencionados, com ampla participação popular¹⁵.

¹⁵Apesar das constantes mobilizações realizadas em torno desta pauta das carretas, em todas elas observou-se a partir de falas de representantes da empresa uma tentativa de desarticulação da crítica, apontando que se tratava de perseguição do MAM à atividade. Essa tentativa de obliteração da crítica, verifica-se também pela postura adotada pela ZMM de levar uma grande quantidade de seus funcionários para tumultuar os espaços, interrompendo as falas que se colocavam contra a empresa. Em audiência realizada em Viçosa, em junho de 2021, organizada pelo MAM e vereadores

Neste sentido, o que se apresenta, a partir da dinâmica de circulação da empresa, é a produção de danos, para além das estradas da comunidade. Entretanto, pela própria geografia do empreendimento e aliado às outras estruturas da atividade, esses danos podem ser melhor observados no cotidiano produzido na própria comunidade a partir da presença da mineração.

Figura 10: Estradas de acesso da comunidade.



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

As fotografias demonstram por um lado a repartição da estrada, realizada pela empresa, de modo que, esta fosse de acesso único da mineradora e por outro, as condições em que ficam as estradas após o intenso fluxo de carretas e caminhões. Sendo que, essa dinâmica de uso e modificação das estradas, impetrada pela mineração, mesmo antes da *fase de exploração* (Valencia et al), ilustra parte da sensação descrita na frase que dá nome a este capítulo: “Hoje em dia parece que a gente mora dentro da mineradora”. Esses efeitos, no entanto, são relatados, sobretudo, pelos interlocutores que vivem mais próximos à planta de beneficiamento e às cavas, deste modo, optei por reunir esses relatos,

da cidade, o representante da empresa disse que os efeitos mencionados, não eram de responsabilidade da mineradora, já que, pelas mesmas vias trafegavam caminhões de outras empresas e que “mil quilos de tomate, pesam o mesmo que mil quilos de minérios”, demonstrando a negligência da empresa com os danos causados por suas atividades.

que demonstram com mais ênfase os efeitos do conflito em torno das estradas, ainda que, no decorrer do trabalho de campo, outros relatos tenham sido colhidos.

No início a estrada era nossa, a gente dormia, a gente não era cercado nas estradas, não tinha esse trânsito de caminhão. Agora não. A gente mora dentro da mineradora e praticamente dentro das cavas. Algumas pessoas que são envolvidas com o assunto da mineração desconhecem as pessoas morarem tão próximas das cavas como nós no São Pedro. Eles estão inseridos no nosso quintal, em sentido figurado

Hoje as pessoas não dormem, aquela poeira, a gente não tem mais estradas, ela muda a estrada a hora que ela quer. A gente às vezes erra o caminho da comunidade, porque não sabe se o caminho é pra cá é pra lá.

Lá em cima mexeram na estrada, fizeram uma estrada pra eles. Como diz, eles se acham donos das estradas.

Os relatos demonstram a percepção dos moradores de que na dinâmica de uso operado pela empresa, as estradas aparecem como se também fizessem parte da faixa de servidão¹⁶ da ZMM, diante do acirramento do controle e dominação exercidos. Ainda sim, o ocultamento das vias de acesso ao empreendimento no EIA/RIMA (2018) é sintomático da fragilidade dos licenciamentos ambientais diante do constante desmonte da legislação ambiental, como apontado no capítulo anterior, de um lado. De outro lado, demonstra a negação da empresa sobre os danos extensivos causados por suas atividades, ao mesmo tempo em que consolida uma mecânica de gestão e controle empresarial do ambiente, que se forma no entorno de suas instalações.

O controle territorial via estradas, demonstra ainda, os efeitos da apropriação privada da mobilidade, que termina por transferir os custos das suas atividades para as famílias, por exemplo, quando uma moradora que realiza hemodiálise três vezes por semana em uma localidade vizinha, tem de caminhar a pé até o asfalto em dias de chuva, para não correr o risco de cair de motocicleta. Ou quando uma moradora, que é professora e leciona no município, tem de levar roupas para trocar no trabalho, prevendo que suas roupas serão sujas, de lama ou de poeira. O que se apresenta, neste sentido, é uma pressão sobre a vida na comunidade, que ultrapassa o movimento das estradas e a dinâmica em torno do empreendimento, mas interfere diretamente no cotidiano e nos expedientes familiares.

Este cotidiano intrafamiliar, que é, sobretudo, estruturado e organizado por mulheres, aponta para um efeito, que apesar de não ser explorado profundamente neste trabalho, não pode ser ignorado, quer seja, os danos da mineração na vida das mulheres. Entretanto, como forma de reunir esses outros olhares e efeitos, que concorrem para a produção de significados sobre a atividade na comunidade, optei por entrevistar prioritariamente

¹⁶A faixa de servidão pode ser definida como uma faixa de terra que acompanha construções de qualquer natureza. Neste caso específico, seria a faixa correspondente à planta de beneficiamento, às cavas e às fontes de água construídas pela empresa. Contudo, a fala da moradora, demonstra a percepção de que a mineradora age como se a estrada da comunidade, toda ela, fizesse parte dessa faixa, devido ao processo de controle empresarial das estradas instrumentalizado pela ZMM.

mulheres. Essas interlocutoras são, em sua maioria, agricultoras e compõem o núcleo de enfrentamento à mineração na comunidade, sendo inclusive, presença expressiva. Essa escolha parte também das experiências em espaços de formação do MAM, onde a questão da mineração na vida das mulheres é constantemente apontada como uma condição bastante particular, pois recupera mecanismos históricos de opressão e os aprofunda. Neste sentido, isso se coloca para o MAM e, mais tarde para mim, como uma preocupação e de certa forma orienta meu olhar no campo e nas conversas tecidas com as interlocutoras.

Durante as visitas de campo, por exemplo, são as mulheres que apontam a perspectiva das mudanças no cotidiano, os efeitos da produção de poeira, devido ao trânsito dos caminhões. A poeira produzida, é percebida por elas, a partir de um efeito da atividade, quer seja, o de contaminação e de danos às produções, sendo que, parte delas, a necessidade de chamar atenção para as dificuldades impostas pela poeira e a constante preocupação com problemas respiratórios, com a limpeza da casa, que torna-se mais difícil e, com o que vem causando nas plantações, como pode-se observar através das imagens, que seguem:

Figura 11: Poeira acumulada no pomar de uma das propriedades.



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

A produção de poeira insere-se numa dinâmica de afetações vividas pelas famílias, que ilustra, como se dá o movimento da atividade no território, na medida em que, a poeira só pode ser controlada, quando a mineradora disponibiliza os caminhões pipa para molhar as estradas. Sendo assim, o controle do problema passa a depender também da disponibilidade da empresa. Assim, a partir do controle sobre a proposição de soluções ou mitigação dos efeitos dos danos, como a poeira, vão sendo constituídas escalas diferentes de controle do território, em que é instrumentalizada uma gestão e um controle empresarial da vida na comunidade.

Esse controle empresarial do território, que apontamos, para que seja efetivo, requer a existência de formas disciplinadoras do ambiente, que podem se manifestar de diversas maneiras a depender do contexto em que o projeto está inserido. Em São Pedro, uma das formas observadas, está na alocação de placas na extensão de toda a comunidade, que no cotidiano, cumprem mais a função de demarcar a presença e o “tamanho” da mineradora no território, do que, necessariamente, de proteção e orientação dos transeuntes (para o caso das placas de limite de velocidade e localização, por exemplo), como é exposto nos seguintes relatos:

Colocaram um punhado de placa, igual aqui tem de limite de 20km de velocidade, mas eles respeita? Eles não respeita. Eles já chegaram e colocaram as placas, como se fosse deles mesmo. Quem mexe aqui é eles.

As placas são só mais uma demonstração de que ela tomou a comunidade pra ela. Ela vai se reafirmando com tudo isso. (relatos de moradoras da comunidade São Pedro).

Percebe-se a partir dos relatos, como as estratégias de *controle territorial*, se constroem no cotidiano. O que se pretende, é para além de imputar regras de conduta, a formação de uma *racionalidade empresarial* (Acserald, 2018), construa uma dinâmica em que as relações sociais passem a ser estabelecida em torno das necessidades de organização da empresa. Nessa dinâmica objetiva-se o controle de qualquer movimento que escape ao bom funcionamento da empresa, “o que a empresa espera, dos sujeitos de suas ações sociais, é, ao fim e ao cabo, que estes abram mão da sua capacidade de rebelar-se” (Acserald, 2018; p.43).

Essa dinâmica de controle opera na desqualificação das resistências e na obliteração da crítica e dos discursos produzidos pelos sujeitos, que se colocam no enfrentamento. Assim vai se percebendo que à medida que o trabalho de campo vai sendo realizado, as expectativas dos interlocutores é a de que a pesquisa possa ser constituída como um lugar de enunciação da posição desses sujeitos com relação ao empreendimento. Assim, é também um trabalho de reconstituição dos olhares de quem vivencia os efeitos da atividade mineradora em seu território.

As placas, neste sentido, são apontadas pelos interlocutores como uma forma de a mineradora reafirmar seu controle sobre o território e a mobilidade dos sujeitos, uma vez que, impõe velocidade de circulação, mesmo que os próprios veículos da empresa não cumpram as regras pautadas por ela. Estabelecendo ainda, locais que não podem ser frequentados ou sinalizando perigo, como ilustram as próximas imagens, transgredindo a relação entre segurança e o *lugar*¹⁷, construídas antes da chegada da empresa.

Figura 12: Placas alocadas pela ZMM nas estradas da comunidade.



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

¹⁷ O lugar aqui é entendido como espaço de construção de práticas de identidade, que se forjam no espaço. Ver discussão sobre *lugar* como categoria em Zhouri e Oliveira (2010).

Figura 13: Placas alocadas pela ZMM nas estradas da comunidade.



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Apesar de a presença das placas poderem ser justificadas como sinalização para proteção das famílias, o que se apresenta é uma demarcação da presença da atividade mineradora em vários pontos, mesmo os que se encontram distantes do empreendimento. Essa dinâmica parece alimentar a estrutura de controle da empresa sobre o território, uma vez que, ela passa a ordenar todo o ambiente. Isso se verifica ainda, pela extensão dos danos causados pelas carretas em diversas localidades circunvizinhas à comunidade, como apontado anteriormente. Há uma estimativa feita pelos moradores e apresentada durante Audiência Pública sobre as carretas na Câmara Municipal de Viçosa, no dia 17 de junho de 2022, de que circulam aproximadamente 50 carretas diariamente, tendo capacidade de 50 a 60 toneladas. Em Viçosa, por exemplo, podem circular cerca de 60 mil toneladas de minério por mês, oriundos apenas da extração realizada pela ZMM. Neste sentido, pode-se falar de danos extensivos, pois toda a dinâmica anterior existente na rota das carretas é alterada.

O que se observa, a partir da atividade da empresa mencionada, é a constituição de um *reordenamento territorial*, em que os fluxos das operações da mineradora formam a conexão entre diferentes momentos da cadeia de produção de minério. Assim, *“trata-se no sentido técnico: de nós logísticos, no sentido econômico: da possibilidade de criar e reconfigurar com leveza e rapidez, as cadeias heterogêneas de atividades”* (Acserald; 2018, p. 42). Por *nós logísticos* entendemos o encadeamento das fases de produção e circulação

da mercadoria. Alguns exemplos dessas fases, que se aplicam em nosso caso são: o material é extraído das cavas, transportado para a planta de beneficiamento onde é lavado, triturado e separado. Depois da separação do material retirado das cavas é que se tem o minério. Posteriormente esse minério é novamente transportado para o Ouro Branco, onde é estocado e mais tarde transportado em trens para os consumidores industriais.¹⁸

Esses *nós logísticos* (Acserald; 2018), todavia, se fazem na produção de uma série de danos e para que a crítica seja obliterada, outras formas de controle vão sendo produzidas. Assim, a dinâmica de *controle territorial* exercido pela mineradora, em suma, cria a partir dos seus fluxos, uma cadeia de usos particulares de bens públicos e comunitários (como as estradas) e naturais (como a água e os minerais), assegurando o maior proveito da empresa. O que se observa é uma profunda transformação do ambiente, que passa a ser orientado pelos fluxos da atividade desempenhada pela empresa. Isso só pode ser efetivo, a depender dos arranjos políticos, que a mineradora consiga realizar, cabendo ao espaço da crítica desvelar essas estratégias e ser capaz de produzir contra discursos, de modo que, a estabilidade dos arranjos políticos seja abalada.

3.2 O controle empresarial do território a partir dos sistemas de vigilância da ZMM.

O caso estudado, revela a dubiedade, que compõe a dinâmica gerencial dos empreendimentos. Ao passo que, a ZMM no EIA/RIMA (2018) busca enunciar seu engajamento com tecnologias de gestão do empreendimento, embasadas em pressupostos, que reconheçam as outras *partes interessadas*¹⁹ do processo, através de terminologias como: responsabilidade social, transparência, participação social, por exemplo, constrói uma série de mecanismos de *controle territorial*, como o demonstrado na seção anterior. Dentre esses mecanismos de *controle territorial*, destacam-se os arranjos políticos

¹⁸Neste aspecto tem-se que considerar alguns pontos sobre o caso estudado. O primeiro é de que essas informações do trajeto do minério, por assim dizer, não constam nos estudos da empresa e esse foi um dos questionamentos apontados nos contra relatórios produzidos pelas entidades que contestavam a concessão da licença de pesquisa e lavra da empresa. Essa informação, contudo, é repassada pelo próprio diretor da empresa em reunião realizada em 2019. Outro ponto a ser considerado para compreensão desses nós logísticos observados no caso, é a construção de estruturas que facilitam as operações da empresa e, neste sentido, algumas organizações vêm apontando a possível ligação entre o projeto de mineração da ZMM e a tentativa de construção de uma central hidrelétrica na Cachoeira Grande, na zona rural de Canaã, município vizinho do empreendimento.

¹⁹Nesse aspecto, é importante considerar o papel do Estado em formalizar os sujeitos, por exemplo mineradora e comunidade, partindo do pressuposto de que tem interesses em comum e que, portanto, basta mobilizar técnicas de gestão empresarial, de modo que, a empresa cumpra com suas responsabilidades legais, para que os diferentes interesses sejam atendidos. O que se coloca, no caso do Brasil, a partir da Política Nacional de Meio Ambiente, de acordo com Bronz (2009), é a constituição de tentativas de implementar essas perspectivas a partir da designação do termo *partes interessadas* nos processos de licenciamento ambiental de projetos de desenvolvimento e negociação dos conflitos.

realizados entre empresa e outros atores, o controle das estradas, a *identificação* das famílias e, posteriormente, a criação de seu sistema de vigilância interno.

Durante as visitas de campo, a presença dos seguranças é notada em toda extensão das estradas e áreas próximas às instalações da empresa. São geralmente homens brancos aparentando ter aproximadamente entre quarenta e sessenta anos. Eles fazem a vigilância se movendo em um carro da ZMM, adesivado com os símbolos da empresa, de modo que, é possível notá-los, mesmo à distância, já que, os carros não se parecem com os carros dos moradores. Formalmente, parecem cumprir a função de vigilância das estruturas, de garantia do cumprimento dos limites de velocidade, da proteção das “áreas de risco” e, ainda, de comunicar aos moradores os horários de detonação dos explosivos, acionando as sirenes nas áreas mais próximas das cavas. Essas funções justificariam a existência de uma rede de vigilância da empresa na comunidade, já que, de algum modo, também poderiam garantir a segurança dos moradores.

Entretanto, esses mesmos seguranças, constantemente, abordam pessoas “de fora”, questionando onde estão indo sendo que, o mesmo se faz com alguns moradores da comunidade. Em uma das reuniões do núcleo de enfrentamento à mineração em São Pedro, a pauta dos seguranças foi levantada pelos moradores. Eles questionaram a postura agressiva dos seguranças com familiares que vinham visitá-los e relataram um episódio em que um dos seguranças cercou o carro da família, impedindo sua passagem. Os seguranças questionavam quem eram eles e o que estavam fazendo ali. Entretanto, no veículo estava um morador da comunidade, que estava presente na reunião e relata: *“Eu moro aqui há 40 anos, eu é que tenho que perguntar quem são eles, que chegaram agora”*. Durante a mesma reunião é acionada a pauta de reivindicações, construída anteriormente e os moradores sugerem que a empresa deveria apresentar os seguranças à comunidade, de modo que, este tipo de situação relatada pudesse ser evitada, já que são constantes.

Os episódios de coerção por parte dos seguranças, passam também pela proibição da tomada de registros das cavas e outras estruturas da empresa, pelo questionamento da identidade das pessoas que trafegam pelas estradas da comunidade e, não raro, pela perseguição de estudantes, pesquisadores e lideranças comunitárias e de movimentos sociais, em visitas guiadas e trabalhos de campo. Mesmo durante meu trabalho de campo, ocorreram diversas situações em que essas posturas se apresentaram.

Em maio de 2022, fui à comunidade para visitar a produção de café e milho de uma agricultora e seu filho e, na ocasião, entrevistá-los. Nessa semana, a empresa havia realizado uma mudança na estrada e me perdi, ficando por quase uma hora procurando o caminho até a propriedade. Enquanto tratava de encontrar a estrada correta, colhia registros fotográficos. Em dado momento os seguranças da empresa se aproximaram e me questionaram onde eu estava indo, me alertando para o fato de que eu não tinha permissão

para tirar fotos. Disse que estava perdida e ia visitar uma família da comunidade, mas não conseguia identificar o caminho. Entretanto, os mesmos seguranças já haviam me visto em outra ocasião, numa das visitas que realizamos enquanto MAM, de mobilização das famílias para a reunião do núcleo de enfrentamento, fato que, me fez sentir medo de uma reação mais agressiva por parte dos seguranças. Nesse momento me retiro da passagem deles, que ainda assim, continuam me seguindo, até a entrada da propriedade visitada neste dia, como consta na imagem que segue:

Figura 14: Seguranças da empresa e a perseguição no trabalho de campo.



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Esse episódio mobilizou muitas sensações de medo e dos riscos que corria, enquanto ia à comunidade sozinha, realizar os trabalhos de pesquisa. Essas sensações diante do relato que trago, somados à percepção dos moradores sobre a conduta dos seguranças, demonstram a produção de um ambiente hostil, a partir do qual, os moradores percebem na atividade mineradora um conjunto de *danos*, sejam eles de saúde, de perda da propriedade ou de uma possível escassez de bens naturais utilizados para reprodução da vida e das atividades. Ainda, na relação com os seguranças, o que se concebe é a sensação de *risco* à própria integridade física dos sujeitos, como relata uma moradora: “São seguranças que andam armados na comunidade, ameaçando as pessoas da comunidade.

Só de ele estar armado, já representa uma ameaça pra comunidade. Por que eles andam armados, se foram eles que chegaram?”

O que se constitui, neste sentido, é uma dupla produção de percepção de *risco* em que moradores lidam com os riscos da atividade e a empresa vê os sujeitos divergentes como potenciais ameaças para seu empreendimento. Sendo assim, as empresas vão criando mecanismos para gerir os riscos sociais aos investimentos. Portanto, como aponta Bronz (2009, p. 8)

O risco aqui é entendido como uma ameaça ao empreendimento. A relação entre as partes interessadas e a empresa será mutuamente tingida com dúvidas e desconfianças. Para alguns, a empresa representará o risco; Para outros, o risco virá das partes interessadas. Deve-se ter em mente que, na maioria dos casos, são empresas que se fundem para realizar os projetos. A ameaça ao empreendimento é interpretada como uma ameaça à própria existência da organização (tradução nossa).

Assim, as práticas corporativas de *controle do território*, passam, necessariamente, pelo controle dos *riscos*, corporificando-se num conjunto de estratégias admitidas pela empresa. Essas estratégias são instrumentalizadas por mecanismos de *gestão do risco* e mediadas pela perspectiva adotada na relação entre empresa e comunidade, que no plano formal se traduz pela estratégica concepção de *partes interessadas* (Bronz, 2009) do processo, já que, as assimetrias de poder e as violências operadas nas diligências do empreendimento, são negligenciadas nesta concepção. A construção de um *sistema de vigilância* privado, a partir dessa concepção mobilizada, neste sentido, pode ser justificada formalmente, entretanto, é na produção do cotidiano a partir da presença da mineração, que se verifica a concretude dos efeitos deste tipo de conduta empresarial.

A existência do *sistema de vigilância* como operado em São Pedro, nos mostra, sobretudo, a tentativa de mitigação ou silenciamento das problemáticas insurgentes a partir da atividade mineradora. Uma vez que, os seguranças realizam toda a gestão da detonação dos explosivos, percebe-se nessa atuação, uma forma de resguardo de possíveis ônus a serem imputados à empresa para o caso de acidentes em decorrência das detonações, por exemplo.

Durante o campo, não raro, fui surpreendida com os seguranças impedindo a passagem em vias próximas às cavas, onde seriam detonados os explosivos. Entretanto, houveram dois episódios marcantes no campo, que cabe mencionar. Em junho de 2022, quando visitava uma das famílias, os seguranças não me deixaram seguir na estrada sob o argumento de que as detonações começariam naquele momento. Essas detonações duram cerca de uma hora e como já eram aproximadamente três da tarde, temi que a visita fosse prejudicada, pois, não era aconselhável segundo os moradores, minha permanência no período noturno na comunidade quando estivesse sozinha. Tomei a decisão de esperar,

entretanto, um dos moradores passou por mim e ao me reconhecer, disse que eles teriam que esperar, nas suas palavras *“eles que tem que esperar, não é nós”*. Chegando à casa da família, foram tecidos comentários sobre o “abuso” dos seguranças em bloquear minha passagem e que eles mesmo, não tinham mais condições de seguir todas as regras impostas pela empresa, já que constantemente pediam que as pessoas saíssem de casa para a detonação. *“Agora você vê, minha mãe é idosa, vou levar ela pra onde?”*.

Em outra oportunidade de visita a campo, organizei o horário de chegada e planejei o horário de saída, de modo que, não coincidissem com o momento da detonação de explosivos. Na oportunidade, caminhei pela área de produção de café da família que visitei e nos sentamos para conversar, a princípio sem o uso do gravador. Em dado momento, percebi que podia começar de fato, a realizar as perguntas que havia preparado. Essa era uma interlocutora que não me conhecia ainda, como era o caso de outras, então, precisei antes me apresentar, contar um pouco do meu trabalho, inclusive o fato de que era professora na cidade vizinha, para que um ambiente de confiança pudesse se formar, já que, conhecendo a realidade de uma comunidade em conflito com a mineração, não raro, as pessoas têm medo de falar sobre mineração. Começamos a entrevista e em poucos minutos, uma detonação ocorreu, sendo que, sentimos sob nossos pés os tremores, mesmo que numa distância de aproximadamente 1km da detonação. Nos registros é possível escutar o barulho estridente dos explosivos. Ficamos em silêncio por um momento.

Essas situações narradas, me fizeram recordar das primeiras vezes que estive na comunidade, em dias que também eram de detonação de explosivos. A primeira impressão que tive foi de um cenário muito hostil, diante da paisagem radicalmente destruída pela atividade e, sobretudo, pelos sons das sirenes avisando das detonações. Fiz um exercício mental de comparação com as sirenes que alertam quando no rompimento de barragens e em algumas oportunidades conversei com os moradores sobre esse som, alguns diziam que *“parece um cenário de guerra, uma coisa horrível”*. Ainda assim, estas práticas têm lastros de legalidade, o que confirma a fragilidade dos ritos da gestão da segurança na comunidade, pois elas não são capazes de assegurar a sensação de proteção aos moradores.

Cabe mencionar, entretanto, que na única reunião realizada entre empresa e comunidade antes da fase de instalação do projeto, a ZMM assegurou aos moradores, que não haveria utilização de explosivos em suas operações, fato que já havia sido contestado por um dos moradores. A empresa inicia a detonação de explosivos antes mesmo de conseguir a licença para este uso e, busca, nesse momento, garantir através da atuação dos seguranças, que essa prática não seja registrada e, portanto, gere maiores ônus para a mineradora.

Neste sentido, vai se conformando através da atuação dos seguranças também uma atuação preventiva, em que diante de manifestações de descontentamento de qualquer ordem, eles são acionados, como no episódio em que um morador bloqueia a passagem dos caminhões da empresa, como forma de chamar atenção para a poeira e pedir que um caminhão pipa fosse mobilizado pela empresa para molhar as estradas, como consta no relato de uma moradora: “*Os seguranças acham que são seguranças mesmo né. Teve um dia que meu marido parou no meio da estrada por causa da poeira, o segurança logo veio e falou que só ia ficar ali com ele*”.

A atuação dos seguranças, assim, funciona como uma extensão do controle da empresa na comunidade. Neste último caso, o controle é percebido na forma com que a insatisfação de um morador com relação a poeira, é observada de perto pelos seguranças, de modo que, a empresa tivesse através da figura dos seguranças algum nível de controle da crítica. Os sistemas de vigilância se configuram, assim, como braços da empresa. Eles conhecem a rotina das famílias, as rotas das carretas, a dinâmica da atividade e passam a, junto com outros mecanismos, coordenar a vigilância do *extra muros* da empresa, produzindo nos moradores a percepção de que estão sendo vigiados.

Esses seguranças são contratados diretamente pela empresa e possuem, segundo relatos dos moradores, alguma relação com as forças de segurança pública do município de Teixeira, o que dificulta, ainda, a produção de denúncias ou o acionamento de uma “segurança externa”. Neste sentido, o que estamos chamando de *sistema de vigilância* também opera em favor do *encurralamento* das famílias, na medida em que produz o medo, como mecanismo instrumentalizador de suas práticas de segurança corporativa no cotidiano.

O que se constitui a partir dessa rede de segurança corporativa criada, é um controle absoluto dos fluxos na comunidade, em que os riscos para a estabilidade da empresa passam a ser percebidos no entorno das instalações da mineradora. Sendo assim, uma grande área da comunidade vai se formando como unidade de planejamento de segurança da empresa e, operando numa “mentalidade de fortaleza” (Honke; 2018), o controle exercido remonta a uma ordem industrial de funcionamento, onde tudo pode ser “visto de cima” e ao se combinar com a disponibilidade de outras ferramentas de controle, estabelece-se um complexo sistema de segurança corporativa, amparado pelo disciplinamento operado pelo *sistema de vigilância* da empresa.

O cotidiano produzido por esse *sistema de vigilância* é permeado pela sobreposição de práticas coercitivas exercidas pelos seguranças da empresa. Essas últimas, por sua vez, são acionadas e sobrepujadas, na medida em que, identifica-se a agência de sujeitos “ingovernáveis” sendo, portanto, necessário lançar mão de estratégias de controle, para atender às demandas de estabilidade da empresa.

Essa questão da vigilância da empresa, sempre foi ferrenha em cima dos moradores. É como se eles tivessem tomado a comunidade mesmo. Essa foi a sensação desde o início. E cada vez que a destruição é maior, a vigilância também aumenta. Principalmente que eles destruíram nosso córrego, hoje temos vigilantes por todos os lados e câmeras, vigiando os moradores, principalmente a gente. E vale a pena ressaltar que essa vigilância é feita com seguranças armados, armas expostas para que os moradores vejam e são na maioria das vezes ex policiais militares aposentados. (relato de moradora da comunidade São Pedro).

Demonstra-se a partir do relato, que desde o início a mineradora se vale desse *sistema de vigilância*, para reafirmar sua presença e garantir o *controle do território* e ainda, que à medida que a empresa avança sobre o território e as resistências se intensificam, a coerção exercida pelos seguranças também escala. Sendo que, as formas de vigilância, operadas desde o início, passaram também pela disposição de drones, que capturavam o cotidiano das famílias, não sendo poucos os relatos desses aparelhos sobrevoando as plantações, as casas, os quintais. A percepção dos moradores de estarem sendo vigiados, neste sentido, ultrapassa o controle físico estabelecido pelos seguranças, mas é também engendrado por outras ferramentas de controle, que são substituídas a depender da própria dinâmica das resistências e dos conflitos, que vão sendo produzidos na comunidade.

São fatores que, ao se combinarem, sustentam a estabilidade necessária para o “bom funcionamento” dos demais espaços de produção da empresa. É neste sentido, que esse esforço de sistematizar as práticas de *controle do território* e os efeitos dela no cotidiano das famílias, faz-se também na intenção de lançar luz sobre um cotidiano pouco mensurável, mas não menos violento.

O que se coloca assim, a partir das observações feitas e dos relatos é a formação de um sistema de vigilância, que se retroalimenta de muitas maneiras, consolidando uma *mecânica da violência* (Santos, 2014), que imita o disciplinamento fabril (Acserald, 2018) em toda a extensão da comunidade. Essa *mecânica da violência* se apresenta a partir de arranjos locais realizados entre os diferentes sujeitos interessados na permanência da empresa, consolidando uma rede de policiamento e controle, que extrapola inclusive as áreas de extração mineral da empresa. Entende-se que esse sistema eficaz, engendra uma série de outros conflitos, que no cotidiano, são diluídos pelas urgências da apropriação privada dos bens naturais comunitários, e que, no entanto, garantem a não resolução desses últimos.

A empresa, operando na *gestão do risco* e, ciente dos efeitos de suas atividades, atua na prevenção da mobilização em torno dos conflitos engendrados por ela, atuando fortemente desde o início para obliterar as críticas e vilipendiar qualquer manifestação contrária à sua agenda para o território. Ainda, a *gestão do risco* no caso do São Pedro, envolve um controle espacial, em que as instalações da empresa não podem ser vistas ou

visitadas. Qualquer tipo de registro ou visibilidade pretendida da transformação profunda da paisagem em decorrência de suas atividades, é duramente repreendida pelos seguranças. Estes últimos, cumprem a função de uma presença repressiva no “cinturão comunitário”, fato que se evidencia através dos relatos expostos nesta seção, corroborando para uma análise de que o cotidiano produzido a partir da presença da atividade mineradora na comunidade, se faz na mobilização de uma sucessão de estratégias de *controle territorial* e disciplinamento das dissidências.

3.3 O controle empresarial do território a partir da apropriação dos bens naturais: Da “água comunitária”²⁰ à “água de um só”.

Uma coisa muito viva na minha memória é que quando a gente era criança e tava fazendo aquele sol rachando a gente pegava água no córrego lá de casa e jogava no pé do cruzeiro, porque rezava a lenda que se a gente jogasse água no pé do cruzeiro chovia (relato de moradora da comunidade São Pedro).

Iniciamos essa seção com um relato de uma moradora de São Pedro, que reconta uma memória afetiva da infância com o córrego Querubim, cujo nome, cunhado pelos próprios moradores, dá-se pela nascente encontrar-se situada na localidade Querubins, próxima de São Pedro. Nesta memória, demonstra-se um uso particular da água do córrego, atrelando-a a um objeto sagrado para a comunidade, o cruzeiro. É, neste sentido, que vão sendo percebidos os diversos usos da água do córrego realizados pelos moradores e agricultores da comunidade, em que pese na produção da agricultura familiar. Esses usos, também serão analisados nesta seção, a partir da noção que surge no campo da “água comunitária”, refletindo a dimensão coletiva de apropriação desse bem, em contraposição à apropriação privada realizada pela empresa mineradora, quando se instala.

O córrego Querubim, atravessa diversas propriedades, tais como, a Fazenda Vidraça e o Sítio São Pedro e se estende por grande parte da comunidade, como pode-se observar no mapa que segue:

²⁰ Essa expressão é utilizada por um dos moradores em uma entrevista e por conter uma potência em enunciar os diferentes usos da água empreendidos, é usada aqui na função de informar essa relação social que se estabelece a partir do conflito entre mineradora e comunidade, mediante o uso da água.

Figura 15: Curso hídrico do Município de Teixeira.



Fonte: A autora (2022).

Na imagem, o córrego Querubim está sinalizado como córrego São Pedro, provavelmente pela identificação automática do software utilizado para a produção do mapa. Como pode-se perceber através do mapa, o córrego possui dois braços, sendo que um deles é natural e o outro, que poucos metros à frente tornam seu curso natural, foi construído pelos moradores há mais de cem anos. O curso original é chamado pelos moradores de cachoeira, dado o volume de água que o córrego possuía. Importante destacar, que o volume de água diminuiu consideravelmente, a partir de uma operação da empresa em junho de 2022, fato que abordaremos mais adiante. Ainda, que a produção de conflitos em torno da água se apresentou antes mesmo do início da fase de extração, pois os moradores temiam, que os usos operados pela ZMM, viessem a acarretar em danos ao córrego Querubim, além da preocupação com o assoreamento de outras fontes d'água e destruição das nascentes existentes na comunidade.

As primeiras divergências em torno da água apareceram numa reunião realizada na comunidade e organizada pela empresa. De acordo com relato de uma moradora: “Na

reunião, quando foi o assunto da água, as famílias começaram a brigar. Quem não usava a água começou a defender a mineradora”. A água mencionada, trata-se da água do referido córrego Querubim, que abastece quatro propriedades, conformando um uso coletivo desta água, para fins de: irrigação da produção de hortaliças, limpeza da casa e das benfeitorias, cuidados com as plantas do quintal, uso para dessedentação dos animais, horta, higienização do curral e dos tanques de leite, cachoeiras que ornamentam os sítios, tanques de peixe, moinho da usina, que possui um pequeno gerador de energia elétrica que proporciona a iluminação do cruzeiro e da capela.

Sendo assim, são constituídos diversos usos pelas famílias, que se relacionam diretamente com a produção da agricultura e a manutenção das casas, em que a água do córrego cumpre um papel fundamental, já que, proporciona o manejo da produção e o cuidado com o ambiente doméstico de quatro famílias da comunidade. Essas mesmas famílias revezavam ainda a manutenção do córrego, de modo que, o cuidado desse bem, insere-se também numa dinâmica coletiva, a partir da sua limpeza, quando necessário. Ainda, além desses usos mencionados, é possível falar de um uso afetivo do córrego, inscrito nas brincadeiras das crianças ou mesmo, no olhar produzido sobre ele, em que o córrego ocupa um lugar de um “patrimônio” da comunidade. Sobre esta dimensão de “patrimônio”, é possível constatar, a partir dos relatos, que quando é mencionada a questão da água, o córrego é imediatamente acionado, na sua dimensão de existência temporal e na sua importância para toda a comunidade, uma vez que, é dele a água usada para manutenção da capela, objeto de convergência da fé cristã na comunidade.

O córrego assim, configura-se como um espaço de convergência de práticas comunitárias de cuidado, ao mesmo tempo em que se insere no âmbito das preocupações levantadas pelas famílias e dos primeiros conflitos estabelecidos, após a chegada da mineradora à comunidade. Essas preocupações instalam-se tanto pela dinâmica distributiva, existente anteriormente na comunidade e que precisaria ser readequada para uso da mineração, de modo que, o uso desse bem fosse radicalmente transformado, quanto pela própria postura da empresa na apresentação dos estudos na fase de Licenciamento Ambiental. Nesses estudos, a mineradora oculta o segundo “braço” do córrego Querubim, que se trata de um desvio feito pelos moradores, como apontado no laudo técnico realizado a partir de uma demanda das famílias pela empresa de consultoria All Hidro (2019, p.8).

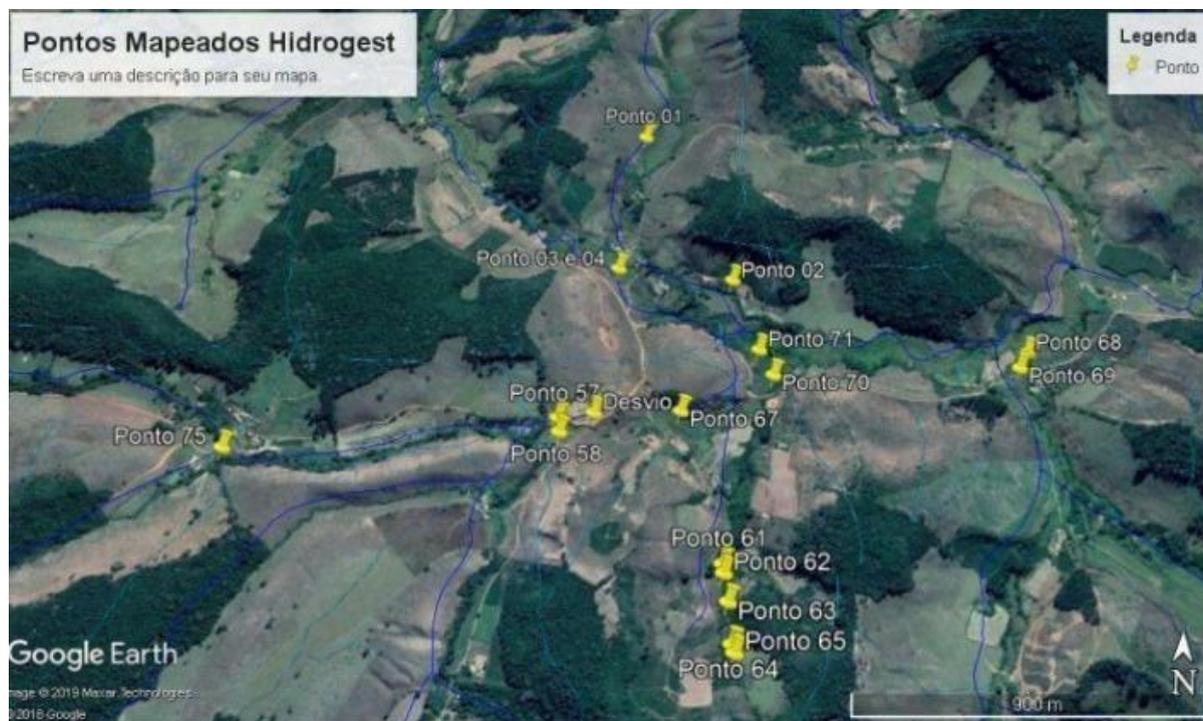
Conclui-se, portanto, que estas informações foram omitidas dos estudos apresentados, propositalmente, visto que esta derivação do referido córrego localiza-se justamente em cima da área onde será aberta a cava 1 do corpo mineral 1. Sendo assim, de acordo com o Art. 34. do Decreto-Lei nº 227, de 1967 - Código de Mineração e o novo Regulamento do Código de Mineração, Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018, o titular da concessão fica obrigado, sob pena das sanções previstas em lei, a: (...)”IX -

promover a segurança e a salubridade das habitações existentes no local; X - evitar o extravio das águas e drenar aquelas que possam ocasionar danos e prejuízos aos vizinhos; XI - evitar poluição do ar ou da água que possa resultar dos trabalhos de mineração”.

O laudo técnico, aponta para uma problemática, que permite um primeiro diagnóstico do comportamento da empresa com relação à água da comunidade. Trata-se da invisibilização de outros cursos hídricos existentes nesse território, assim como, dos usos da água realizados pelas famílias anteriormente. Assim, apesar de haver a necessidade de apresentação nos estudos dos critérios locacionais, que dizem respeito à proximidade do empreendimento à recursos comuns e os seus efeitos, “não foram observados mapas que indicassem os diversos usos da água pelos proprietários e ou moradores do local, nem a correlação destes usos e possíveis conflitos entre eles e as atividades da mineração” (FMA, 2019, p.9). Essa invisibilização operada, além de beneficiar a empresa no andamento do processo, uma vez que, restringe o cumprimento de responsabilidades de reparação, opera também numa lógica de negação das *formas culturais de apropriação do mundo material*²¹ (Acserald, 2004) operacionalizadas por aquelas famílias.

Essa invisibilização, contudo, não se dá somente pelo ocultamento das informações sobre o córrego, mas também de nascentes existentes na comunidade, como apontado por relatório produzido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, sediada em Viçosa (AGB, 2019). Importante destacar, que o relatório é produzido a partir de observações realizadas em campo pela AGB, conduzidas pelas próprias famílias, que indicavam os pontos não mencionados no EIA/RIMA (2018) apresentado pela empresa. A partir do levantamento realizado, observou-se que dezessete nascentes não foram mencionadas nos estudos ZMM. Sendo que, a maioria delas encontra-se nas proximidades das cavas. Essas nascentes, estão sinalizadas no mapa que segue e são incorporadas ao relatório produzido pela AGB (2019) como forma de demonstrar os potenciais conflitos pelo uso da água, que seriam acarretados pelas atividades na comunidade.

²¹ Essas formas culturais de apropriação do mundo material referem-se “às formas de distribuição, acesso, posse e controle de territórios ou de fontes, fluxos e estoques de recursos naturais” (Acserald,2018, p.15).

Mapa 4: Nascentes ocultadas no EIA/RIMA (2018)

Fonte: Relatório técnico AGB-Viçosa (2019).

Apesar de o relatório da AGB (2019) e outros documentos, tais como, o Parecer do PACAB (2019) e do NACAB (2019), o Parecer técnico da Fontes Meio Ambiente (FMA, 2019), o Laudo técnico da All Hidro (2019) e Dossiês organizados pelo MAM (2019), indicarem a incompletude dos dados apresentados nos estudos da empresa, demonstrando a necessidade de realização de novos estudos, que apontassem objetivamente os efeitos da atividade para as águas da comunidade, a empresa consegue as licenças para diferentes usos da água. Essas licenças, estabelecidas por meio das certidões da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMAD) 0000042518/2019 e 0000049255/2019, concedem, consecutivamente, direito de uso da água mediante a Captação de água subterrânea por meio de poço manual (cisterna) com a profundidade de 18 metros e 150 milímetros de diâmetro e a Captação de água em surgência (nascente), configurando a partir desses usos, uma nova forma de apropriação da água, que passa da “água comunitária à água de um só”.

No campo essa dinâmica pode ser vista, passados dois anos desde o início das atividades de lavra, a partir da exposição da profundidade das perfurações, que expõe a água subterrânea e na intervenção realizada pela empresa em um dos braços do córrego Querubim. Essa intervenção, por sua vez, é constituída através de um aceno da mineradora para a SUPRAM, apontando a necessidade de criar um novo desvio no córrego, enfatizando

que o desvio construído pelos moradores (aqui chamado de segundo braço do córrego), era ilegal. Neste sentido, ainda que a construção e o uso desse segundo braço sejam anteriores à legislação ambiental brasileira sobre uso da água²², a empresa, ao apontar a existência de irregularidade, logra o direito de intervir no córrego, sem pedido de licença. Na prática, isso significou um novo desvio, cimentado, construído bem próximo ao terreno de uma das famílias e a redução do fluxo de água do córrego original, aprofundando o controle dos bens naturais da comunidade exercido pela empresa.

Essa outra forma de *controle territorial* exercida pela empresa, operacionalizada pela apropriação da água da comunidade, corrobora para a percepção dos moradores, de que estão sendo *encurralados*, cercados, “*vivendo dentro da mineradora*”, como pode-se observar através dos comentários: “*A água passa num terreno que é deles. Como vamos parar isso? no peito? Com o poder e a influência que a mineradora tem no município, inclusive na segurança pública*”. Novamente, as práticas da empresa ao incidirem diretamente no cotidiano das famílias, através da sua forma particular de uso dos bens e de se relacionar com o território, constituem uma dinâmica complexa de conflitos entre empresa e comunidade, em que a mineradora é beneficiada pelo *controle territorial* logrado, que se intensifica e se aprofunda na medida em que, o tempo de atividade avança e as dissidências se desarticulam. Essa desarticulação, se deve muito aos conflitos que vão sendo criados entre as famílias em torno da mineração e também pelo medo das pessoas ao se perceberem num ambiente de constrangimento e ameaças criado pela empresa.

Os conflitos em torno do uso da água quando na chegada da empresa na comunidade, neste sentido, é constituído em muitas frentes, sendo que, a partir do início das atividades de lavra, eles se inserem também na preocupação dos moradores, com a escassez desse bem, mediante sua observação do uso operado pela empresa. Nota-se essa preocupação nos comentários: “*E a água que eles tão tirando? É um trem de doido!!! É um absurdo o desperdício, isso vai secar*. A percepção dos moradores lança luz sobre o contraste entre o uso coletivo “*a água comunitária*” e o uso privado “*a água de um só*”. Nessa relação, o uso privado é entendido pelos moradores como exacerbado e inserido numa dinâmica de desperdício, em que a água, antes coletiva, se esvai, e a sensação de escassez se aprofunda.

Lava minério, tem que molhar as estradas, porque se não molhar, fica insuportável, uma poeirada danada. Tem dia que a gente passa atrás das carretas e tá pingando água. O brejo já secou, as criação usava pra beber, ela vinha um pouco pra lá, um pouco pra cá, agora já não desce mais. Eles não deixa a gente entrar lá. Aí a gente passa e fica olhando e pensando: cadê a água? (relato de moradora da comunidade São Pedro).

²² Aqui, tomamos como parâmetro, o Decreto 24.643 em 10 de julho de 1934, que aprovou o Código de Águas Brasileiro.

Percebe-se uma preocupação insurgente com uma questão distributiva relacionada a esse bem natural, entendendo-se essa “questão distributiva” a partir do acesso que comunidade e empresa fazem da água. Dado que, a empresa utiliza a água para seu funcionamento e para mitigar os impactos da sua atividade no território, enquanto as famílias, substancialmente, para a reprodução da vida, isso repercute diretamente na manutenção da vida na comunidade e como essa manutenção passa a ser afetada pela apropriação privada da água. Os conflitos, que se apresentam, conformam parte da dinâmica de diferentes atribuições de significado e, sobretudo, das apropriações que se faz do ambiente. Contudo, Alier (2007; p.114) chama atenção para a concretude do “êxito na transferência dos custos”, em que, esses custos de que fala o autor associam-se aos efeitos para os diferentes sujeitos afetados pelas atividades nos territórios. Ainda, demonstra as diferentes formas de apropriação do território, que são operadas a partir da compreensão dos sujeitos sobre o território, como aponta Acserald (2004, p. 15):

Aquilo que as sociedades fazem com seu meio material não se resume a satisfazer as carências e superar restrições materiais, mas consiste também em projetar no mundo diferentes significados, construir paisagens, democratizar ou segregar espaços, padronizar ou diversificar territórios sociais, etc.

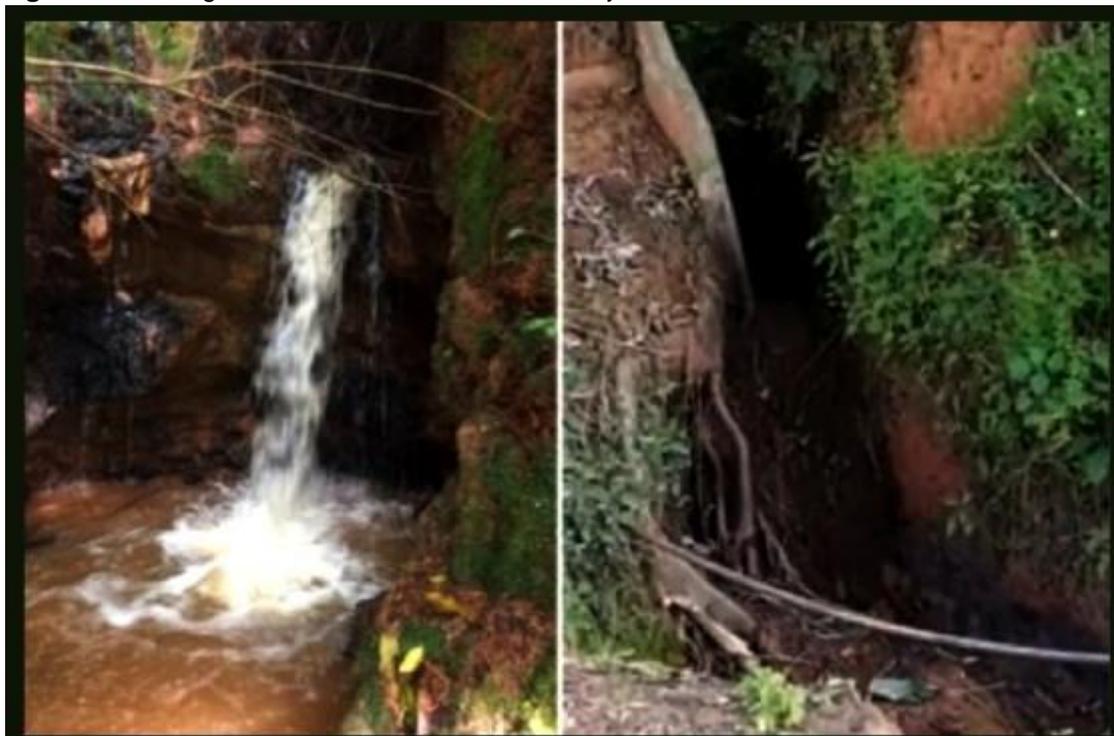
O que se coloca, a partir da problemática levantada, é a sobreposição de práticas de organização do território, mas mais ainda, da concepção do próprio espaço e do ambiente instrumentalizadas pela mineradora e que aparecem mesmo antes da instalação da empresa na comunidade. Assim, é posto em movimento, distintas e assimétricas formas de apropriação do espaço, que configuram, por sua vez, diferentes projetos de sociedade, sendo possível afirmar, que a forma de apropriação realizada pela mineração, privatiza os lucros e socializa os danos da atividade, gerando profundas rupturas no tecido social nos territórios. A “*água comunitária*”, torna-se objeto de disputa entre as famílias que apoiam e as que não apoiam o empreendimento, sendo que as primeiras, ao estarem convencidas dos benefícios do empreendimento, ignoram “*que a água aqui é uma só*”, instituindo na dinâmica dos conflitos novas divergências entre as famílias, como observa-se a partir do relato de uma moradora de São Pedro:

Aqui só fala, quem tá sentindo na pele. Igual quando a mineradora chegou falando que ia ter emprego, que ia fazer isso, fazer aquilo, muitos iludiram né. E hoje tá vendo a realidade, que não é nada disso. Então enquanto não tá afetando eles ainda né, porque quando começar a faltar água, na hora que começar a faltar aí que vai ver o verdadeiro sentido da gente brigar, questionar. Do jeito que tá indo, eu acredito que daqui uns dez anos já secou

O relato trazido, fala, por sua vez, de outros cursos d’água, em que é percebido pelos moradores, o risco de seca. Contudo, no episódio em que esse relato foi colhido, em Abril de 2022, ainda não havia despontado o assoreamento completo do córrego Querubim,

que vem engendrando uma série de novas afetações dentro do conflito pelo uso da água na comunidade São Pedro. No dia quatro de junho de 2022, a mineradora, ao movimentar uma das estruturas no desvio construído por ela, bloqueou a passagem de água para o córrego original, comprometendo o abastecimento da água utilizada pelas quatro famílias mencionadas anteriormente. O que se apresentou a partir desse episódio, foi o estabelecimento de uma dinâmica de escassez, em que as criações, a horta e toda a estrutura das propriedades que dependem da água, foram comprometidas. As imagens que seguem, ilustram a transformação do córrego:

Figura 16: Córrego Querubim novembro de 2021 - junho de 2022.



Fonte: Arquivo pessoal (2021; 2022).

No episódio mencionado, uma das moradoras entra em contato com um militante do MAM, relatando a situação e solicitando que alguém fosse até o local. Me coloco à disposição para ir até a comunidade, para ouvir o que os moradores tinham a dizer. Ao chegar, um dos moradores me recebeu e relatou o ocorrido e uma série de outros episódios envolvendo a questão da água. Nessas visitas era muito frequente, eu não conseguir realizar anotações no caderno de campo, pois, percebia uma necessidade das pessoas de desabafo, me coloquei muitas vezes, numa postura de escuta e solidariedade, me deslocando sobremaneira, da postura de pesquisadora. Não raro, escutei: *“você deve ficar até mal né, com tanta coisa que você vê aqui”*. Apesar de já estar de certa forma habituada

às situações que via no campo, o episódio do córrego me afetou, de modo que fiquei por dias impossibilitada de escrever e sendo atravessada pela sensação de total impotência.

O que se apresenta depois do episódio relatado é uma sucessão de violações e tentativas de criminalização de uma das famílias. No mesmo mês em que ocorre o desabastecimento, uma das famílias entra com ação do Ministério Público de Minas Gerais, pedindo a restauração do curso d'água. É imputada à empresa uma liminar que a obriga a restaurar o curso d'água, sob pena de multa diária. Em resposta, no dia nove de agosto, a empresa pede a suspensão da liminar, alegando, que o braço do córrego, construído pelas famílias, trata-se de desvio clandestino, cuja utilização se fazia sem qualquer tipo de licença ambiental, mesmo que, como exposto, esse desvio construído e seus usos, remontam a um período de tempo de mais de cem anos, anterior a regulamentação brasileira sobre cursos hídricos. Ainda, que este desvio já seria precário e, portanto, tratava-se de um processo de erosão, culminado pela própria estrutura construída pelos moradores.

Outro argumento utilizado pela empresa era o de que, todas as suas atividades eram devidamente licenciadas e amparadas por órgãos técnicos, não restando, portanto, ressalvas de sua responsabilidade técnica e que qualquer ação de reparação nos moldes requeridos pelos moradores seria extremamente danosa para o funcionamento da empresa. Essas reparações seriam desnecessárias, uma vez que, as famílias possuíam outras fontes de água, como poços artesianos, não estando, neste sentido, desabastecidas. A empresa, neste documento apresentado, constroi toda uma argumentação, na tentativa de demonstrar sua responsabilidade técnica e criminalizar as famílias. No dia doze de agosto, três dias após o pedido de suspensão da liminar, o juiz responsável, concede o efeito suspensivo da liminar.

Na prática, isso se traduziu no acúmulo de dias de escassez, em que o córrego era diariamente abastecido com 500L de água, advindos de um caminhão pipa disponibilizado pela mineradora, que são insuficientes para a demanda de manutenção das propriedades. Nas palavras de um agricultor:

as criação ficou sem água, ficou sábado e ontem o dia inteiro sem água, berrando e nós não tem condição de por água. É triste de ver. Imagina o ser humano ficar sem água também. Evita de conhecer mineradora gente. É a pior coisa que tem. Mineração não era pra existir em lugar nenhum. É só acabar com o meio ambiente. Vai se degradando, degradando, quando não é poeira é barro. Até prejudicar um córrego de mais de cem anos.

Entretanto, no dia dezesseis de setembro, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) emite um parecer em que reconhece a problemática do desabastecimento das famílias, contudo, sinaliza a insuficiência de documentos históricos e técnicos, o que prejudicaria o apontamento das causas do evento. O processo até a presente data segue, sem novos encaminhamentos.

Sendo assim, o que é constituído na realidade concreta do caso estudado, é uma tática de cercamento das famílias, realizada pela empresa. Essa tática se traduz numa produção cotidiana de conflitos, que só podem ser negligenciados, na medida em que, a empresa tenha se infiltrado no território, criando redes próprias de proteção e *segurança corporativa*. A partir de uma lógica preventiva, operando na *gestão do risco*, a mineração vai corroendo as formas comunitárias de organização e produção do espaço -território- e conformando sua própria *geografia empresarial*, homogeneizando o território e obliterando formas outras de produção da vida. Ao fim e ao cabo, a mineração ao sobrepor sua própria forma de conceber e ordenar o território, produz controle não somente dos fluxos e dos bens, mas da vida em comunidade na sua totalidade.

Apesar das violações cotidianas, é possível falar de um histórico de resistências ao projeto da ZMM, construído em muitas frentes e articulações. Assim, o próximo capítulo será sobre a construção desses enfrentamentos, em que serão indicadas as frentes de luta e uma breve reflexão sobre o papel de cada sujeito e espaço na construção das resistências no contexto estudado.

CAPÍTULO 4. A construção dos espaços de esperança²³: as muitas resistências frente ao projeto da Zona da Mata mineração na comunidade São Pedro.

Essa pesquisa, é realizada toda ela, ao lado das pessoas atingidas e dos movimentos sociais. Assim sendo, é por meio do ambiente de resistências, que este trabalho é desenvolvido e a entrada em campo é possibilitada. Coloca-se assim, desde o princípio, como uma tarefa, analisar os conflitos entre empresa e comunidade e, sobretudo, demonstrar o cotidiano de violações e violências operadas pela mineração no território. Ainda que, no decorrer do tempo, o contexto estudado tenha sido palco de muitas derrotas impostas pelo conjunto de práticas da empresa, algumas delas já demonstradas até aqui, falar sobre as resistências, implica refletir e porque não, reconhecer o papel dos diferentes sujeitos, construtores dessas resistências.

Abordar as resistências construídas na comunidade São Pedro, implica, entretanto, retomar um outro capítulo da história recente, que será fundamental para as articulações em torno do enfrentamento nesse contexto. Trata-se das mobilizações contra a construção do mineroduto da empresa Ferrous (2009-2016). O mineroduto ligaria Congonhas, Minas Gerais (MG), ao porto da Ferrous em Presidente Kennedy no Espírito Santo, passando por 22 municípios, sendo dezessete em MG, dois no Rio de Janeiro e três no Espírito Santo. Oliveira e Souza (2015) destacam que o mineroduto atingiria diretamente os cursos d'água da microrregião de Viçosa, o que motivou a realização da "Campanha pelas águas", organizada por diversas entidades tais como, o PACAB, o NACAB, a AGB-Viçosa e com um forte protagonismo de populações atingidas e do MAM. A campanha mobilizou estudantes, professores, agricultores e moradores das comunidades e obteve uma grande vitória popular, pois a empresa "desistiu" de continuar suas operações, como consta em matéria publicada no jornal Folha da Mata:

A mineradora multinacional Ferrous Resources do Brasil S/A informou, oficialmente, na Ação Civil Pública interposta pelo Instituto Universo Cidadão (IUC) na Justiça Federal de Viçosa, que desistiu do mineroduto que cortaria a bacia do São Bartolomeu(...). O processo de licenciamento ambiental foi interrompido devido à insuficiência de informações no projeto do mineroduto e pela ausência de documentos que deveriam ser apresentados para a instalação do empreendimento. De acordo com o IUC, os estudos ambientais do mineroduto da Ferrous omitiram dezenas de nascentes na bacia do São Bartolomeu, o que motivou a interposição de uma Ação Civil Pública para pedir a nulidade da licença ambiental(...). Para o advogado do IUC e subscritor da Ação Civil Pública(...): "o encerramento do processo de licenciamento ambiental do mineroduto da Ferrous é uma

²³ Recupero a expressão de Harvey (2000), para apresentar a construção das resistências engendradas frente à mineração no contexto estudado. A expressão aqui cumpre a função de enunciar a proposição de outro projeto de sociedade, que se distancia de muitas formas à posição homogeneizadora operacionalizada pela mineração nos territórios.

vitória de todos que lutaram contra o empreendimento" (Folha da Mata, 2016).

Neste sentido, evidencia-se o papel fundamental das organizações na produção de contra argumentações sobre os estudos apresentados pela empresa e da sociedade civil em promover mobilizações populares em torno da pauta do mineroduto. Esses fatores, em convergência, criaram um caldo político, que impossibilitou à empresa seguir suas operações. Como evidenciado no relato que segue, feito por um militante do MAM, toda essa articulação foi fundamental para a formação de uma mobilização ainda maior em torno da pauta da mineração na microrregião de Viçosa, que apesar de já conviver com conflitos minerais há algumas décadas, sobretudo, na Serra do Brigadeiro, encontra na Campanha pelas Águas, também um espaço formativo e de criação de uma agenda de pesquisa e de luta em torno de novos processos, que surgiriam nos anos seguintes, como é o caso da ZMM.

O enfrentamento ao mineroduto funda a resistência aqui né (...). Tem a experiência da Serra do Brigadeiro, mas Viçosa não tem muito contato com essa realidade, às vezes à margem em alguns trabalhos acadêmicos (...). Com o projeto do mineroduto se iniciando de 2009 para 2010, começa a se formar uma grande resistência, uma organizada e estratégica resistência a esse projeto (...). Então essa experiência que a campanha pelas águas gerou, a experiência política e organizativa, a experiência inclusive da vitória, das estratégias vitoriosas. Então todo esse acúmulo político, ele vai servir de base para nascer outras experiências. A própria luta do mineroduto, se une a luta da Serra do Brigadeiro (...). A partir disso se formam várias lideranças e essas lideranças assumem a luta contra a mineração como uma causa de vida (...). A Campanha pelas Águas, cria uma identidade muito forte com o MAM e nesse processo se forma um núcleo do MAM aqui na região (...). São várias pessoas, que acabaram entrando pro MAM ou outros movimentos sociais e que vem desse processo de enfrentamento ao mineroduto.

É assim, a partir da luta vitoriosa obtida no enfrentamento ao mineroduto da Ferrous, que o MAM se estabelece como força impulsionadora das resistências à mineração na microrregião de Viçosa. Neste contexto, o MAM entre outras tarefas, cumpre a de articular os sujeitos e organizações e unificar as resistências frente ao que é apresentado posteriormente no projeto da ZMM - que tem planos de expansão para mais oito municípios nas microrregiões de Ubá e Viçosa -. Dentre essas organizações que se colocaram na resistência junto à comunidade São Pedro, cita-se a importância da AGB-Viçosa, do NACAB, do MAM e do PACAB. Sendo que, todas elas também estiveram à frente da Campanha pelas Águas. Assim, tomo como pressuposto para narrar essas resistências, também o papel fundamental realizado por essas organizações, em conjunto com os esforços das lideranças sociais e comunitárias. Neste sentido, convém apresentar, ainda que de forma sintética, as organizações que estão presentes nessa construção da resistência na comunidade São Pedro.

A AGB-Viçosa é um núcleo da Associação de Geógrafos do Brasil, localizada na cidade de Viçosa, com membros do corpo docente e estudantil e que se organiza nacional e localmente, sendo uma associação de caráter técnico e científico e cultural, com estatuto próprio que a autoriza a desenvolver estudos e manifestar-se sobre a realidade social, no sentido de produzir conhecimento sobre problemas de natureza social, econômica e política.

O NACAB, Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens é uma organização não governamental, sediada no município de Viçosa, que atua principalmente com comunidades atingidas pela mineração em diversas regiões do estado de Minas. Entretanto, em seu histórico, inicia sua atuação na década de noventa, inicialmente como um núcleo interdisciplinar de pesquisa, extensão e assessoria a comunidades atingidas por empreendimentos hidrelétricos na Zona da Mata mineira e em 2002 se organiza de fato como Associação (NACAB, 2022). Durante esses anos, a ong acumulou uma série de experiências de atuação ao lado de comunidades atingidas por diversos empreendimentos, como é o caso da comunidade São Pedro, frente ao projeto de extração mineral da ZMM. Apesar de a comunidade não ser assistida por assessorias técnicas independentes, a ong atuou através de projetos, disponibilizando assessoria jurídica do corpo de seus advogados parceiros e fomentando uma série de ações.

O PACAB - Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens, compunha o primeiro núcleo do NACAB, mas, posteriormente à criação da ong, como forma de fortalecer a criação do núcleo de assessoria, muda seu nome e passa a funcionar como um projeto de pesquisa e extensão. O projeto vem produzindo ao longo dos anos, relatórios técnicos e contra laudos de estudos no âmbito dos licenciamentos ambientais, além de fomentar pesquisas de estudantes de graduação e pós-graduação sobre os efeitos dos empreendimentos minerários para comunidades (Rothman e Oliveira, 2020). Neste sentido, acentua-se o papel da disputa no campo universitário em produzir conhecimento engajado, como uma ferramenta de composição fundamental das diferentes frentes de luta.

O MAM - Movimento pela soberania popular na mineração surge em 2012 no contexto das lutas amazônicas de enfrentamento à mineração. A princípio, a partir de uma análise de lideranças sociais de que havia a necessidade de criar um movimento popular para se debater e disputar a pauta da mineração no Brasil. Essa necessidade que se coloca, constitui-se a partir do exponencial crescimento da extração mineral no país, no início dos anos 2000, onde as lutas aconteciam, porém, se encontravam localizadas junto com outras pautas no território nacional. Assim, o MAM se pretendia como um espaço unificador dessas lutas em torno da temática mineral. Neste sentido, o MAM seria uma ferramenta para: “1) potencializar as condições de enfrentamento ao capital mineral; 2) articular lutas locais; 3) projetar na pauta política nacional a necessidade de se alterar, de

maneira estrutural, o modelo de mineração.” (Coelho et al, 2020). Assim, o papel do MAM e em âmbito local no contexto estudado pode ser ilustrado a partir do seguinte relato:

O MAM tem um papel (...) que é ajudar a fomentar nas pessoas a ideia da necessidade de debater o modelo de mineração no Brasil. Isso é fundamental sabe?! (...) Isso vai ficando nítido para as famílias, a cartilha que o movimento aponta do modus operandi das mineradoras, se concretiza no território(...) então essa necessidade de se debater a mineração, a gente falou muito isso em Teixeira né, mesmo as pessoas que querem a mineração, precisa ser discutido, não dá pra aceitar os projetos cegamente (...). Chegamos a discutir de criar o conselho municipal de política mineral, onde a sociedade iria discutir o encaminhamento da CFEM, a aplicação desse recurso. Então são exemplos mesmo de como o MAM atua nesse processo político de debater soberania popular na mineração. Além disso, tem a parte organizativa, o MAM é uma ferramenta de luta mesmo, de enfrentamento à mineração (...) o movimento constroi a articulação entre organizações parceiras. Aí vem o NACAB, o PACAB, as igrejas, associações comunitárias (...) o MAM é como se fosse o fermento da massa, o catalisador das resistências.

Neste sentido, o caminho percorrido será o de narrar episódios e espaços dessa resistência, refletindo sobre o papel desempenhado pelas organizações e os diferentes espaços de mobilização, assim como, as ferramentas mobilizadas por eles, lançando luz sobre o cotidiano das disputas realizadas.

4.1 O início das resistências e a perseguição às lideranças sociais e comunitárias.

O início da formação das resistências na comunidade São Pedro dá-se como uma resposta das famílias à intervenção realizada pela empresa nas estradas da comunidade antes da fase de operação. O episódio analisado no capítulo anterior, quer seja, o da primeira intervenção nas estradas realizada pela empresa, se desdobra numa preocupação mais latente das famílias em torno da mineração, já que até o momento, as famílias só escutavam boatos de que havia uma mineradora interessada em explorar as terras da comunidade. A estratégia utilizada pelas famílias, foi a de criar um abaixo assinado para pedir esclarecimentos sobre o projeto, uma vez que, apesar de as obras na estrada terem tido início em junho de 2018, o empreendimento ainda não possuía licença, além de a ZMM não ter realizado nenhuma conversa com as famílias. A partir da primeira movimentação das famílias, a empresa inicia um processo de desqualificação das dissidências, distorcendo as reivindicações coletivas apresentadas até aquele momento, como observa-se no relato que segue, feito por um morador da comunidade:

a mineradora começou abrir as estradas, começou a mexer com as propriedades (...). A gente sabia que a licença ambiental da mineradora não tinha sido dada ainda, então no nosso entender não poderia estar acontecendo obras na comunidade sem uma licença ambiental na comunidade. Então a gente fez um abaixo assinado na comunidade, aquilo movimentou muito, sabe?! Muitas pessoas assinaram, mas depois a

mineradora ficou muito brava de ter feito esse abaixo assinado, que a gente entregou no Ministério Público e ela começou a ir na comunidade e falar que a gente tava indo contra a mineração e começou a fazer a divisão toda. Não era um abaixo assinado contra a mineração, era um abaixo assinado pedindo esclarecimento com relação a atuação da mineração na comunidade, sabe?!

O abaixo assinado, neste contexto cumpriu uma função importante de paralisar as obras e chamar atenção das famílias para o fato de que havia uma movimentação da empresa para entrar de fato na comunidade e, além disso, de que arranjos políticos entre empresa e poder público municipal estavam sendo operados. Entretanto, a ZMM como forma de se proteger, utiliza a ferramenta do abaixo assinado para promover o desentendimento entre as famílias.

A gente sabia que tava havendo um diálogo da mineradora com a prefeitura para viabilizar a obra, tanto que assim que a gente entregou o abaixo assinado no ministério público, na mesma semana as obras nas estradas pararam, sabe?! porque era a prefeitura que tava fazendo, mas ela não tava fazendo em benefício da comunidade, ela tava fazendo de uma maneira que atendia a mineradora e ela sabia que tava errado, porque pro novo traçado(...) a largura que eles queriam as estradas, era além do que era aprovado pela câmara. Existe uma lei municipal, então pra atender a mineradora, teria que ter um novo projeto na câmara, que aprovasse a abertura das estradas e a gente questionou isso e questionou a presença de caminhões e pediu ao MP esclarecimentos, que a mineradora desse esclarecimentos, mas essa questão desandou muito, porque a mineradora voltou na comunidade com o abaixo assinado cobrando as pessoas que assinaram (...) e aí que começou a criar as tensões.

Essa estratégia de individualização operada pela ZMM para a divisão das famílias, contudo, se deu a partir dos mapeamentos que foram sendo realizados pela empresa acerca do posicionamento das famílias, sobretudo, a partir da movimentação para construção do abaixo assinado. Apesar da falta de diálogo e esclarecimentos sobre o projeto, a ZMM ao identificar os potenciais sujeitos conflitivos, também age numa tentativa - ainda que mais no início das operações - de cooptação desses sujeitos, a partir do entendimento de que eles poderiam se tornar agentes da dissidência contra o empreendimento. Essa estratégia pode ser observada a partir de relatos, como: “A mineradora me procurou, a gente conversou muito sabe?! Eles tiveram uma dedicação muito grande em conversar comigo, porque eles sabiam que eu seria uma pessoa que conseguiria mediar muita coisa na comunidade”.

As lideranças, que foram despontando na comunidade, para além do abaixo assinado, se dedicaram a construir novas articulações, uma vez que, sabia-se que o abaixo assinado sozinho, não daria conta de todas as demandas do enfrentamento ao projeto, sobretudo, pela rapidez com que a empresa se instalou no território. Naquele contexto, o MAM é contactado e passa a atuar através de espaços de formação e diálogo sobre os efeitos da mineração para as comunidades. A entrada de mais um sujeito no enfrentamento,

entretanto, faz emergir uma postura da empresa, que mais tarde irá se aprofundar: a de perseguição e difamação das lideranças e tentativa de obliteração da crítica, como observa-se a partir do relato:

A questão se inverteu depois que eu comecei a fazer reuniões pra mostrar o tamanho do estrago que poderia acontecer, que hoje realmente tá acontecendo né. (...) Depois da própria presença do MAM, que começou a nos apoiar (...), aí foi tenso, aí ela já partiu pra cima da gente com perseguição mesmo sabe, inclusive em documento público, ela fala das lideranças agindo por interesse, interesses próprios, financeiros ou políticos, que a gente queria tirar esse proveito ou ganhar dinheiro ou querendo aparecer, vamos dizer assim (...) uma cartilha que ela distribuiu pela cidade falando isso. Nas reuniões da câmara que eu participava com o MAM, a mineradora ia, falava que estávamos mentindo, usava seu poder contra nós(...) e aí isso foi rachando a comunidade, porque as pessoas não viam motivo para acreditar mais nas lideranças. (...) A mineradora fez isso de jogar as pessoas da comunidade contra as próprias pessoas da comunidade, isso é estratégico né e isso permanece até hoje, talvez de forma até mais intensa, de muitas pessoas não conversarem mais uma com a outra, acabou a relação social na comunidade, de parentesco, de vizinhança. ela destruiu totalmente. A mineradora sabe disso, mas o caminho certo foi feito.

O documento mencionado no relato, trata-se do Boletim Informativo (2019), elaborado pela empresa e distribuído na comunidade e no município de Teixeira, como resposta às movimentações dos sujeitos no enfrentamento à mineração em São Pedro. O documento opera na negação do dissenso e constroi uma argumentação com enunciados bastante técnicos, a partir de *noções distanciadas do domínio cotidiano das populações* (Zhourri e oliveira, 2010). A forma como é organizado o documento, ilustra diversas das concepções já analisadas em outras seções, tais como o Discurso do Desenvolvimento Minerador (Coelho, 2012) e as narrativas de progresso. A partir dessas narrativas e discursos mobilizados, os sujeitos dissidentes são posicionados como contrários ao desenvolvimento da comunidade e do município. As formas de perseguição da resistência, contudo, estiveram presentes em muitas frentes desde o início, como tratei de demonstrar aqui. Entretanto, à medida que a resistência e os sujeitos das resistências se multiplicam, a perseguição também escala, como observa-se a partir do relato de um militante do MAM, que segue:

Inclusive ameaças contra mim. Numa audiência pública que convocamos em Piranga, sobre o impacto das carretas, o diretor da empresa falou que lidaria comigo como se deve. Depois, na audiência pública em Viçosa, fizeram uma notificação extra judicial, dizendo que eu caluniei, que eu ataquei cruelmente o diretor da empresa, que eu deveria retirar tudo que disse, senão eu responderia judicialmente pelo que foi dito. Então toda essa forma de difamação e calúnia, é a forma como a empresa trata as lideranças.

A postura da mineradora com as lideranças remonta a uma estratégia frequente quando se trata da relação entre empresas e comunidades. Essa estratégia, que passa pelo constrangimento dessas lideranças, por vezes extrapola as coações cotidianas e as

resistências são judicializadas. Os efeitos dessas tentativas de criminalização, é o de controlar a crítica e esfacelar as tentativas de resistência. É o que Pinto (2014) chama de *assédio processual*, como uma prática que compõe um conjunto de estratégias contra a participação pública. Segundo Pinto (2014, p.58):

Conforme Beder (1995), esses processos raramente são vitoriosos, pois se baseiam em argumentações demasiadamente frágeis. Ainda na década de 1990, menos de 10% dos casos resultavam em vitórias para as empresas. No entanto, ao processar ambientalistas, militantes de direitos humanos, pesquisadores, as empresas não estão interessadas no espólio daqueles a quem ela denuncia “antes, suas armas são ameaçar, intimidar e afastar seus oponentes” (apud BEDER, 1995, n.p. Tradução nossa).

O custo social do *assédio processual* se dá na censura ao debate em torno dos projetos, dificultando a socialização de informações e a vigilância social em torno dos empreendimentos. Ainda, há que se falar na auto censura, pois essas estratégias, criam um ambiente de medo generalizado nas pessoas, de se organizarem politicamente e de contestarem situações de violência, como pode ser observado na comunidade São Pedro.

A perseguição às lideranças sociais e comunitárias, aparece como mais uma face do complexo sistema de vigilância construído pela ZMM no território. Ele tem como resultado no cotidiano dos conflitos, a produção continuada de situações de insegurança para essas lideranças. Ao identificar os sujeitos que representam riscos ao empreendimento a empresa age numa cartilha de desgaste para com as principais lideranças do enfrentamento, que apesar disso, vão construindo suas próprias estratégias de sobrevivência e ao mesmo tempo ampliando o debate em torno das problemáticas que vão se apresentando.

4.2 A universidade como espaço de disputa e produção de resistências.

Importante dizer, que apesar das muitas formas de perseguição operadas pela empresa, a construção das resistências foi sendo realizada também em outras frentes, em que outros sujeitos e organizações estão inseridos. Dentre essas outras frentes, destaca-se a disputa jurídica, possibilitada a partir das diversas articulações e tarefas assumidas pelas organizações para produção de contra laudos aos estudos da empresa. Quando a resistência alcança esses outros âmbitos, por assim dizer, o que se apresenta é possibilidade de consolidar mais uma ferramenta de interposição dos discursos e práticas da empresa mineradora. Neste sentido, destaca-se o papel da ciência engajada, mais especificamente dos grupos constituídos nesse campo, que se colocam na disputa de ideias e na produção de um conhecimento comprometido com as necessidades que surgem nos processos de enfrentamento.

Esse é assim, igualmente uma resposta às demandas locais, enfatizando o caráter de uma responsabilidade do pesquisador em acolher as necessidades das comunidades. É neste sentido, que o que se produz, não é um trabalho distanciado, aos moldes positivistas, é antes, um trabalho localizado, onde o conhecimento é resultado das relações construídas no desenrolar da pesquisa, por isso mesmo, narrar as inserções no campo e os detalhes das construções dos caminhos da resistência se faz tão importante.

No contexto estudado, a partir da articulação realizada por um dos moradores da comunidade, vão se organizando no núcleo de enfrentamento, os grupos, que anteriormente estiveram presentes na construção da Campanha pelas Águas, no enfrentamento ao projeto do mineroduto da empresa Ferrous. Neste cenário, a partir do diálogo entre os sujeitos do núcleo de enfrentamento, compreendeu-se a importância de realizar estudos que contrastassem as insuficiências e dados equivocados contidos no EIA/RIMA da empresa:

No segundo semestre de 2018 um orientando de mestrado meu me procurou dizendo dos boatos que ia ter uma mineradora lá na comunidade. Eu o orientei a procurar o MAM e em 2019 o MAM começou a organizar reuniões com grupos de parceiros na UFV. Aí o PACAB foi convidado, o pessoal da agroecologia, da AGB, enfim, vários parceiros começaram a fazer reuniões para definir estratégias. Uma delas foi realizar uma Assembleia popular e a outra foi se debruçar em cima do EIA, ver se existia uma lacuna nos estudos. (...) O EIA/RIMA é dividido em três partes: meio físico, biótico e socioeconômico e o PACAB ficou responsável pelo meio socioeconômico (...) Nós nos baseamos no termo de referência da FEAM, um termo meio padrão que serve para quase todos os empreendimentos. Olhei o que o termo colocava e olhei os estudos, se faltava alguma coisa. A outra questão foi metodológica, olhar do ponto de vista técnico-científico quais os instrumentos metodológicos eles usaram para realizar os estudos e onde fui achando brechas, fui contra argumentando(...).

Assim, destaca-se o papel dessa articulação formada entre as famílias e organizações, como a AGB, o NACAB e o PACAB na produção desses outros estudos. O objetivo era construir uma documentação coerente, que desse suporte a peça da Ação Civil Pública, que viria a ser mobilizada posteriormente. Assim, concomitantemente, o que se projetava era a continuidade dos espaços formativos e de mobilização, protagonizados pelas lideranças comunitários e pelo MAM e a ampliação de uma frente de luta jurídica, em que o NACAB cumpriria o papel de assessoria jurídica à comunidade, dada a sua disponibilidade funcional e a experiência acumulada em outros contextos de atuação. A síntese dessa articulação é relatada por um militante do MAM:

Assim chegamos no relatório do PACAB e da AGB (...) e o pessoal da AGB foi a campo e georreferenciou as nascentes e eles contrastam isso com o EIA/RIMA da empresa e identificaram que a empresa omitiu dezessete

nascentes(...). Em posse desses documentos, os advogados chegaram à conclusão de que havia necessidade de mais um documento e é aí que eles contratam uma outra empresa de consultoria, para falar sobre o impacto nas APP'S (...). Então foram esses três relatórios mais a peça da Ação Civil Pública(...). Na ACP solicitamos duas coisas: a paralisação das atividades, porque nesse período a ZMM já estava com a construção da sua planta de beneficiamento avançadíssima e a suspensão da licença ambiental. A gente argumenta que ela descumpriu a legislação ambiental de Teixeira, que obriga a realização de audiência pública nos empreendimentos que exigem licenciamento ambiental. E nesses casos, o poder público convoca junto com o empreendedor, então foi um descumprimento tanto da prefeitura, quanto da empresa. Além disso, alegamos que há conflito por uso de água(...). É possível que o empreendimento fosse enquadrado em licenciamento trifásico por isso.

Com relação ao relatório produzido pelo PACAB (2019), dentre outras coisas, levantou-se, que o EIA/RIMA (2018) da empresa: oculta a rota de escoamento da produção; não informa local de disposição dos rejeitos das atividades; não prevê frequência e o local de monitoramento da qualidade do ar, água e ruídos produzidos pelas atividades; negligencia os possíveis conflitos por uso da água; não mensura a totalidade das famílias atingidas.

Além desse relatório, a AGB (2019) centraliza seus esforços em evidenciar o ocultamento de nascentes da comunidade, como uma das faces do conflito pelo uso de água entre empresa e comunidade. O contra relatório, como é chamado pelos sujeitos da associação, é produzido a partir de observações conduzidas pelos próprios moradores, a partir do qual é sistematizado o mapa “Mapa 4”, contido na seção 3.3. Vale mencionar, que a produção desse contra relatório se dá em algumas etapas, em que: “*O primeiro passo foi realizar uma oficina de treinamento para o uso do GPS em campo. A oficina foi oferecida pelo Laboratório de Estudos Territoriais - LasTerras e o espaço de treinamento foi dentro da própria universidade*”. Esse espaço de formação como pré-requisito para inserção de estudantes que compunham a AGB, naquele momento, demonstram a importância da existência desses núcleos de estudos, como espaço de qualificação técnica das resistências.

A AGB na figura de professores e estudantes, participou ainda de inúmeras reuniões com a comunidade São Pedro, onde foram levantados demandas e relatos, que se somariam ao contra relatório mais tarde, como consta no relato de uma professora-membra da AGB: “*Numa das reuniões com a comunidade fizemos um mapeamento coletivo da memória das pessoas do lugar. Isso foi considerado muito importante pela comunidade, porque a empresa disse no EIA que as famílias não tinham vínculo com suas propriedades*”. Esses relatos do incômodo das famílias com o apagamento da sua relação com o lugar são bastante frequentes no campo, fato que confirma a importância de demonstrar a existência desses vínculos na pesquisa, sendo que, as relações que os vínculos com o lugar criam,

constituem o próprio processo de organização do território e formação das territorialidades na comunidade.

Ainda assim, algo que me chama atenção é a constante crítica que os professores-pesquisadores estão sujeitos quando se colocam a produzir conhecimento engajado. Expressões como “pesquisa panfletária” são um dos jargões utilizados, por vezes sem cuidado, para caracterizar as pesquisas que se fazem ao lado de comunidades atingidas e, sobretudo, de movimentos sociais. Entretanto, uma frase de um relato colhido de uma membra da AGB, engrossa o caldo da reflexão sobre os limites dessas caracterizações. “*No campo a sensação é a de que era preciso não errar. Havia um peso de responsabilidade*”. O que se coloca é a importância da precisão das informações sistematizadas e a autorresponsabilidade desses pesquisadores e pesquisadoras, que concorrem para a produção de um conhecimento que contribua diretamente com a luta na comunidade.

Documentos como o contra relatório produzido pela AGB, irão embasar a peça da Ação Civil Pública, impetrada pelo NACAB, que neste contexto: “*sintetiza os crimes que a mineradora está cometendo, ela denuncia a negligência do Estado(..) ela acaba sendo um componente da luta como um todo. A gente tá fazendo a luta social, a luta digital, política, comunicacional e judicial, então ela é um elemento dessa luta como um todo*” (relato de militante do MAM).

O episódio da Ação Civil Pública é marcado, além da importante articulação de diferentes frentes de luta, da organização de comunidade, grupos de pesquisa e MAM, pela manifestação dos arranjos construídos entre empresa e outros setores. O que se desdobra é a manifestação de uma ordem de suspensão da licença, colocada pela comarca de Viçosa, a qual pertence o município de Teixeiras. Entretanto, apesar de um posicionamento favorável da comarca de Viçosa acerca do que se reivindicava na ACP, a empresa não foi notificada em tempo hábil. A ZMM nesse tempo organizou um documento argumentando que não tinha condições de paralisar suas atividades, alegando ser uma empresa pequena e os ônus que isso poderia causar a seu funcionamento, assim como, aos trabalhadores contratados por ela. Uma nova juíza que assume o caso, suspende o efeito suspensivo da licença. Apesar disso, a ACP, segue tramitando e sintetiza algumas das frentes de resistência organizadas nesse contexto. Ainda, como a licença é de dez anos, o conjunto das organizações faz uma leitura de que ela ainda é um efetivo instrumento de luta, pois poderá, em algum momento, incidir no cotidiano de violações operadas pela mineradora na comunidade São Pedro.

Ainda, é importante mencionar, que na ausência da realização de audiência pública no município Teixeiras, como prevê a Lei Municipal nº 1733 de 06 de dezembro de 2017, moradores da comunidade, junto dos movimentos sociais e organizações envolvidas no

enfrentamento, algumas delas já mencionadas aqui, organizaram uma Assembleia popular no início de 2020. A assembleia, que já havia sido colocada como ponto de pauta do enfrentamento logo nas primeiras movimentações do núcleo de resistências, tinha como objetivo publicizar o debate em torno dos efeitos da mineração na comunidade e socializar a realidade de outros contextos. A organização do espaço demonstrava não só as reivindicações em torno do projeto, mas também comunicava através das bandeiras, os projetos de sociedade que estavam sendo disputados, por vezes representados por figuras emblemáticas, como Dom Luciano, uma referência entre o campo popular, na defesa da “nossa casa comum”, como aparece na imagem, que segue:

Figura 17: Assembleia Popular sobre a mineração em Teixeira.



Fonte: Site da Arquidiocese de Mariana (2020).

No decorrer da audiência muitos trabalhadores da ZMM chegaram, num ônibus fretado pela empresa e começaram a tumultuar as falas, interrompendo as pessoas que faziam perguntas. Neste sentido, a realização da audiência ficou comprometida, sobretudo, já que, a agitação criada no ambiente, fez muitas pessoas se calarem e outras irem embora do espaço. Essa atitude da empresa de ocupar o espaço da Assembleia, no entanto, trata-se de uma estratégia já observada em outros contextos, que cumpre a função de impossibilitar a realização do debate em torno dos projetos e assediar as lideranças. Apesar disso, a avaliação do núcleo de enfrentamento é que a Assembleia teve um papel muito importante, como consta no relato:

Nesse contexto específico de conflito com a ZMM a Assembleia popular cumpre um papel de debate entre os atingidos de diálogo coletivo, que não foi promovido nem por parte do poder público, nem por parte da mineradora, nem sequer houve audiência pública em Teixeira sobre a mineração (...) então a Assembleia Popular ela acabou preenchendo uma lacuna, que claro, não substitui a audiência pública, mas apresentou pra sociedade quem é a ZMM, qual projeto de exploração mineral, que mineral é esse, por quantos anos vai ser, qual o impacto nas águas, qual o impacto no meio social. Então tudo isso que era pra ter sido feito pela mineradora numa audiência pública, a gente fez na Assembleia.

A Assembleia se insere nessa dinâmica de articulação entre diferentes sujeitos do enfrentamento, que acentua a importância da produção do conhecimento engajado, que se coloca em diálogo com a luta popular.

Aqui ressalta-se a importância dessa disputa no campo científico, que é operado dentro da própria universidade pelos diferentes projetos que se contrapõem. A conhecimento destacado aqui, cumpre essa função de reformular os enunciados hegemônicos sobre os territórios e produzir uma ciência, que esteja em diálogo com as necessidades das comunidades, como evidencia-se a partir do relato de um membro do PACAB:

Sobre o papel do PACAB, é um papel técnico científico, nosso conhecimento fica à disposição das comunidades, pra poder justamente contrapor essas distorções, que a gente vê por aí. Pra você ter ideia, o juiz quando entramos pra pedir a suspensão da licença, ele deu um parecer com base nos relatórios produzidos pela AGB, pelo PACAB e pelo NACAB. A academia então tem um poder muito grande, então não adianta a gente contestar um empreendimento na justiça, se a gente não tiver informações técnicas pra contrapor. Então o papel do PACAB é um pouco esse, é colocar essas informações pra subsidiar as comunidades e as organizações (...).

Essa experiência de articular diferentes sujeitos do campo acadêmico, contribui ainda, para a formulação de uma agenda de pesquisa e extensão, agregando outros sujeitos, como os estudantes nas resistências produzidas. Isso, contudo, não se faz sem a produção de disputas dentro da própria instituição, como relatado por um militante do MAM:

Tem um outro papel, que não é da universidade em si, mas dos estudantes, de participar do debate político do enfrentamento a esse modelo de mineração (...). Com isso a gente tem alguns sujeitos, que se dispõem ao lado dos atingidos e adotam essa luta como sua (...). Eu acho que a universidade tem esse papel técnico e de gerar consciência crítica, advertir sobre os efeitos da mineração, mas infelizmente a UFV como instituição, ela fortalece, ela faz parceria com esse setor da mineração (...). Aí inclusive parte do corpo docente se nega a debater a mineração de forma crítica, porque é a mineração que patrocina projetos, salários (...).

Assim, a partir deste campo de disputas, diferentes formas de resistência poderão se formar, como a disputa conceitual, que escancara as formas de compreensão da realidade social, a disputa metodológica, em que realizar os trabalhos ao lado de quem vive o cotidiano das violações, poderá ser uma forma de empreender a compreensão de outras formas de organização do território. Por fim, a partir da produção desse conhecimento engajado, colocar em disputa diferentes projetos de sociedade no campo científico, em que outras formas de reprodução da vida sejam consideradas.

4.3 A religiosidade e o protagonismo das mulheres na resistência

Como demonstrado no capítulo um desta Dissertação, a religiosidade é uma prática organizadora do território na comunidade São Pedro. Na medida em que este trabalho era produzido, em concomitância com as atividades organizativas do MAM, percebi que a questão da religiosidade, funcionava no território não apenas como um fator de organização do território, mas também como um espaço de construção das resistências. Essa percepção veio da observação de que o núcleo de resistência era formado, substancialmente, pelas pessoas que ainda mantinham a participação nas celebrações religiosas. Inicialmente isso se apresentou como uma hipótese, que se confirma, na medida em que, as entrevistas e as reuniões do núcleo de enfrentamento vão sendo realizadas.

Entretanto, dando um passo atrás, aparece em um dos relatos a particularidade²⁴ da organização da religiosidade nesse território, que encontra sua singularidade, no seguinte depoimento de um militante do MAM:

A comunidade de São Pedro tem uma caminhada religiosa um pouco diferente. Havia ali uma discussão se ela pertencia a paróquia de Teixeira ou Pedra do Anta, por ela estar na divisão dos municípios e na divisão da área das duas paróquias. Então ela meio que ficou de lado pelas duas paróquias. Então pra existir enquanto comunidade de fé, ela foi obrigada a construir uma dinâmica própria, quase como uma comunidade eclesial de base, que tem suas próprias celebrações, sua própria rotina de orações (...) eles tinham reza semanal, eles promoviam anualmente a festa de Nossa Senhora Aparecida, que era padroeira da comunidade até então, uma festa gigantesca, regional, que ficou extremamente conhecida (...).

Esse contexto de afirmação da comunidade São Pedro como comunidade de fé, neste sentido, passa, necessariamente, por uma organização muito própria, que mobiliza

²⁴ É necessário destacar, que esse não pertencimento de fato da comunidade São Pedro, terminou por possibilitar alguma autonomia da comunidade na sua forma de organização religiosa. As paróquias dos municípios, neste sentido, não têm um papel fundamental na constituição das relações que se constituem em torno da religiosidade praticada na comunidade. Entretanto, foi possível observar através dos relatos, que essas mesmas práticas religiosas têm uma forte relação com o catolicismo tradicional, o que se confirma na frequência das práticas de grupo de oração e na celebração de datas do calendário religioso oficial.

dezenas de famílias, em torno das celebrações, como demonstrado na seção 1.1 deste trabalho. Por possuir uma forte dinâmica comunitária, não por acaso, é uma das interações mais afetadas pelo empreendimento da ZMM, como evidenciado no relato de um militante do MAM:

O processo de enfrentamento tem como base a vida religiosa, mas essa vida religiosa se depara com a mineração diante de si (...). Então basicamente o núcleo de resistência é esse núcleo de fé da comunidade. (...) Só que assim, metade dessas pessoas dessa comunidade de fé, acaba ficando muito balançada com a ideia de que vai ter uma mineradora lá e que eles vão ficar ricos e eles começam a externalizar aos poucos essa postura, de que não é assim, de que também tem coisas boas, de que pode gerar muito recurso pra comunidade (...). Aí com o fato da mineradora vir chegando, começar a abordar as pessoas, fazer entrevistas, diagnósticos, começa a negociar com algumas famílias e aí já começa os atropelos, os desrespeitos (...). As lideranças elevam o tom e aí essas outras pessoas que estavam favoráveis também e a comunidade racham, as pessoas não falavam mais.

Além do que o relato demonstra como sendo um efeito da mineração neste território, foi possível observar que a dinâmica da vida religiosa, ainda que, prejudicada, era mantida pelas famílias que compunham o núcleo de enfrentamento, pois nas entrevistas surgiram comentários, como: *“as pessoas que participam hoje das festas são só aquelas mesmo, que tavam na reunião aquele dia”*. Sendo assim, passei a investigar no campo mais diretamente o papel da religiosidade na construção dessas resistências e a possibilidade de existência de um recorte de gênero nessa relação. A princípio tentando compreender o papel das mulheres na organização dessa vida religiosa. Além daqueles já expostos na seção 1.1, como os de preparar a alimentação, a ornamentação, aparece a importância das mulheres no planejamento das celebrações, como é possível observar no relato, feito por um morador da comunidade:

(...) quem se dedica ao trabalho assim religioso, não que os homens não participam, mas quem realmente toma frente, faz os planejamentos, essas coisas, são as mulheres. É um local muito apropriado pelas mulheres, e depois isso se torna também importante na questão da mineração, pois são as mesmas pessoas que já estavam engajadas dentro de um grupo. Um grupo leva a outro né (...). Então acaba que a participação das mulheres nesse processo faz muita diferença (...).

Ademais deste papel desempenhado pelas mulheres nos espaços religiosos, que vão se formando como espaços de resistência, tem-se como ponto fundamental, o fato de as mulheres em muitos contextos lidarem duplamente com os efeitos da mineração nos territórios, como analisado por Andrade (2020). Pois são as mulheres que perceberão com mais frequência o adoecimento da família, em decorrência dos efeitos da atividade mineradora, ainda, são elas que, por historicamente serem responsáveis pelo cuidado da casa, irão notar o impacto da poeira, a rachadura das casas e ainda, as interrupções no cotidiano familiar, como efeito da mineração. Forma-se assim, na comunidade São Pedro,

uma dinâmica em que essas afetações são entrecruzadas, posicionando as mulheres como os principais sujeitos do núcleo de enfrentamento e de manutenção da vida religiosa, que é fundamentalmente comprometida a partir da chegada da empresa.

A religiosidade assim, forma-se com um espaço de resistência na comunidade por ser um espaço anteriormente consolidado de práticas comunitárias, em que já existia um nível de coesão entre as famílias, funcionando inclusive como espaço de solidariedade, como evidencia-se no relato de um morador da comunidade:

Se não fosse essa questão religiosa dentro da comunidade, por exemplo de encontrar as pessoas, com finalidade religiosa né, mas tem um fundo social também, porque isso sempre ajudou muitas pessoas as vezes que precisava, questões de saúde, de alimentação, essas coisas. Então se não fosse essa mobilização religiosa toda essa questão da resistência ela não existiria ou existiria de outra forma, porque a gente conseguia fazer reuniões com muitas pessoas. A gente falava claramente quais eram os impactos que a mineração teria na comunidade. Muitas pessoas entendiam, outras não gostavam (...). Não existiria todo esse contexto de resistência, se não fosse o movimento que a comunidade construiu ao longo dos anos em torno da atividade religiosa.

Neste sentido, o que se coloca, é que os espaços de celebração religiosa, foram tornando-se espaços privilegiados de debate sobre a questão da mineração ao longo do tempo, onde era possível pautar a discussão com certa frequência, dado que acompanhava o calendário das rezas já bastante estabelecido e consolidado na comunidade. Entretanto, o que mais chama atenção, é que a partir do início dos conflitos entre as famílias, quando os laços comunitários começam a se romper, a religiosidade, ainda assim, se mostra como um fio condutor e um espaço de afirmação da solidariedade entre as famílias, que se manifestaram contrárias à mineração na comunidade. As famílias que mantêm as práticas, ainda que essas tenham sido quase totalmente destruídas pela mineração, encontram nesse espaço, um ambiente de renovação da fé, que se coloca como motor da resistência, como aparece na fala de um morador: “*Se não fosse a fé a gente já tinha desistido*”.

A resistência ao projeto da ZMM na comunidade de São Pedro, passa, neste sentido, pela denúncia das constantes violações, pela construção das articulações e pela luta por direitos, à água, às estradas, às manutenções das propriedades das famílias e poder reproduzir dignamente sua vida e manter suas práticas organizativas, como faziam anteriormente à chegada da mineração. Mas passa também, pela construção de fortes laços de solidariedade entre muitos sujeitos, que ao se colocarem nessa disputa, não só demonstram a violência da mineração contra as populações e o ambiente, mas produzem a partir de uma experiência de dor, um conjunto de práticas, que compõe um outro projeto de sociedade, em que as diferentes formas de reprodução da vida sejam tidas em conta, que a diferença seja um direito e a homogeneização dos territórios não seja soberana.

O que se coloca, neste sentido, é que a mineração como atividade neste tempo histórico e neste território, produz uma dinâmica de homogeneização do espaço. Isso se

reflete através da paisagem, que se torna a da mineração, sendo que, à medida que as atividades se expandem, maior é o raio de uma paisagem uniforme, de montanhas recortadas, escassas de reprodução de vidas. O que estamos afirmando, neste sentido, é que a mineradora opera através de suas práticas empresariais uma homogeneização do espaço, que se distancia das práticas espaciais das comunidades. Em suma, o que se coloca são as diferentes construções de território, em que uma ao se sobrepor a outra e a partir da agência dos sujeitos, serão engendrados uma sucessão de conflitos e formas de organização e enfrentamento desses conflitos. Neste sentido, as resistências ao projeto também devem ser entendidas como um movimento de colocar na disputa outras formas de construção do território e, no limite, de produção da vida.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando me propus a pesquisar o caso aqui tratado, a princípio, pensei que faria uma pesquisa primordialmente com densidade teórica e, ingenuamente, não cogitei que em certos momentos a bibliografia que eu tinha em mãos, não daria conta do que eu começava a observar no contexto da pesquisa. Primeiro porque, apesar de existir uma vastidão de reflexões publicadas sobre a relação entre pesquisadores e o contexto pesquisado, termina por ser muito particular a experiência de cada um que se envolve na prática da pesquisa, principalmente em se tratando de um ambiente de pesquisa em que lidamos com os efeitos diretos de atividades econômicas sobre vidas humanas. Neste sentido, como cada pesquisador se comporta em campo e a partir do campo, diz da trajetória e das opções políticas que fazemos.

Começo essa conclusão dizendo isso, porque é inevitável reconhecer os efeitos do campo nas escolhas teóricas e metodológicas que fiz neste trabalho, sendo que essas últimas, são também escolhas políticas. Conteí na introdução que quando assumi o compromisso de fazer uma pesquisa sobre o caso de São Pedro no ano de 2020, me organizei em um movimento social, porque pra mim não pareceu uma opção não contribuir com o enfrentamento tecido pela comunidade naquele contexto. Não parecia ainda uma opção, não estar ao lado das famílias, mesmo que fosse para escutar seus relatos, sem gravador e sem realizar qualquer registro, como aconteceram algumas vezes. Essa foi uma opção política, estar no enfrentamento junto àquelas famílias, na medida em que minhas condições permitissem.

O cotidiano da pesquisa, no entanto, me fez questionar muitas vezes se o que eu me propus estava mesmo sendo realizado. A relação dialética entre pesquisa e ativismo foi se dando de modo que em alguns momentos uma era mais priorizada que outra, nem

sempre essas estavam em equilíbrio. Um exemplo disso é quando fiz o roteiro de entrevistas só depois percebi que as perguntas se orientavam, sobretudo, para a relação das famílias com o empreendimento. O que sobressaía era minha vontade de demonstrar os efeitos da atividade mineradora para a vida das pessoas entrevistadas, porque era o que meu problema de pesquisa pedia e o que meu ativismo ainda imaturo me dizia que era o que devia ser feito. Imaturo, porque não percebi que ao extrapolar a relação das pessoas com o empreendimento e dar um passo atrás demonstrando práticas comunitárias de organização do território, poderia contribuir mais diretamente com a análise (e argumentação) das tensões criadas pelo empreendimento para a manutenção dessas práticas.

No entanto, apesar das conversas girarem muito em torno dos efeitos da mineração, de modo que, pudesse ir sendo tecido um entendimento sobre o novo cotidiano imposto, os próprios interlocutores iam chamando atenção para outros pontos. É quando aparecem a religiosidade e a agricultura praticadas na comunidade como aspectos que, necessariamente, deveriam ser abordados na pesquisa. Estes últimos, neste sentido, compõem parte fundamental da identidade dessas famílias, de suas condutas territoriais, práticas comunitárias que organizam o território. Assim, abordar essas práticas no primeiro capítulo, ainda que de forma descritiva, foi uma necessidade percebida no decorrer do trabalho de campo e que se impõe, quando observamos que nos estudos da empresa, eram totalmente invisibilizadas.

Assim, fui percebendo através do campo e de novas bibliografias consultadas, que narrar e analisar a territorialização da mineração, ou como chamei no início, o processo de apropriação do espaço, instrumentalizado pela empresa, implicaria necessariamente, tratar das diferentes escalas em que isso estava se dando. E isso é uma descoberta importante, a territorialização de um empreendimento se dá em diferentes escalas, em diferentes níveis e em ambientes e a partir de estratégias diversas.

Neste caso, foram fundamentais para a territorialização do empreendimento, os arranjos realizados entre empresa e setores públicos e privados da região. Esses acordos permitiram à empresa uma proteção maior, quando aliada com outras estratégias, mas também uma celeridade na instalação do empreendimento, vide a abertura das estradas realizada por ela, antes mesmo da concessão da licença. Entretanto, para essa celeridade concorrem também a conjuntura política, em que os processos de licenciamento ambiental são ainda mais fragilizados. Em termos do ordenamento jurídico, falamos, sobretudo, da DN Copam 217/2017, que regulamenta a modalidade dos licenciamentos ambientais concomitantes.

Em São Pedro a DN 217/2017, significou uma maior celeridade do processo em que diversas inconsistências nos dados apresentados pela empresa em seus estudos,

foram encontradas. Avaliou-se ainda, a precariedade dos estudos da empresa, em demonstrar as dinâmicas sociais, promovendo uma homogeneização do território e em muitos pontos, uma invisibilização de aspectos considerados fundamentais da vida comunitária, como as já mencionadas, religiosidade e agricultura familiar. No entanto, fui percebendo que esse é um jogo em que *“se esconde o que se pretende mostrar”* (Santos, 2014), observado em outros contextos. Esse jogo é a materialização de como os estudos apresentados nos licenciamentos ambientais vêm sendo não uma ferramenta de descrição e documentação das dinâmicas territoriais, mas um documento, em que é possível notar mais o que se oculta dessas dinâmicas territoriais comunitárias, que remonta, necessariamente, a produção dos estudos como mercadoria, como aponta Zhouri (2005).

Essa territorialização do empreendimento, neste sentido, passa necessariamente pela linguagem adotada pela empresa nos estudos, que demonstra sua forma de ver e caracterizar o território. Mas isso também é possível observar através da construção de narrativas e discursos, como a narrativa da sustentabilidade, evocada como forma de localizar esse empreendimento como “limpo” ou “ecológico” e o discurso do desenvolvimento, que recupera a noção evolucionista de progresso, como forma de justificar os efeitos da mineração. Nesta perspectiva, a mineração é vista como um “mal necessário” para alcançar o progresso.

Entretanto, à medida que fomos avançando na análise do caso, fomos percebendo que essas estratégias de linguagem utilizadas no decorrer do processo eram apenas uma das faces da territorialização do empreendimento. O que vai sendo constituído na comunidade a partir da chegada da mineração é uma rede de controle operado pela empresa, em que pese, o controle das estradas, a criação do sistema de vigilância e, por último, o controle dos bens naturais, como a água da comunidade. Uma rede de controle empresarial é mantida pela ZMM, que permite o reforço constante de sua estabilidade e dominação do território. Essa rede de controle territorial, contudo, foi percebida a partir de um repertório de práticas já observados em outros contextos e que na realidade estudada, ganha novos matizes e aprofunda os conflitos existentes anteriormente, bem como, termina por engendrar novos conflitos.

O que se coloca muito fortemente no caso de São Pedro é que a territorialização do empreendimento, implica o desaparecimento de uma série de práticas comunitárias de organização do território, quando não o desaparecimento por completo, a fragilização dessas práticas, provocando assim, o esfacelamento das territorialidades comunitárias. Esse processo engendra ainda, uma sucessão de conflitos e de disputas que vão se acumulando, como, por exemplo, na questão da água, que tem início por uma disputa operada pela empresa pela posse de uma fatia de um terreno.

Os conflitos vão se acumulando e as redes de controle territorial reorganizando o território a partir das necessidades do empreendimento e provocando uma sensação de *encurralamento* nos moradores, que é representado pela expressão “*hoje em dia parece que a gente mora dentro da mineradora*”. Essa expressão que comunica tanto a distância entre o empreendimento e as casas é sintomática da sensação desse cotidiano de viver dentro da empresa.

A complexa rede de controle empresarial, incide também nas resistências que foram sendo construídas. O controle exercido pela empresa dificulta a manutenção do enfrentamento, pelo medo e desesperança engendrados, mas também pelo alcance da empresa. Muito embora estejam comprometidas, essas resistências são parte fundamental da história da comunidade em contraponto à empresa. O que se observa é a criação de uma importante articulação entre comunidade, organizações, movimentos sociais, professores e pesquisadores, que assumem a tarefa de produzir conhecimento e disputar as diferentes frentes de luta, jurídica, digital, as ruas, etc.

Essa dissertação de mestrado propôs-se como um exercício de pesquisa atuante na realidade inserida, por isso mesmo, os objetivos da pesquisa, os métodos, as bibliografias, foram sendo convidadas à mudança a partir das inserções no campo e das interlocuções com os sujeitos. Toda ela, é, neste sentido, resultado dessa estreita relação com o objeto pesquisado e com os sujeitos da pesquisa. Entendo que neste trabalho há uma parte do que foi realizado, ele é assim, um recorte das situações de pesquisa, das condições de realização da mesma e ainda, do tema pesquisado. Não se encontra, portanto, acabada. Partindo desse pressuposto, é que esta pesquisa, não encerra as problemáticas vivenciadas na comunidade São Pedro, a partir da chegada da atividade mineradora, tampouco as solucionou, mas pretende apontar para uma agenda de pesquisa e a história desse enfrentamento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Edusp, 3. Ed. 2007.

ACSELRAD, Henri et al. Conflitos ambientais no Brasil. Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, Henri: Territórios do Capitalismo extrativista: A gestão empresarial de “comunidades”. In: Políticas territoriais, empresas e comunidade: o neoextrativismo e a gestão empresarial do social/ org. Henri Acserald - 1 ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

AGB, Associação dos Geógrafos Brasileiros- Seção local Viçosa. “Observação de Campo pela AGB-Viçosa em junho de 2019 sobre nascentes nas ADA e AID da ZMM”. Viçosa, 08 de julho de 2019.

ALIER, J. M. O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007. (Cap. Ecologia Política: o estudo dos conflitos ecológicos distributivos)

All Hidro Engenharia Ambiental: Laudo técnico preliminar- Impactos ambientais decorrentes da intervenção em áreas que incluem Áreas de Preservação Permanente, para extração de minério de ferro, em Teixeira e Pedra do Anta, Minas Gerais, Teixeira, julho-2019.

ALVES, Romilda Oliveira Fronteira em expansão [manuscrito] : População, terra e família na Zona da Mata mineira. 1808-1850 / Romilda Oliveira Alves. - 2009. 219 f. Orientador: José Newton Coelho Meneses. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

ALVES, Murilo et al. Mineração: Realidades e Resistências. 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ANDRADE, Maria Júlia Zanon. “As muitas resistências das mulheres em conflito com o empreendimento Minas-Rio”. In: Alves, Murilo; Carneiro, Karina et al (orgs). “Mineração realidades e resistência”. -1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ANTONELLI, M. Escenas de veridicción: formas y territorios de justicia en torno a la megaminería. In. Neuman, Beatriz (Comp.). (2017). Ensayos sobre Literaturas y Lenguas, Encuentro Textual, PUBLICACIÓN EXTRAORDINARIA, Volumen 2, Instituto de Investigaciones Lingüísticas y Literarias de la Patagonia, Trelew: EDUPA-ILLPAT_UNPA. Sede Trelew. Pp. 33-56.

ARÁOZ, Horacio Machado. Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade. Editora Elefante, 2020.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em TESE**, Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BRONZ, Deborah; FRAIMAN, Ricardo. Grupos de Interés: análisis crítico sobre el establecimiento del método en la gestión empresarial de los Grandes Proyectos Industriales del Brasil. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, v. 1, p. 10-31, 2009.

BRONZ, Deborah. Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XX. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro 2011.

CANDIDO, Antonio. As formas de solidariedade. O lúdico na cultura solidária. São Paulo: Hucitec, 2001.

CERN- CONSULTORIA E EMPREENDIMENTOS DE RECURSOS NATURAIS. Estudo de Impacto Ambiental (EIA) Vol I ZONA DA MATA MINERAÇÃO S.A. LAVRA EXPERIMENTAL – GUIA DE UTILIZAÇÃO DNPMs 831.181/2015 e 831.182/2015, 2018.

___ Estudo de Impacto Ambiental (EIA) Vol II ZONA DA MATA MINERAÇÃO S.A. LAVRA EXPERIMENTAL – GUIA DE UTILIZAÇÃO DNPMs 831.181/2015 e 831.182/2015, 2018.

___ Estudo de Impacto Ambiental (EIA) Vol III ZONA DA MATA MINERAÇÃO S.A. LAVRA EXPERIMENTAL – GUIA DE UTILIZAÇÃO DNPMs 831.181/2015 e 831.182/2015, 2018.

___ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) Vol III ZONA DA MATA MINERAÇÃO S.A. LAVRA EXPERIMENTAL – GUIA DE UTILIZAÇÃO DNPMs 831.181/2015 e 831.182/2015, 2018.

CHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). *Análise Social*, p. 477-502, 1976.

COELHO, Tádzio Peters; ANDRADE, Maria Júlia et al. O poder e as resistências dos movimentos populares e as alternativas ao modelo mineral brasileiro. In: Alves, Murilo; Carneiro, Karina et al (orgs). “Mineração realidades e resistência”. -1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

COELHO, Tádzio Peters et al. Dependência e mineração no quadrilátero ferrífero-aquífero: o discurso do desenvolvimento minerador e o Projeto Apolo. 2012.

COPAM- Conselho Estadual de Política Ambiental DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 217, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017. Disponível em: [DN COPAM 217.pdf \(meioambiente.mg.gov.br\)](#) Acesso em 10 de agosto de 2022.

EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS: “Municípios que mais arrecadaram com a mineração no Brasil tem famílias em situação de extrema pobreza”. Matéria publicada em junho de 2022. Instagram. Disponível em: [Em Defesa Dos Territórios \(@em_defesa_dos_territorios\) • Fotos e vídeos do Instagram](#). Acesso em 29 de junho de 2022 às 19 horas.

FIALHO, Gilmar. São Pedro, nossa comunidade, nossa vida! Teixeira, 1 de dezembro de 2021.

FIALHO, Sara. A flexibilização da política ambiental no estado de Minas Gerais: uma análise da deliberação normativa da Copan n.2017/2017 e sua repercussão no licenciamento ambiental de empreendimentos minerários/ Sara Fialho. Viçosa, MG, 2022. Dissertação de mestrado (205 f.).

FMA. Fontes Meio Ambiente: Parecer técnico preliminar elaborado acerca da implantação de empreendimento minerário da Zona da Mata Mineração, em Teixeira e Pedra do Anta, MG. Viçosa, 17 DE JULHO DE 2019.

FOLHA DA MATA: “Mineroduto da Ferrous é cancelado”. Publicado em: 12/08/2016 às 10:13hs. Acesso em 09 de novembro de 2022. Disponível em: [Mineroduto da Ferrous é cancelado - Folha da Mata](#).

FUINI, Lucas Labigalini. A territorialização do desenvolvimento: construindo uma proposta metodológica. *Interações (Campo Grande)*, v. 15, p. 21-34, 2014.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOI, Emília Pietrafesa de. "Territorialidade: trajetória e usos do conceito." *Revista Raízes* 34.2 (2014): 8-16.

GONÇALVES, Andressa Santos. As controvérsias sobre o processo de implantação do mineroduto da Ferrous Resources em termos dos conflitos socioambientais e implicações na qualidade de vida das famílias. Viçosa, MG; 2015. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

HAESBAERT, R. (2006). O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: B. Brasil.

_____. (2014). Viver no limite: território e multi-transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HARVEY, David. Espaços de esperança. Edições Loyola, 2000.

HONKE, Jana. As multinacionais e a Governança da Segurança nas Comunidades: Participação, Disciplina e Governo Indireto. In: Políticas territoriais, empresas e comunidade: o neoextrativismo e a gestão empresarial do social/ org. Henri Acelrad - 1 ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

IBGE. Censo Populacional 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 29 de novembro de 2010. Disponível em: «[Censo Populacional 2010](#)». Acesso em 29 de agosto de 2022 às 12h.

IORIO, G. S.; MAGNO, L. O território corporativo da mineração na Serra do Brigadeiro (MG). *Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais*, v. 8, n. 2, 2019.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário antropológico*, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2002-2003.

JORGE, Danielle Passos; Oliveira, Mariana Paula; Silva, Simone; Souza, Verônica Viana de. Poder, sedução e autopromoção das empresas de mineração em territórios atingidos por desastres criados em Fundão e no Córrego do Feijão. In: ALVES, Murilo et al (org.). *Mineração: Realidades e Resistências*. 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2020. 448 p. : il.

MACHADO, Gustavo Seferian Scheffer. Duas provocações ecossocialistas e abolicionistas à luz dos desastres empresariais de Mariana e Brumadinho. In *SURgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais*, 2019. In: *De Mariana à Brumadinho: Uma crítica Marxista à mineração/ Daniel de Faria Galvão (coord.) e Maria Rosaria Barbato (coord.)*. - Belo Horizonte: RTM, 2020. 164 p.

MAGNO, L.; SIQUEIRA, L. P. G.; DELESPOSTE, A. G. "Mineração? Aqui não!": a construção da resistência à mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Curitiba (PR), Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2017. Disponível em <http://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/rgpaluminio>. Acessado em 17-set. 2020.

MAM – Movimento Pela Soberania Popular na Mineração. Região do Caparaó, em Minas Gerais, cria Comissão Regional de Enfrentamento à Mineração. 15-mar. 2020. Disponível

em:

<http://mamnacional.org.br/2020/03/15/regiao-do-caparao-emminas-gerais-cria-comissao-regional-de-enfrentamento-a-mineracao>. Acessado em 13- mar. 2021.

MARINI, Ruy Mauro, e Emir Sader. *Dialéctica de la dependencia*. México: Era-1974.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. Editora Hucitec - São Paulo. 1993.

MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

NACAB. Núcleo de Assessoria às comunidades atingidas por barragens. Parecer técnico preliminar elaborado acerca da implantação de empreendimento minerário da Zona da Mata Mineração, em Teixeira e Pedra do Anta, MG. Viçosa, 17 DE JULHO DE 2019.

NACAB. Núcleo de Assessoria às comunidades atingidas por barragens. A instituição. Acesso em 10 de novembro de 2022. Disponível em: [A Instituição - NACAB - Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens](#).

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de Sousa; NEVES, Dayane. Uma experiência de assessoria junto às comunidades atingidas pelo Mineroduto da Ferrous na zona da mata mineira. Extensio: Revista Eletrônica de Extensão, 2015-09-29, Vol.12 (19), p.61-69.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de Sousa. *Mineração e Conflito Ambiental. O caso do mineroduto da Ferrous na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais - Brasil*. Revista de Geografia (UFPE). 2014.

PACAB. Projeto de extensão universitária: Assessoria às comunidades atingidas pelos impactos sociais e ambientais causados por projetos de barragens e mineração na zona da mata/Mg: Parecer sobre os dados encontrados no meio socioeconômico nos relatórios de Impacto Ambiental Empreendedor/empreendimento: Zona da Mata Mineração S.A. VIÇOSA – Minas Gerais. Junho de 2019.

Prefeitura Municipal de Teixeira: História. Teixeira. Disponível em <[Prefeitura Municipal de Teixeira - História](#)> Acessado em: 29 de agosto de 2022 às 12h.

PEDROSO, Maria Thereza. *A agricultura familiar no Brasil*. Scielo Brasil. Publicado em Jan-Mar 2014. Disponível em <[SciELO - Brasil - A agricultura familiar no Brasil A agricultura familiar no Brasil](#)> Acesso em 03 de agosto de 2022 às 14h.

PINTO, Raquel Giffoni. A pesquisa sobre conflitos ambientais e o assédio processual a pesquisadores no Brasil. *Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 36, 2014.

PINTO, Raquel Giffoni. A gestão empresarial do “risco social” e a neutralização da crítica. *Revista Praia Vermelha*, v. 19, n. 2, p. 51-64, 2009.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A Queiroz Ed., 1991. Caps. 8, 9, 10.

RIGOTTO, Raquel Maria. Conhecimento em disputa no conflito ambiental em torno da mineração de Urânio e Fosfato no Ceará, in: Zhouri, Andréa (org.) *Mineração, Violências e Resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Editora Iguana; ABA, 2018.

ROTHMAN, Franklin. Daniel; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens e Mineração de Minas Gerais (PACAB). In:

SOUSA, Diogo Tourino; MORENO, Andréa; NEVES, Clóvis Andrade; VIEIRA, Luciano Baião. (Org.). Práticas e Reflexões na Extensão Universitária: A experiência da Universidade Federal de Viçosa. 378ed.Viçosa: Editora da UFV, 2017, v. 01, p. 249-275.

SANTOS, A. F. Não se Pode Proibir Comprar e Vender Terra: terras de ocupação tradicional em contexto de grandes empreendimentos. In. ZHOURI, Andréa e VALENCIO, Norma (orgs). Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Editora UFMG, 2014, pp. 143-165.

SVAMPA, Maristella. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Editora Elefante, 2020.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos; ZHOURI, Andréa; MOTTA, Luana Dias. Os estudos de impacto ambiental e a economia de visibilidades do desenvolvimento. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 36, 2020.

TEIXEIRAS. Lei Municipal nº 1733 de 06 de dezembro de 2017. "Institui o Código Municipal de Meio Ambiente". Disponível em: <file:///C:/Users/DEBORA%20R.%20ALVES/Desktop/Nova%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20disserta%C3%A7%C3%A3o/Zmm/Lei1.733-2017.pdf>. Acesso em 21 de setembro de 2021 às 16:00.

TROCATE E COELHO. Quando vier o Silêncio: o problema mineral brasileiro/ –1. ed. - São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2020. 146 p. - (Emergência).

VALENCIA, Gerardo; Castro, Camilo; Caceres, Bori. Estratégias das empresas de mineração e comunidades no Peru. In: Políticas territoriais, empresas e comunidade: o neoextrativismo e a gestão empresarial do social/ org. Henri Acselrad - 1 ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos sociedade e agricultura, v. 21, n. Oct, p. 42-61, 2003

ZONA DA MATA MINERAÇÃO. Boletim Informativo: "Mineração e a verdade das coisas". Teixeira, 2019.

ZHOURI, A. et al. (org.) A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Capítulo: Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. Capítulo: A oligarquização da "política ambiental" mineira.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 439-462, 2010.

ZHOURI, A. ; OLIVEIRA, R. S. TEIXEIRA ; ZUCARELLI, M. C. ; MAGALHÃES, M. V. . O Desastre do Rio Doce: entre políticas de reparação e a gestão das afetações. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). Mineração: violências e resistências, um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. 1ed.Marabá: iGuana, ABA, 2018, v. , p. 28-64.

ZHOURI, Andréa. Mineração, violência e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. CROLAR, Boltzmannstr, Berlin, v. 8, n. 1, p. 69-71, 2019.

ZHOURI, Andréa. "O ANTI-AMBIENTALISMO NO BRASIL: DA VIOLÊNCIA LENTA À VIOLÊNCIA NUA". Blog: Sociedade Brasileira de Sociologia. Publicado em 7 de junho de

2021. Disponível em: [O anti-ambientalismo no Brasil: da violência lenta à violência nua - Sociedade Brasileira de Sociologia \(sbsociologia.com.br\)](#). Acessado em 04/07/2022 às 16h.

ANEXOS

ANEXO A: Modelo de carta de aceite entregue aos entrevistados.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E
TERRITÓRIO

Carta de Apresentação

Eu, Débora Júlia Rodrigues Alves, pesquisadora inscrita no CPF número 09613434607, realizarei a pesquisa de título provisório: “Apropriação do espaço, conflitos e resistências a partir da presença da empresa Zona da Mata mineração, nas comunidades de Sertão, Boa Esperança e São Pedro”.

Me comprometo através desta carta, a preservar as identidades das pessoas entrevistadas no decorrer da pesquisa a ser realizada por mim, nas comunidades de Sertão e Boa Esperança e São Pedro.

A pesquisa que tem como objetivo investigar os processos envolvidos na chegada da empresa mineradora Zona da Mata mineração nas comunidades e sua expansão, será realizada durante o período de 2020 a 2022. As entrevistas constarão no produto final, que será a dissertação de mestrado. Nesse produto e nos demais que vierem a ser realizados, os nomes verdadeiros, serão trocados por pseudônimos, com a finalidade de resguardar as pessoas entrevistadas que contribuirão com essa pesquisa.

Me comprometo a fornecer informações sobre a pesquisa sempre que for solicitada pelos entrevistados e a desvincular as pessoas, caso desistam de sua participação na pesquisa. A desvinculação poderá ser solicitada a qualquer momento, assim como, maiores informações sobre o andamento da pesquisa. As entrevistas na íntegra não serão compartilhadas com terceiros.

Me comprometo ainda, a zelar pelo respeito aos entrevistados, durante todo o processo de realização desta pesquisa e cuidar para que a entrevista aconteça de forma a gerar menos desconforto possível.

Por se tratar de uma vivência bastante difícil para as famílias diretamente afetadas pelo empreendimento, é possível que ao tratar do assunto nas entrevistas, seja gerado algum nível de desconforto ou tristeza. Sendo este o principal risco da pesquisa. Entretanto, as entrevistas serão realizadas em espaços seguros para os entrevistados, onde sua expressão possa ser resguardada.

A pesquisa se faz em um ambiente de confiança construído através do convívio com as comunidades e, portanto, acredita-se que tem um potencial de contribuir para o enfrentamento aos problemas gerados pela mineração, na medida em que, poderá ampliar o entendimento sobre esses problemas.

A pesquisa não incorrerá em gastos para os entrevistados e vale ressaltar que ao final, o trabalho estará disponível para consulta pública.

Assinatura da pesquisadora: _____
_____ Data ____/____/____

Carta de Aceite

Tendo sido explicitados os objetivos desta pesquisa, declaro que estão claros pra mim, os propósitos deste estudo. Acredito que são suficientes as informações sobre a realização desta pesquisa e como se dará seu desenvolvimento e possíveis desconfortos.

Está claro pra mim a garantia de confidencialidade, de que poderei acessar as informações sempre que solicitar e de que não custarei nenhum gasto com esta pesquisa.

A minha participação é voluntária, concordando, portanto, em fornecer informações. Posso retirar meu consentimento a qualquer momento, antes, durante ou depois, sem penalidade ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

_____ Data ____/____/____

Assinatura do (a) entrevistado (a)

Nome:

Endereço:

CPF:

Fone: ()

_____ Data ____/____/____

Assinatura do(a) pesquisador(a)

ANEXO B: Documento contendo informações sobre as atividades religiosas realizadas em São Pedro, sistematizado por Gilmar Filho, morador da comunidade.

São Pedro, nossa comunidade, nossa vida!

A comunidade de São Pedro, localizada na zona rural do Município de Teixeira (MG), é marcada pela fé católica, um patrimônio herdado de geração em geração. Pertencente à paróquia Santo Antônio em Teixeira (MG), teve a fé de sua gente plantada por seus primeiros habitantes, sustentada e animada, especialmente, pelo catolicismo popular tendo, no trabalho das rezadeiras, sua maior expressão durante muitos anos.

As famílias da comunidade alimentam sua fé através de encontros, celebrações e devoções populares que, dependendo do local, considerando as condições de acesso, reúnem grupos de 10 a 50 pessoas. No contexto da pandemia, muitas dessas atividades ainda estão suspensas como medida de prevenção contra a Covid-19.

Composta de pequenas localidades, a Comunidade possui mais de quarenta famílias, sendo, 15 (quinze) em São Pedro e Vidraça, no entorno do empreendimento, incluindo os arrendatários; 9 (nove) no Córrego dos Querubinos, que fica entre 800m e 2km do empreendimento; 10 (dez) no Córrego dos Costas, que fica a 3km do empreendimento) e 10 no Campo do Diolino, distante entre 5km e 7km do empreendimento. Todas estas famílias pertencem ao município de Teixeira.

Em 2010, Gilmar Fialho de Freitas assumiu a coordenação da Comunidade Eclesial, fortalecendo e animando suas atividades religiosas, reuniões e encontros. Estas atividades estão registradas em fotos e atas que, especialmente, a partir de 2014, recolhem as discussões e decisões sobre o Planejamento dos trabalhos da comunidade de fé.

Em 2020, a coordenação da comunidade foi assumida por Gelsa Vitor e Solange Bittencourt. Nesse ano, foi formado o Conselho Comunitário de Pastoral, conforme prevê o Manual dos Conselhos da Arquidiocese de Mariana. Com isso, a comunidade ficou ainda mais integrada e articulada com toda a paróquia Santo Antônio.

Capela da Fazenda Vidraça

A Capela da Fazenda Vidraça (Capela de Nossa Senhora Aparecida) é o lugar onde a comunidade se reúne para celebrar sua fé. Ela fica na propriedade da Sra. Dagmar Fialho Lacerda, tendo sido erguida por seu marido, João Fialho Sobrinho, já falecido. Desde sua construção, há cerca de 30 anos, esta capela, mesmo sendo particular, sempre foi de uso comunitário, sem nenhuma restrição por parte de seus proprietários. Solenemente abençoada pelo então pároco da Paróquia de São Sebastião de Pedra do Anta (MG), Padre Ronaldo da Silva Miranda, em missa celebrada em 17 de outubro de 2012, a capela consolidou-se como espaço religioso da comunidade, uma referência para a vivência e o testemunho de sua fé católica.

Acima da Capela, há um Cruzeiro de aproximadamente 100 (cem) anos. Registros dão conta de que em seu entorno, no alto do morro, havia celebrações que reuniam grande número de pessoas. Preservar esses dois monumentos de fé – a Capela e o Cruzeiro – é questão, não só de memória histórica e religiosa, mas, sobretudo, de respeito à fé dos que aí vivem e celebram sua relação com o Transcendente.

Ressalte-se que esses dois monumentos religiosos estão, aproximadamente, a 100 (cem) metros da área atualmente minerada e a cerca de 500 (quinhentos) metros da planta de beneficiamento. Tal proximidade coloca em risco seu uso pela população local que, nesse caso, ficaria privada de manifestar e celebrar sua fé onde, historicamente, sempre se reuniu.

Uma liminar de servidão mineral foi entregue, no dia 16 de novembro de 2021, à família proprietária deste terreno onde ficam a Capela e o Cruzeiro, dando à empresa solicitante da liminar o direito de minerar na propriedade. Nesse caso, capela ficará a aproximadamente 50 metros da área solicitada, ameaçando, assim, o seu uso pela comunidade. Por medidas cautelares e de segurança, o espaço poderá se tornar totalmente inutilizado, resultando numa perda histórica, cultural e religiosa irreparável para a comunidade e a paróquia Santo Antônio.

Adite-se que a comunidade usa não apenas o interior da capela para suas orações, celebrações e reuniões. Todo o seu entorno se presta a outras atividades que são extensivas aos atos religiosos.

Apresentamos, abaixo, o calendário das atividades religiosas da comunidade, alterados atualmente, única e exclusivamente, por causa da pandemia.

1. **Missa Mensal** - Toda terceira terça-feira do mês, a comunidade celebra Eucaristia (missa), o mistério central de sua fé, na Capela da Vidraça.
2. **Quaresma** - Missa na Quaresma com encenação da Via-Sacra;
3. **Catequese** – Encontros de catequese com as crianças e adolescentes todo sábado. No último sábado de cada mês, as crianças e adolescentes são levados para o campo de futebol na comunidade para uma atividade religiosa aliada ao lazer;
4. **Novena de Nossa Senhora Aparecida** – Celebrada na Capela de 3 a 11 de outubro. No dia 11/10, há procissão cujo trajeto se dá dentro da mesma propriedade da Capela. Nesse dia, mantém-se a tradição do levantamento do Mastro, isto é, a Bandeira da Santa, um sinal de que a comunidade está em festa, celebrando a Padroeira do Brasil;
5. **Novena de Natal** – Visita em todas as casas que compõem a Comunidade nos nove dias da novena. Confraternização da Comunidade encerrando o ano.
6. **Oração do Terço** - Encontros na Capela da Fazenda Vidraça a cada 15 dias durante todo o ano;
7. **Oração do Terço** - Encontros toda terça-feira na Casa de Fernando/Gelsa;
8. Comemoração de aniversário da Comunidade todo dia 25 de abril;
9. **Grande Festa da Comunidade** – Realizada no último final de semana de agosto. Nesse dia é celebrada a missa e realizada inúmeras outras atividades como teatro, fogueira, show e quadrilha. Cerca de 1200 pessoas passam pela festa nos dois dias.

Confiamos na justiça a fim de que assegure nosso direito à manifestação religiosa e cultural no lugar e espaços que fazem parte de nossa história. Nenhum empreendimento pode se sobrepôr a esse nosso direito sob o risco de irreparável injustiça e abominável violação de direitos.

Teixeiras, 1 de dezembro de 2021.

Pe. Francisco Maria de Castro Moreira – Pároco da Paróquia Santo Antônio
Coordenadores da Comunidade?



Figura 1: Capela da Fazenda Vidraça e cruzeiro.



Figura 2: Festividades religiosas na Fazenda Vidraça

ANEXO C: Modelo de contrato entre empresa e moradores da comunidade.**INSTRUMENTO PARTICULAR DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA E EXTRAÇÃO MINERAL E OUTRAS AVENÇAS.**

Pelo presente instrumento as partes adiante qualificadas firmam o presente contrato particular de autorização e extração mineral, na forma abaixo:

Das partes:

De um lado, como **PRIMEIRA CONTRATANTE, ZONA DA MATA MINERAÇÃO S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 28.234.395/0001-06, com sede na Av. Getúlio Vargas nº 1.420 - 10º andar, Bairro Savassi, Belo Horizonte – MG, CEP 30.112-021, representada por seus diretores estatutários **ROBERTO EMIL KARLBURGER JUNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro de minas, inscrito no RG nº 09241866-4 e no CPF sob o n.º 004.984.177-78, residente e domiciliado na Rua Cristina nº 807, apartamento 802, bairro São Pedro, Belo horizonte / MG, CEP 30.330-130 e (**MICHEL...**), doravante denominada simplesmente **PRIMEIRA CONTRATANTE**;

De outro lado, como **SEGUNDO CONTRATANTE, NOME**, nacionalidade, portador da cédula de identidade (...), emitida pela (...), inscrito no CPF / MF sob o nº (...), casado com (...), nacionalidade, portadora da cédula de identidade (...), emitida pela (...), inscrita no CPF / MF sob o nº (...), residentes e domiciliados na (...).

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado, o presente contrato de autorização para pesquisa e extração mineral, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente contrato.

CONSIDERANDO QUE:

- A. A Primeira Contratante é titular do Alvará de Pesquisa objeto do processo DNPM nº 831.180/2015, junto à Agência Nacional de Mineração - ANM, nos termos do Decreto - Lei nº 227 e Lei nº 9.314 de 14 de novembro de 1.996;



INSTRUMENTO PARTICULAR DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA E EXTRAÇÃO MINERAL E OUTRAS AVENÇAS.

- B. É o Segundo Contratante, senhor e legítimo proprietário da área denominada (...), situada na localidade de (...), Zona Rural da cidade de (...), devidamente registrada junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de (...), sob a matrícula nº (...);

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

- 1.1 Constitui objeto deste Contrato a outorga, por parte do Segundo Contratante, à Primeira Contratante, nos termos das cláusulas seguintes, “autorização incontinenti” para que esta última adentre no Imóvel com os equipamentos necessários para realização de pesquisa e extração mineral, dentro dos limites do Alvará de Pesquisa processo nº 831.180/2015, obtido junto à Agência Nacional de Mineração - ANM, através de outorgas de lavras por Guia de Utilização e Concessão de Lavra.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

- 2.1 O valor e forma de pagamento, devidos pela Primeira Contratante aos Segundos Contratantes, obedecerá às cláusulas adiante elencadas:

- 2.1.1 Para a execução dos trabalhos de pesquisa mineral no imóvel, procedimento imprescindível para a extração mineral, com vista à certeza da viabilidade do projeto de extração, será pago o valor de:

- R\$1.000,00 (um mil reais), no ato da assinatura do presente contrato;
- R\$2.000,00 (dois mil reais) por mês ou fração equivalente do mês em que as pesquisas prosseguirem dentro da área, objeto deste contrato.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA E EXTRAÇÃO MINERAL E OUTRAS AVENÇAS.

2.1.2 Para a extração mineral no imóvel, a Primeira Contratante pagará ao Segundo Contratante o correspondente a 50% (cinquenta por cento) da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) devida em razão de eventual extração de reservas minerais exploradas dentro da área de sua propriedade e constantes nos limites do Alvará de Pesquisa supra citado, valor a ser pago impreterivelmente na mesma data do recolhimento do imposto devido.

2.2 O primeiro Pagamento será devido quando do início efetivo das atividades de lavra dentro da propriedade (impreterivelmente na mesma data do recolhimento do imposto devido) e se mensalmente, por todo o período em que houver atividades de lavra dentro da propriedade do Segundo Contratante.

2.3 A Primeira Contratante fornecerá por meio eletrônico nos endereços disponibilizados no Anexo I e/ou físico nos endereços descritos no preâmbulo deste instrumento, ao Segundo Contratante, semestralmente, as notas fiscais emitidas em razão da comercialização do produto da lavra ou comprovante de recolhimento de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM incidente sobre a produção de minério de ferro.

2.4 Os pagamentos previstos nesta Cláusula Segunda correspondem ao valor total devido pela Primeira Contratante ao Segundo Contratante pelo objeto deste Instrumento, realizado no imóvel, e encerra todas as obrigações da Primeira Contratante perante o Segundo Contratante, de modo que nenhum valor adicional será devido ao Segundo Contratante a título de remuneração, compensação, ressarcimento, reembolso, indenização ou a qualquer outro título, em função da extração de bens minerais no imóvel.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA E EXTRAÇÃO MINERAL E OUTRAS AVENÇAS.

- 2.5 Havendo atraso no pagamento de quaisquer dos valores acima definidos ou, ainda, em caso de pagamento a menor, incidirá multa no importe de 2% (dois por cento), acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor devido e/ou remanescente.
- 2.6 Os pagamentos descritos nesta cláusula segunda serão feitos ao Segundo Contratante na conta corrente por ele indicada, constante no anexo III.
- 2.7 Qualquer alteração nos dados bancários indicados pelo Segundo Contratante, deverá ser informada por escrito à Primeira Contratante, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sob pena de considerarem-se válidos e regulares os pagamentos feitos na conta bancária anteriormente indicada.
- 2.8 Sempre que o vencimento de qualquer pagamento devido sob este Contrato coincidir com finais de semana ou feriados em Belo Horizonte / MG, o vencimento será automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.
- 2.9 A Primeira Contratante realizará uma reunião com o Segundo Contratante e/ou com o(s) representante(s) nomeado(s) por ele, conforme modelo de representação disposto no anexo II, juntamente com os proprietários de imóveis que também possuam atividades de lavra pela Primeira Contratante, naquele ano corrente, 01 (um) mês antes do início das atividades de lavra e anualmente entre os meses de janeiro e fevereiro. Nessa reunião será apresentado aos participantes o demonstrativo das atividades de mineração, montantes e percentuais a serem lavrados em cada propriedade (plano de lavra anual), resultando assim em uma estimativa de valores que o Segundo Contratante fará jus a título de participação nos resultados da lavra, conforme acordado nessa autorização.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA E EXTRAÇÃO MINERAL E OUTRAS AVENÇAS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DESPESAS

3.1 Todas as despesas relativas às obrigações descritas neste contrato serão promovidas pela Primeira Contratante e correrão às suas expensas.

3.2 Todas as despesas relativas a custas com advogados para acompanhamento do contrato e negociações serão promovidas por cada contratante, ou seja, a Primeira Contratante contrata e remunera seus advogados e o Segundo Contratante contrata e remunera seus advogados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PRIMEIRA CONTRATANTE

4.1 A recuperação ambiental da área durante e após a extração das substâncias minerais será de inteira responsabilidade da Primeira Contratante, seguindo todos os requerimentos e exigências legais pertinentes. Desde já o Segundo Contratante autoriza a Primeira Contratante a realizar, dentro da área do imóvel, todas as possíveis medidas de mitigação e compensação ambientais necessárias durante o período deste contrato e, após esse período, desde que tais medidas sejam requeridas e aprovadas pelos órgãos ambientais competentes e previamente expostos ao Segundo Contratante.

4.2 A recuperação ambiental é de total responsabilidade da Primeira Contratante, sendo que qualquer irregularidade verificada, ainda que posterior ao fim do contrato, desde que proveniente da lavra, deve ser por esta imediatamente reparada.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA E EXTRAÇÃO MINERAL E OUTRAS AVENÇAS.

- 4.3 Caso o Segundo Contratante seja responsabilizado por quaisquer órgãos fiscalizadores, no que se refere à exploração, e, não tomando a Primeira Contratante quaisquer medidas reparadoras, esta deverá arcar com multa diária no valor de R\$500,00 (quinhentos reais), contados da data de intimação do segundo contratante pelos órgãos competentes, bem como arcar com todas as despesas que o segundo contratante vier a suportar.
- 4.4 Compromete o Segundo Contratante a encaminhar à Primeira Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas) contados do recebimento, todas as comunicações escritas ou verbais, intimações, requerimentos, ofícios, notificações etc., realizadas por quaisquer órgãos fiscalizadores.
- 4.5 A Primeira Contratante se obriga ainda a arcar com qualquer prejuízo por ela causado nas benfeitorias do imóvel em questão, inclusive e principalmente por danos causados na casa, sede da propriedade.

CLÁUSULA QUINTA - DA VALIDADE DO CONTRATO

- 5.1 Este contrato terá validade de 05 (cinco) anos, renovável automaticamente, se as partes assim concordarem, até a **exaustão das reservas minerais dentro dos limites da propriedade.**
- 5.2 Poderá a Primeira Contratante, imotivadamente, a qualquer momento, com efeitos imediatos, mediante notificação extrajudicial ao Segundo Contratante, informar expressamente seu interesse na rescisão do Contrato:
- 5.2.1 Caso o Direito Minerário caduque, seja revogado ou se perca por qualquer motivo;



INSTRUMENTO PARTICULAR DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA E EXTRAÇÃO MINERAL E OUTRAS AVENÇAS.

- 5.2.2** Caso seja verificada a impossibilidade de licenciamento ambiental para atividade de mineração no Imóvel, mediante notificação com efeitos imediatos ao Segundo Contratante;
- 5.2.3** Caso seja constatada pelo Primeiro Contratante a inviabilidade financeira do projeto de mineração no Imóvel, mediante notificação com efeitos imediatos ao Segundo Contratante;
- 5.2.4** Caso sobrevenha qualquer impedimento judicial ou administrativo para a exploração da lavra, mediante notificação com efeitos imediatos ao Segundo Contratante;
- 5.2.5** Caso ocorra o exaurimento da lavra objeto do Direito Minerário ou sua exploração se torne econômica ou tecnicamente inviável;
- 5.2.6** Caso a área do Imóvel seja objeto de desapropriação, servidão administrativa ou outra forma de expropriação, ou ainda caso ele seja declarado área de reserva ambiental protegida, área indígena ou quilombola, caso em que a rescisão se operará com efeitos imediatos após o trânsito em julgado da sentença que declarar a expropriação do Imóvel.
- 5.3** O presente Instrumento impõe o efetivo cumprimento das obrigações ora avençadas não só às Partes, mas também a seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

- 6.1** Fica eleito o foro da comarca de Teixeira, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.